

Forum

**do Desenvolvimento
do Nordeste**

Coordenação Editorial: Eudoro Santana
Projeto Gráfico e Editoração: Jacinto Leal
Revisão: José de Freitas Uchoa
Capa: Napoleão Neto
Foto da Capa: Chacon
Impressão: INESP

Catálogo na Fonte por Norma Marques David de Souza

F745_f Forun do Desenvolvimento do
Nordeste. _ Fortaleza: Editora
INESP, 2002
198p
ISBN:85-87764-34-9

1. Políticas governamentais
2. Sudene
3. Nordeste Desenvolvimento

CDD 320.9813

Sumário

| | |
|--------------------|---|
| Apresentação | 5 |
| Abertura | 7 |

1º Painel

| | |
|-------------------------------------|----|
| Expositora - Tânia Barcelar | 11 |
| 1º debatedor - Lima Matos | 25 |
| 2º debatedor - Flávio Ataliba | 33 |
| Outras manifestações | 39 |

2º Painel

| | |
|--|----|
| Expositor - Nilson Holanda | 55 |
| 1º debatedor - Firmo de Castro | 69 |
| 2º debatedor - Antônio Carlos Coelho | 75 |
| Outras manifestações | 85 |

3º Painel

| | |
|--------------------------------------|-----|
| Expositor - Francisco Oliveira | 105 |
| 1º debatedor - Jorge Santana | 115 |
| 2º debatedor - Fernando Pedrão | 123 |
| Outras manifestações | 129 |

| | |
|-----------------------------------|-----|
| Reflexões sobre o Seminário | 143 |
|-----------------------------------|-----|

Anexo

| | |
|---|-----|
| Extinção da Sudene - um crime contra o Nordeste ... | 147 |
|---|-----|

Apresentação

Imaginar que as políticas governamentais podem ser aplicadas igualmente em todo o País é admitir a inexistência de diferenças regionais, ou lhes dar pouca significação no âmbito da realidade nacional. Esta é a postura dos neoliberais, para os quais não importam as desigualdades, porque o que conta é a cobrança feita a cada agente econômico, independentemente de suas condições socio-econômicas. Ao contrário, para os que privilegiam a compreensão da realidade e, a partir dela, propõem as condições capazes de superar as defasagens, a correção das distorções só pode ser alcançada através de políticas públicas específicas. As leis do mercado só tendem a agravar as desigualdades. A visão neoliberal não se dá conta de seus equívocos, porque não tem compromisso com o bem-estar social, nem com a qualidade de vida das famílias e dos indivíduos.

Na década de 50, o Brasil só tinha um problema regional: o Nordeste. A partir de 1959, o Governo Federal se instrumentalizou para enfrentá-lo, criando a SUDENE, à frente da qual colocou o seu inspirador, o eminente nordestino Celso Monteiro Furtado. Com o advento do golpe militar de 1964, todo o esforço de superação do problema regional voltou à estaca zero, com a centralização do planejamento e a fragilização do Conselho Deliberativo da SUDENE, que foi desqualificado pela ditadura militar. No Governo Geisel houve uma tentativa de recuperar o papel da SUDENE e do BNB mas, em seguida e até o governo FHC, a questão regional assumiu um papel cada vez mais secundário, até o limite de a SUDENE ser substituída pela ADENE; isto, sem qualquer consideração aos governadores e aos políticos da Região.

O governo FHC lançou as últimas pás de cal sobre as pretensões regionalistas, ainda que os problemas do desenvolvimento regional tenham se intensificado nos últimos trinta anos e, agora, se sobressaem dentro de todos os estados da Federação. Antes, as desigualdades eram detectadas de re-

gião para região; agora, ocorrem dentro de cada estado, tendendo a se acentuarem. Mesmo estados, onde prevalecia o mesmo padrão de desenvolvimento, como o Rio Grande do Sul, se viram submetidos a um rápido aprofundamento das desigualdades internas, com o empobrecimento de microrregiões inteiras. Noutros, como os do Nordeste, onde a desigualdade interna já existia, a pobreza cresceu, ampliando o fosso entre áreas pobres e ricas. A verdade é que, como não há um projeto nacional, um projeto de país, também não há um projeto de desenvolvimento regional. Sob este ponto de vista, retroagimos à década de 40, dado que, a partir dos anos 50, fervilhava no País a questão regional. Ao pretender superar a era Vargas, FHC nos reconduziu a um período de governo em que os problemas regionais nem sequer apareciam na pauta de assuntos prioritários.

A publicação destes Anais do Fórum do Desenvolvimento do Nordeste, realizado pela Assembléia Legislativa no dia 28 de junho de 2001, é uma contribuição para a retomada do exame da questão regional, a restauração da SUDENE nos padrões em que foi criada e a reimplantação do seu Conselho Deliberativo como a instância maior do processo de desenvolvimento do Nordeste.

Po último, desejamos deixar registrado que ao se iniciar, o Fórum do Desenvolvimento do Nordeste rendeu homenagem ao baiano Milton Santos, geógrafo e professor universitário, falecido no dia 24 de junho, um dos mais renomados intelectuais do nosso País que, se sua saúde tivesse permitido, teria sido convidado para participar deste Fórum. O prof. Milton Santos era um cidadão efetivamente comprometido com o Brasil dos brasileiros.

Dep. Wellington Landim
Presidente da Assembléia Legislativa

Abertura

Deputado Welington Landim, Presidente da Assembléia Legislativa: Exmo. sr. deputado federal Sérgio Novaes, aqui representando o Congresso Nacional e, de modo específico, a Comissão de Desenvolvimento Urbano e Interior da Câmara dos Deputados; exmo. sr. professor Roberto Cláudio Frota Bezerra, Magnífico Reitor da Universidade Federal do Ceará; exmo. sr. deputado Bosco Costa, a quem já agradeço a presença, desde já, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Sergipe; sr. economista Arnaldo Meneses, Superintendente do Banco do Nordeste; sra. professora Tânia Bacelar; sr. economista Nilson Holanda; srs. empresários; professores; cientistas; convidados; funcionários desta Casa; imprensa do Estado do Ceará e do Nordeste; senhoras deputadas e senhores deputados: é com grande prazer que dou início a mais uma importante realização da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará; desta feita, o Fórum de Desenvolvimento do Nordeste do Brasil, que teve a iniciativa do deputado Eudoro Santana, que trabalhou incessantemente, junto com a Mesa Diretora desta Casa e com o INESP, para que pudesse estar acontecendo este evento, neste momento.

Os nossos agradecimentos, desde já, à boa vontade e à inteligência do nobre deputado Eudoro Santana. No momento em que o País está assistindo a acontecimentos de profundas modificações institucionais nas áreas do planejamento e desenvolvimento regional, o Ceará, que sempre liderou as lutas históricas nacionais, não poderia ficar ausente do debate.

Fatos nacionais importantes estão ocorrendo e precisam ser avaliados por intelectuais, por políticos e professores e destaque, para a preocupação deste Fórum, as seguintes questões: extinção da SUDENE e criação da ADENE (Agência do Desenvolvimento do Nordeste).

Sobre o tema, gostaria de ver este Fórum debatendo a Medida Provisória do Governo Federal, que adotou aquelas providências, certo de que o País não pode prescindir dos

cérebros e dos talentos dos técnicos da SUDENE que, durante muitos anos, foram referência nacional e internacional na área do planejamento regional.

Outros temas, que julgo importante este Fórum debater, são a transformação do DNOCS e o papel do Ministério de Integração Nacional. Gostaria de lembrar que a convivência do homem nordestino com a seca é o grande desafio administrativo dos governos federais, estaduais e municipais, que precisam tomar medidas auto-sustentáveis, tais como as preconizadas no Relatório Nacional da Comissão de Desequilíbrios Sociais do Brasil, liderada pelo vice-governador do Estado do Ceará, senhor Beni Veras.

Outro tema importante seria o papel do Banco do Nordeste e as medidas econômicas necessárias à sua recuperação. Gostaria de ver este Fórum debruçar-se sobre a introdução de mecanismos capazes de garantir a adoção de modelos sinérgicos de iniciativas e investimentos, potencializando as ações alavancadas pela União, Estados e Municípios, fortalecendo as instituições regionais.

Sobre a exclusão social e seus efeitos, é tarefa das cabeças pensantes desta Nação encontrar caminhos capazes de atenuar o sofrimento dos filhos dos nossos irmãos nordestinos, que a cada dia acordam sem ter o que comer.

O analfabetismo no nosso País, a mortalidade infantil, de modo especial a do Nordeste e as dificuldades causadas pela seca para o atraso da Região, espero que esta Casa possa, juntando brasileiros de renome, como os senhores que aqui se encontram - para citar um como exemplo: Nilson Holanda - acompanhados de outros líderes, empresários, professores e cientistas, contribuir, de modo efetivo e propositivo, para unir a Nação na causa da integração econômica e social do Nordeste, do Nordeste pobre ao rico Brasil.

Ao fim das minhas palavras, poucas palavras, gostaria de registrar nossa indignação com a falta de sensibilidade de tantos anos de briga, para se resolver o problema da seca, em não se ter uma política e uma atitude política séria, convincente, determinada em resolver o problema da água do Nordeste, como a transposição de águas do Rio São Francisco; de ver a cada dia mais ricos e menos pobres; de ver a cada dia quatro milhões de cearenses, que ganham em mé-

dia 90 reais por mês; e de sentir, de perceber e de morar numa cidade, que é a segunda cidade em níveis de exclusão do país, onde temos a pior distribuição de renda da nação.

Finalmente, gostaria de propor a esta Casa, aos senhores deputados, às senhoras deputadas, a criação de uma Comissão Permanente de sugestões para o desenvolvimento do Nordeste, instância através da qual, espero, possamos estimular o debate e atrair os políticos e os intelectuais desta Nação para a boa luta contra os dos efeitos perversos da seca e da miséria dos nossos irmãos nordestinos. É um desafio para todos nós, é um desafio para os cientistas sociais e econômicos, e gostaria de contar com o apoio de todos para esta missão.

Terminando, gostaria mais uma vez de lembrar algumas palavras do líder revolucionário Che Guevara: "Se você treme de indignação perante uma injustiça, então, somos companheiros". Muito Obrigado.

Passo a palavra ao coordenador do 1º Painel, o nosso querido professor Roberto Cláudio Frota Bezerra, reitor da Universidade Federal do Ceará -UFC.

PROF. ROBERTO CLÁUDIO: Bom-dia a todos. Agradeço a honraria concedida à Universidade Federal do Ceará pela Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, ao mesmo tempo que a parabenizo por mais esta iniciativa, deixando claro para toda a sociedade cearense que a atual Mesa Diretora e o Parlamento cearense não se têm omitido frente a questões fundamentais para o desenvolvimento da nossa região. Ao mesmo tempo, parabenizo também o deputado Eudoro Santana pela iniciativa que contou com o respaldo de toda a Mesa Diretora e de toda Assembléia e, principalmente, pela escolha de brilhantes expositores e debatedores, como é o caso da professora Tânia Bacelar, que terá trinta minutos para fazer sua exposição, referência nacional na área acadêmica, onde labuta há vários anos; ao professor Ataliba, da nossa Universidade Federal do Ceará; ao economista e empresário Lima Matos, que tem uma história também de contribuição ao desenvolvimento regional na sua fase no Banco de Nordeste, e também, já noutra faceta, como Secretário de Estado, e depois como liderança empresarial.

Os três serão os responsáveis pelo conteúdo do que aqui

será debatido. A professora Tânia terá, inicialmente, trinta minutos, e depois os dois debatedores terão, cada um, quinze minutos. A partir de uma sugestão encaminhada pelo deputado Eudoro Santana, teremos cinco intervenções e, antes das intervenções neste primeiro painel, teremos a palavra do dr. Valfrido Salmito, pelo Banco do Nordeste; do dr. George Emílio, representando os servidores da SUDENE; e do dr. Iran Ribeiro, Presidente do CDL, com intervenções de, no máximo, cinco minutos cada um. Feitas estas considerações iniciais, com a palavra a professora Tânia Bacelar.

Painel

1

O Nordeste ontem (1959) e hoje (2001) Concentração de Renda e Pobreza

Deputado Wellington Landim, Presidente desta Casa, a quem agradeço, ao lado do deputado Eudoro Santana, a honra que me dão, de compartilhar com todos o debate deste dia; professor Roberto Cláudio, Magnífico Reitor da Universidade Federal do Ceará; professor Flávio Ataliba, da Universidade Federal do Ceará; economista Francisco Lima Matos, com quem partilhei a aventura de ser Secretária da Fazenda, na época da hiperinflação braba; deputado João Bosco; dr. Ivan Ribeiro, Presidente da CDL; Senhores Deputados, Senhoras Deputadas; meus senhores e minhas senhoras. Para mim é uma honra muito grande poder introduzir o tema do debate desta manhã, e partilhar o tema

Expositora

Tânia Barcelar

A professora Tânia Bacelar é graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Pernambuco e em Ciências Econômicas pela Universidade Católica do mesmo Estado, tendo os seguintes títulos de Pós-Graduação: Especialização em Planejamento Global pela CEPAL e pelo ILPES; Diploma de Estudos Aprofundados pela Universidade de Paris; e também Doutora em Economia Pública, pela mesma Universidade.

A professora Tânia Bacelar exerceu cargo de economista da SUDENE de 1967 a 1995, foi professora da Universidade Católica de Pernambuco de 1965 a 1992; é professora de diversos cursos de mestrados do Nordeste e é professora titular da Universidade Federal de Pernambuco, onde

Continua

lecionou em 1973 e 1974, e em seguida, a partir de 1978.

A professora Tânia Bacelar desfruta de alto conceito na academia e nos órgãos técnicos de todo o País e já exerceu vários cargos na SUDENE e no Governo do Estado de Pernambuco e, atualmente, é a Secretária de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente da Prefeitura de Recife.

A professora Tânia Bacelar é muito requisitada como conferencista, palestrante e debatedora de seminários, é ex-bolsista do Governo francês e foi convidada pelo Governo dos Estados Unidos, para uma viagem-programa sobre a "Economia Americana no Contexto Internacional".

A professora Tânia Bacelar é membro dos conselhos editoriais de diversos boletins e revistas técnicas de circulação nacional e tem vários textos publicados em livros e artigos na imprensa.

com os dois colegas que aqui estão.

O tema, que me foi dado, seria uma reflexão sobre o Nordeste, tentando fazer um contraponto entre o Nordeste ontem e hoje. Mas, tendo com eixo uma das permanências mais importantes da realidade brasileira e nordestina: a concentração de renda e a pobreza.

Entre o ontem e o hoje, na verdade, não há diferenças significativas. Quando olhamos tanto o Brasil como o Nordeste a partir desses dois prismas que nos foram sugeridos para esta manhã, podemos ver que são traços estruturantes da sociedade brasileira, pois conseguimos ser a décima economia do mundo, sendo um dos países de indicadores sociais mais precários e um dos líderes da concentração de renda no mundo.

Portanto, não há grande diferença, deste ponto de vista, na realidade brasileira e este é um dado; infelizmente, um dos principais eixos estruturantes da nossa história. E temos que fazer história, para tratar esse tema. Acho que a matriz básica deste eixo estruturante vem de longe. Vem do latifúndio e vem da escravidão. E as conseqüências desta matriz básica, que é brasileira, mas é também essencialmente nordestina, permanece até hoje, com grande capacidade explicativa da realidade que temos.

Acabamos a escravidão institucionalmente. Mas, as relações de trabalho, a forma como a grande maioria da população brasileira se insere no mercado de trabalho, ainda têm as marcas culturais, diria, da escravidão; que terminam se traduzindo em dificuldade de inserção real na vida do País.

O outro eixo estruturante, que explica porque é que permanecemos um País de grandes massas de populações pobres e líder da concentração de renda mundial, na minha visão também é uma opção estratégica - se é que podemos chamar assim - brasileira, que é o precário investimento na educação.

Isso também não é novo. É um dado estruturante da sociedade brasileira. Negar à maioria dos cidadãos do nosso País o acesso a um dos patrimônios que mais se valoriza, no contexto mundial, a cada dia, que é o patrimônio do conhecimento .

E continuamos negando isso à maioria do nosso povo. Vamos entrar o século XXI, com apenas 12% dos jovens de 18 a 24 anos nas universidades. Países muito menores do que o Brasil, latino-americanos, como a Argentina e o Chile, têm 30% dos seus jovens na universidade. E um país como o Brasil, que consegue ser a oitava economia do mundo em certos momentos, tem apenas 12% dos seus jovens na universidade; sendo que mais da metade deles, na universidade privada.

Este é, para mim, um dado explicativo, estruturante do País inteiro. Mas, quando analisamos estes três grandes eixos - o latifúndio, as heranças da escravidão e o precário investimento em educação - entendemos também, porque no Nordeste, a situação de pobreza, de dificuldades, é mais forte do que em outras áreas do País.

Acho que o Brasil fez uma mudança fundamental, nos séculos XIX e XX. No século XIX fizemos mudanças institucionais muito importantes, deixando de ser Colônia, acabamos institucionalmente a escravidão, decretamos a República. O Brasil do Século XIX, do ponto de vista institucional, é completamente diferente do Brasil do Século XVIII.

No Século XX fizemos uma mudança econômica de grande profundidade. Negamos o que parecia, no contexto internacional da época, ser a nossa sina, que era ser uma nação

essencialmente agrícola. Acho que foi uma grande ousadia do século XX, que a sociedade brasileira se propôs, dizendo: temos tudo para ser uma grande nação agrícola, mas podemos também ser uma grande nação industrial. Apostamos nossas fichas nesta macro opção e chegamos na década de 80 a ser a oitava maior e mais diversificada base industrial do mundo. O que é uma mudança de grande profundidade.

E sinalizamos, porque entendo ser uma das opções estratégicas mais importantes do País, de um País como o nosso. Deixamos de apostar que nossa sina era produzir para um mercado externo, e apostamos que o nosso potencial terá tudo para se desenvolver, na medida em que se dirige essencialmente para o mercado interno.

Essa foi a grande ruptura entre os quatro séculos anteriores e o século XX. O Brasil descobre uma enorme potencial, que é o seu mercado interno. E nossa economia começa a ser comandada pela dinâmica do mercado interno, e não mais pela dinâmica dos mercados externos.

Nesta mudança, acho que mantivemos os eixos estruturantes da pobreza e da concentração de renda, e o Nordeste se colocou com mais dificuldades. Na hora desta mudança, a passagem para esta mudança é um elemento explicativo do porquê que o Nordeste aparece um pouco mais à frente, como uma das áreas mais pobres e de maior dificuldade no País. Pela forma como essa mudança se deu. Muito concentrada no eixo dinâmico do Rio de Janeiro e São Paulo. Aqui a passagem foi mais lenta. Levamos mais Décadas para conseguir inserir o Nordeste, naquela grande macro opção que tínhamos feito lá pelas décadas de 10, 20 e 30 do século XX.

As explicações variam, dependendo da teoria econômica de cada um. Alguns enfatizam o lado do mercado; outros enfatizam o lado da acumulação. Os dois são explicativos, no caso do Nordeste. Nossa passagem da escravidão para o trabalho livre foi mais lenta. E, como foi mais lenta, a renda ficou mais concentrada. Na Zona da Mata, por exemplo, no Nordeste, os escravos liberados não viraram assalariados, viraram moradores, um ser híbrido, que não era mais escravo, mas não era ainda trabalhador livre. Levamos quase 100 anos para torná-lo um trabalhador livre, que só tem trabalho seis meses por ano.

Então, foi uma longa passagem, que tem um enorme reflexo na renda, e que explica a dificuldade do tamanho do mercado interno para participar daquele esforço de industrialização, comandada pelo mercado interno, que realizamos no Século XX.

Do ponto de vista da acumulação, para quem prefere este enfoque, as explicações também são convincentes. A passagem se dá a partir de quem estava no ciclo dinâmico agrícola mais importante: o complexo cafeeiro. Ali havia mais capital instalado, e o Estado entrou para ajudar. A passagem se deu com mais força lá no Sudeste, do que aqui. O fato é que a mudança se fez, e não ingressamos na dinâmica industrial. E por isto encontramos o Nordeste dos anos 50 com aqueles traços estruturantes, que vinham dos quatro séculos passados, e com uma dificuldade de se inserir nessa nova realidade brasileira.

A concorrência interregional se instala com muita força, a partir do governo do ex-presidente Juscelino Kubitschek, quando ele começa a ligar os mercados, até do ponto de vista físico, na medida em que lança a Malha Viária do País. Parte do tecido econômico do Nordeste começa a não suportar a competição interregional. Isso termina sendo objeto da grande discussão nordestina dos anos 50, que não era nada mais do que nossa dificuldade de participar daquele Brasil, que se transformava naquela época. Por isso que o debate ficou tão intenso.

Na minha visão, a questão regional brasileira dos anos 50, de fato, era a questão nordestina, pela dimensão da população que tinha aqui. Não era a questão amazônica. Porque ali não tinha uma população tão expressiva. Não era a questão do Centroeste, que começava a ser ocupado, em consequência da própria expansão do núcleo dinâmico do País. A grande questão regional brasileira dos anos 50 era a questão nordestina. Quase 30% da população brasileira não conseguia participar daquela mudança que o País realizava. Acho que desse ponto de vista, existe uma mudança hoje, que vou enfatizar no final da minha intervenção. A pobreza e a concentração da renda permaneciam definidas por aquelas raízes históricas de que falei inicialmente, mas agrega uma crise social intensa, pela dificuldade do Nordeste de ter

estruturas que pudessem competir com o novo tecido econômico do Brasil.

E aí começa uma mudança importante, que se inicia com a fundação da CHESF, e diria que se conclui com a fundação da SUDENE. Começa a haver uma mudança institucional; o Estado começa a ter uma ação diferente na Região, e começamos a construir, em algumas décadas, a trajetória de inserção do Nordeste no que era novo na vida brasileira. Dotar o Nordeste de energia, dotar o Nordeste de um banco de fomento, dotar o Nordeste de uma agência de desenvolvimento, que sempre foi a SUDENE.

Por isso que às vezes fico sem conseguir entender, porque dizem que vão trocar a SUDENE por uma Agência de Desenvolvimento. Trabalhei 30 anos na SUDENE, certa de que trabalhava numa Agência de Desenvolvimento. E hoje, não. Vão acabar a SUDENE, para criar uma Agência de Desenvolvimento. Mas a SUDENE era uma Agência Promotora de Desenvolvimento!

O Nordeste consegue se inserir, a partir dessas mudanças na dinâmica da construção do mercado interno brasileiro. Esta é que é a verdade. E consegue, nos mesmos padrões do Brasil. O Brasil consegue fazer isso, com um terço do mercado. E dois terços do mercado fora, dois terços da população fora! O Nordeste também engata nesse um terço do mercado. Só que o que fica fora aqui, sempre é um contingente relativamente maior. Talvez aí tenha uma diferenciação importante. Eu diria que o Nordeste repete o Brasil. Aliás, não sou quem diz, pois o Celso Furtado, quando voltou do exílio, e deu uma entrevista no Rio de Janeiro, pediram para ele fazer um balanço do que ele via no País, e ele fez, na minha visão, uma linda autocrítica. E olha que não é fácil o intelectual fazer autocrítica. Ele disse que tínhamos apostado exageradamente na crença de que o investimento era variável estratégica. Tínhamos investido bastante no Nordeste, tínhamos conseguido esse atrelamento do Nordeste à dinâmica nacional, mas o investimento tinha sido apropriado por poucos, e que o Nordeste continuava - embora agora, atrelado a uma dinâmica brasileira -, uma região de grande miséria. A frase que ele usou foi "O Nordeste é o espelho, onde a imagem do Brasil se reflete com brutal nitidez".

E naquela ocasião, ele fez a autocrítica: “Deveríamos ter apostado mais no investimento em outras variáveis”. E vou retomar essas outras variáveis, no final da minha fala.

Acho que nos anos recentes, embora tenhamos essa grande permanência, temos no cenário brasileiro mudanças fundamentais. Para mim, uma grande mudança fundamental é no estado brasileiro. Construimos aquela ousadia de apostar no mercado interno, e de ser um país industrial, com um estado brasileiro presente, ativo, patrocinador e superavitário, na grande maioria do período. A grande mudança dos anos recentes é que o estado brasileiro faliu. Hoje, temos que conviver com o estado brasileiro falido. E esse é um tema de discussão importante: quem o faliu foi a dívida, no meu diagnóstico, e quem nos impôs a dívida foi o choque dos juros.

O Brasil resistiu muito bem ao choque do petróleo. No meio dos dois choques do petróleo, o Brasil cresceu 7% ao ano! Se endividou nesse período. Só que o endividamento se transformou em investimento, em grande parte. E a economia cresceu. Éramos mais capazes, no final daquele ciclo, do que éramos no começo dos anos 70. O choque dos juros é que foi, para nós, definitivo. Porque ele surpreendeu o estado brasileiro endividado e faliu o estado brasileiro. Desta situação não conseguimos sair até hoje. Ao contrário, só fizemos agravá-la.

Um país como o Brasil, não vai conseguir ser um país regionalmente mais integrado e socialmente mais solidário, com o estado brasileiro que temos hoje. Falido e refém dos seus credores; exaurido por uma dívida que só o leva a servir aos seus credores. É fantástico vermos hoje, se não fosse aterrorizante, a facilidade com que o Banco Central emite dívidas, para pagar aos credores. Mas não emite dívida para fazer educação, para fazer saúde, para melhorar a infra-estrutura do País! Nos deixa chegar ao “Apagão”, mas emite R\$ 12 bilhões de dívidas, de uma noite para o dia! Quer dizer, com esse padrão do estado brasileiro, é impossível!

Essa é uma mudança de grande significado. Porque a sociedade brasileira estava habituada, culturalmente, a integrar-se com um estado saudável, com um estado superavitário.

rio, com um estado apoiador, com um estado patrocinador. Ela não estava acostumada a conviver com este novo estado, que surge nos anos 80 e nos anos 90. Tem sido uma grande dificuldade para convivermos com essa outra realidade.

Acho que a fragilidade do estado brasileiro dessa década terminou definindo a outra grande mudança que, na minha visão, aconteceu nos anos 80, e, principalmente, nos anos 90, no Brasil. A sensação, que tenho, é que desistimos de acreditar que o nosso grande potencial é o mercado interno. O que sobra, as migalhas que sobram do gasto público, depois que é exaurido pelos seus credores, colocamos hoje nos focos dinâmicos da economia brasileira. Por quê? Porque a grande estratégia de médio prazo, que nós assumimos, é o que o Governo chama de "inserção competitiva do Brasil na economia mundial". Só que o Brasil é um País muito grande, muito heterogêneo, e nem todas as suas regiões e nem todas as suas empresas têm este padrão de competitividade, que o permita uma inserção competitiva no mercado mundial.

O que tem acontecido conosco, nas últimas décadas? É a escolha de focos competitivos, para patrocinar a inserção dos mesmos no contexto mundial. Isso termina sendo uma escolha muito seletiva. Até porque os recursos também são muitos escassos. E assistimos isso no Nordeste também. É um padrão brasileiro, mas esse padrão brasileiro se reflete também na Região. Temos recursos para o turismo. Estamos renovando, por exemplo, todos os nossos aeroportos. Temos recursos para aplicar na infra-estrutura do turismo. Temos recursos para aplicar na fruticultura; temos recursos para aplicar na agricultura dinâmica dos grãos do Centro-Oeste. Mas, quando chegamos no semi-árido, por exemplo, há um grande vazio. Em metade do Nordeste, as estruturas básicas do semi-árido ruíram, o algodão desapareceu e, com o desaparecimento do mesmo, arrastou a competitividade da pecuária.

Hoje, encontramos uma região perplexa, que não está encontrando como se redefinir. E não tem políticas públicas de apoio a uma reestruturação necessária e saudável. Porque, ao mesmo tempo em que isto é muito ruim no curto prazo, é muito bom no médio prazo, na medida em que a estrutura,

que dominava o semi-árido durante cinco séculos, era uma estrutura geradora de concentração de renda e de pobreza. Por isto a seca, aqui, não é só um fenômeno climático. Ela é um fenômeno climático, que se transforma em crise econômica e em crise social. E temos esse diagnóstico desde os anos 50. O problema não é a seca; o problema é a organização econômica e social, que permite nos anos bons - não nos anos de seca - que a grande massa da população do semi-árido seja capaz de produzir, mas não seja capaz de acumular; não tenha como suportar um ano ruim, numa região onde a natureza indica que, de vez em quando, vai ter um ano ruim.

Então, essa inconsistência era estruturante, 400 séculos ali, montada. Ruiu? Ruiu; portanto, temos uma oportunidade de repensar o semi-árido, de redefinir aquela estrutura que estava ali montada. Mas, ao mesmo tempo, temos uma ausência fantástica de iniciativas, nessa direção. Até desconfiamos de algumas pistas. É muito interessante, por exemplo, ver que a pequena pecuária, a pecuária dos caprinos, por exemplo, que era desprezada pelo grande pecuarista, começa a ser descoberta pela nova geração de empresários, como um dos potenciais dessa região. É uma atividade menos consumidora de natureza; é um tipo de animal menos demandante do recurso escasso, que é a água. É uma cadeia produtiva riquíssima, que mantém estruturas econômicas dinâmicas, em outros lugares. E não levamos para essa atividade, por preconceito. Porque aquilo era atividade de pobre! Atividade de rico era agricultura pecuária bovina! Como a pecuária bovina ruiu, estamos descobrindo que tem um outro potencial aqui, nascendo. Quando olhamos, que é que está apostando nisso? Qual é a política pública firme, de patrocínio de pesquisa, de patrocínio de cadeias integradoras? É ridículo, diante do potencial que existe. Por que isso acontece? É porque o pouco recurso público, destinado às políticas públicas que restam, estão indo para as poucas áreas dinâmicas. E áreas em mudança, em reestruturação, terminam sendo abandonadas à sua própria sorte. No caso do Nordeste, coincidentemente, são áreas demograficamente muito importantes. E, como são demograficamente muito importantes, a questão social aparece ali, com muita força.

Essa, portanto, é uma segunda mudança fundamental. Acho que um País como o Brasil, do tamanho que é, com o potencial que tem, não pode apostar que o nosso destino é gerar focos competitivos, para disputar nos mercados mundiais. Isso é uma estratégia complementar, no Brasil. A nossa estratégia essencial tem que ser de apostar no fantástico potencial, que significa um País desse tamanho, com um estágio de construção em que já chegamos, e com o potencial de mercado interno que temos. Sentimos essa necessidade duas vezes nesses últimos anos. Quando fizemos o Plano Econômico Cruzado I, e nos seis primeiros meses depois do Plano Real. Quer dizer, quando teve um pouquinho de distribuição de renda no Brasil, o nosso verdadeiro potencial apareceu à luz do dia. O País explodiu! Depois ele afundou. Mas ali ele sinalizou, com muita clareza, que é esse o nosso destino, é essa a aposta que temos que fazer, é este o Brasil que é possível, e o Nordeste também. O Nordeste foi junto. E essa é uma mudança fundamental, quando olhamos os anos 50 e quando olhamos hoje. Uma das teses essenciais, que Celso Furtado defendeu nos anos 50, não pode mais ser defendida hoje. Uma das teses centrais era a seguinte: o Sudeste vai muito bem, e o Nordeste vai muito mal.

Quando, nas outras décadas, fomos fazendo a integração do mercado brasileiro, fomos tornando isso uma inverdade. E agora, para o bem ou para o mal, estamos solidários. Quando o Brasil vai bem, o Nordeste vai bem. Quando o Brasil afunda, o Nordeste afunda. O que é uma coisa positiva; está certo? Porque, na medida em que as dinâmicas eram diferentes e tínhamos menos força, era mais difícil. Agora, estamos juntos. A estratégia, que serve para o Brasil, é a estratégia que serve para o Nordeste. Então, podemos unir forças com outras regiões, na construção dessa estratégia.

A outra mudança importante tem a ver com o que afirmei antes. Para mim, nos anos 50, a questão regional brasileira, era a questão nordestina. E hoje, não é mais. O que aconteceu com o Brasil, nos últimos anos? É que em todas as macrorregiões brasileiras, existem hoje, áreas dinâmicas - aquelas da inserção competitiva - e áreas em crise, áreas em reestruturação.

A questão regional brasileira não pode mais ser tratada,

como fizemos nos anos 50, somente na escala macrorregional. E no Nordeste, também. O Nordeste não é mais aquela grande área perplexa, sem conseguir se inserir no Brasil que surgia no começo do Século XX. Nos integramos. E aqui também, tem áreas dinâmicas, atividades competitivas, novos empresários. Então, é preciso descer na escala de observação, tratar o Nordeste dinâmico, como tratamos o Sudeste dinâmico. Mas tratar o Nordeste em crise, em reestruturação, que reencontramos em outras áreas do País.

Fiz um estudo há dois anos na Região Sul do Brasil e, quando cheguei no extremo sul do Rio Grande do Sul, a sensação que tive é que estava chegando no semi-árido. Era também uma região perplexa. A estrutura produtiva dali estava ruindo na competição com o Mercosul, e os empresários não sabiam o que fazer, não sabiam qual era a alternativa, nem existia nem debate, nem política pública para reconstruir alternativas. Era uma sensação de perplexidade que encontrava, e também encontro no semi-árido do Nordeste, essa grande interrogação, ruímos; e agora, vamos em qual direção? E o abandono também estava ali presente. Um Estado dinâmico, como Minas Gerais, tem áreas perplexas, até hoje! Então, acho que essa é mudança importante.

O Brasil foi estruturando essas ilhas de dinamismo, foi abandonando suas áreas não-dinâmicas nas últimas décadas, e hoje alastramos essa questão regional, quando vista nessa escala, no Brasil inteiro. Por isso acho que hoje é insuficiente um Fórum, como este, discutir apenas, clamar apenas por uma política de desenvolvimento regional para o Nordeste. Acho que devíamos ousar mais, e nós, nordestinos, somos ousados, acho que devia partir do Nordeste, até para surpreender o Brasil, que o que precisamos no Brasil é rediscutir a necessidade de o País ter hoje, uma polícia nacional, de desenvolvimento regional, tratando do eixo básico, do objetivo estratégico básico. Não sou contra que tenhamos políticas para estimular a integração dos eixos dinâmicos do Brasil na economia mundial; sou a favor; só acho que não podemos ter somente esse eixo estratégico; precisamos do outro, e esse outro é que faz falta ao Brasil hoje.

Temos que estimular a produção da fruticultura nordestina, e inseri-la no mercado mundial. Claro, esse é um dos

nossos potenciais, e aproveitamos isso muito pouco, não aproveitando o enorme potencial de fruticultura tropical, por exemplo, que existe no Nordeste. Esse é um grande potencial; temos que patrocinar isso e temos condição de encontrar mercado externo para esse tipo de produção; mas, precisamos ter a outra, de política, de ter um outro objetivo estratégico. A União Européia tem. A União Européia tem como objetivo estratégico fazer daquele espaço econômico um espaço mais homogêneo. E, como tem esse objetivo estratégico, ela tem essa segunda política; porque, ao mesmo tempo que em ela patrocina o dinamismo da União Européia, sua inserção na economia mundial, ela cuida das áreas menos dinâmicas: ela quer aproximar Portugal da França; ela quer fazer a Grécia mais parecida com Alemanha, e aposta nisso, fazendo política regional explícita, assumida, com clareza; por quê? Porque tem esse objetivo.

A sensação que tenho hoje é que nós, brasileiros, desistimos desse objetivo, e estamos apostando somente na integração dos pedaços competitivos do Brasil e abandonando os pedaços não-competitivos; acho que este Fórum devia propor a discussão, no País, de uma política nacional de desenvolvimento regional, e vamos ter onde aplicá-la: nas diversas macrorregiões brasileiras. Agora, quando formos mapear, vamos ver que grande parte da região Nordeste estará inserida aí, com muita clareza, ou seja, ainda vai permanecer uma prioridade estratégica, para este pedaço do Brasil. Mas não podemos ser mesquinhos e pensar somente na região Nordeste; temos que pensar no Vale do Rio Doce, que foi esvaziado depois da saída da Companhia do Vale do Rio Doce, e é um população abandonada e perplexa, como é abandonada e perplexa a nossa população do semi-árido.

Esse é o eixo da discussão, de um Fórum como este; por isso que é lamentável que façamos a discussão nos termos mesquinhos, que o Governo Federal coloca. E acho que esse foi o grande erro dos nosso Governadores. Os nossos Governadores caíram numa cilada, na minha visão. O Governo propôs uma Medida Provisória, que transforma a SUDENE numa outra instituição. E eles aceitaram a proposta, e estão discutindo migalhas. Eles estão discutindo uma instituição que ninguém sabe o que é, que nasce de forma equi-

vocada, com diagnósticos que são falsos, onde o principal diagnóstico é que a SUDENE é um antro de corrupção, e não é! isto é uma mentira, e a História vai revelar mais adiante, que isto é uma mentira! Foi jogo de cena, para dizer que estava fazendo alguma coisa, e barrar a CPI da Corrupção, e isto vai ficar claro daqui a pouco.

A SUDENE tem desvios no Finor (Fundo de Investimentos para o Nordeste)? Tem. Precisamos combater os desvios no Finor. Agora, não podemos fechar a SUDENE, com esse argumento; senão, teríamos que fechar o Banco Central! Se se levar até o extremo, teríamos que fechar também o Banco Central, que está sob suspeita, em várias intervenções que ele fez no mercado! E mais importante ainda. Um dos equívocos centrais, que está em discussão hoje, é você fechar a SUDENE, criar uma interrogação, e pegar o Conselho Deliberativo e levar para junto do Ministro. A grande invenção da SUDENE não foi a Secretaria Executiva; a grande invenção da SUDENE foi o Conselho Deliberativo! O Nordeste não tem saída, se não agregar capital político.

Então, é um grande equívoco esvaziar o principal Fórum político de articulação da Região. E assistimos os nossos Governadores aceitarem o debate nesse patamar. Nesse patamar é inaceitável o debate! Vamos cometer equívocos fantásticos, se entrarmos nessa pauta. Temos que negar essa pauta, temos que negar a extinção da SUDENE, e temos que colocar uma outra pauta, e este Fórum serve para isso, para recolocar a discussão no patamar que precisa ser colocado, e juntar empresário, intelectual, representante dos movimentos sociais, juntar a energia que existe latente na sociedade brasileira, para fazer um verdadeiro debate.

Somos um País em construção, um País heterogêneo, um país onde a distribuição da riqueza e pobreza continua sendo o nosso traço estruturante, e esse é o nosso debate, esse é o nosso desafio a enfrentar. Não vamos fazê-lo com pautas mesquinhas, com pedaços da pauta, e um Fórum como esse pode e deve contribuir para isso, juntar essa energia para termos forças, para levar para o País a verdadeira discussão. No estágio de desenvolvimento em que estamos, ainda temos que colocar esse outro macro objetivo estratégico. Somos um País desigual, social, econômica e regionalmente.

E podemos ser um país muito melhor, se conseguirmos aproximar mais, fazer empresas brasileiras mais consolidadas, mais fortes; precisamos fazer isso. A pequenina Coréia consegue ter empresas maiores do que as empresas brasileiras! O que nós fizemos nos últimos anos? Vendemos as empresas brasileiras. Até 1994, 8% do PIB (Produto Interno Bruto) do Brasil era produzido por empresas multinacionais; hoje, são 20% do PIB do Brasil, e descapitalizamos o País. Temos hoje um patrimônio brasileiro menor do que tínhamos antes, onde a estratégia é oposta, a estratégia é consolidar as empresas brasileiras, para que elas cresçam, sejam competitivas e possam marcar presença de um País como o nosso, na economia mundial, e somos capazes de fazer isso. Todas as vezes que apostamos em fazer isso, conseguimos. Nós chegamos a construir a maior empresa de telecomunicações da América Latina. O que fizemos com essa grande empresa brasileira? Esfacelamos, para globalizar as empresas dos outros. É o contrário da estratégia que precisa ser feita.

É essa a temática do Brasil de hoje, e não vamos combater a miséria e a concentração de renda com estratégias equivocadas de submissão do Brasil aos interesses de fora do Brasil. Este é um País que tem um grande potencial, que pode ser uma Nação muito mais homogênea do que somos.

O Nordeste tem um grande potencial, que não é percebido. Hoje, tem aqui uma Mesa para discutir corretamente as potencialidades do Nordeste, e o Nordeste não é só uma região de pobres. Ouvi isso ontem, de um grande empresário francês, que disse que a imagem que tinham na França, é de que o Nordeste é uma área onde só tem pobreza, e ele estava estupefato com o que estava vendo no Nordeste. Quer dizer, não conseguimos passar a verdadeira face do Nordeste, porque também somos uma região que tem um grande potencial, e podemos sim, contribuir para a construção desse Brasil mais justo, mais solidário, como sonhamos.

Eu espero que este Fórum mude a pauta que está aí colocada. Muito obrigada.

1º debatedor

Lima Matos

Bom-dia a todos. Cumprimento meu caro amigo deputado Eudoro Santana, que me colocou nessa ousadia de tentar debater com a minha amiga Tânia Bacelar pois, de fato, sabia que estaria de acordo com tudo que a mesma falasse, porque sei dos seus conhecimentos, e sem dúvida tenho acompanhado seu trabalho; ao Reitor Roberto Cláudio, que tem dado uma grande ajuda à consolidação da Universidade Federal e, principalmente, na sua integração com a sociedade, participando diretamente de seminários, e criando cursos específicos, que ajudam essa integração; minha cara amiga Tânia Bacelar, companheira de órgãos de fomentos, ela pela Sudec e eu pelo BNB, onde trabalhei durante muito tempo, desde os 14 anos, e fomos também colegas de sofrimento em momentos em que tivemos que refazer nossos Estados, como Secretários da Fazenda, além de registrar que tenho acompanhado seu sucesso como professora e como debatedora pelas causas do Nordeste.

Caros Deputados, demais com-

O empresário Lima Matos é Bacharel em Economia pela Universidade Federal do Ceará e Administração Pública pela Universidade Estadual, UECE, e fez grande parte da sua carreira profissional no Banco do Nordeste. Foi Secretário da Fazenda do Estado, Vice-Presidente do Grupo Jereissati, Vice-Presidente do Grupo J. Macedo, Vice-Presidente da FIEC, e Presidente do Centro Industrial do Ceará.

Atualmente, o dr. Lima Matos desenvolve atividades empresariais, sendo também diretor executivo da FIEC e membro do Conselho Administrativo da Funcap (Fundação Cearense de Amparo a Pesquisas).

panheiros de Mesa, minhas senhoras, meus senhores. Sem dúvida, como já tinha falado, as observações feitas pela professora Tânia Bacelar são extraordinárias, pois é uma avaliação realmente muito clara do que foi o Nordeste, do que é o Nordeste hoje, e das suas soluções. Pouca coisa teria realmente a acrescentar, até mesmo com esforço, é difícil contraditá-la, para ajudar esse debate, assim prefiro fazer algumas observações, entrelaçando os comentários sobre sua palavra, para poder ajudar também os debates, na fase posterior. Acho que esse é um momento muito rico, rediscutindo o Nordeste, rediscutindo o Brasil, nesse momento em que estamos destruindo os nossos órgãos, criados para resolver os problemas regionais, como é o caso do DNOCS, SUDENE, BNB, e tantos outros órgãos regionais que, na verdade, estão perdendo suas funções antigas, não havendo um apoio mais integrado e estratégico a estes órgãos que precisariam de muito mais orientação e coordenação nacional, para poderem cumprir suas funções; sem falar no DNOCS, pelo qual recentemente lutamos tanto, e hoje aí está: sem função.

Então, sem dúvida, estamos absolutamente de acordo que os índices de pobreza ou de escravidão, conforme a Tânia colocou, continuam semelhantes ao passado. Nós temos uma pobreza absoluta no Nordeste, temos alguns bolsões de riqueza, mas, de uma maneira geral, nossa população tem aí mais de 50% em situações difíceis, delicadas, vivendo com níveis de renda per capita impossíveis de garantir sobrevivência, levando realmente à corrupção, levando ao roubo, levando a assaltos, levando nossa sociedade a um estado de insegurança constante.

O Nordeste melhorou como um todo, com vários pólos, mas do ponto de vista global ele precisa ser rediscutido, sem dúvida nenhuma, e estamos absolutamente de acordo com isso. Há pequenas melhorias, como na mortalidade infantil, no atendimento médico, até na renda em momentos isolados, como foi a questão do Plano Cruzado, como foi colocado, ou agora, no Plano Real. E temos questões que precisam ser recolocadas neste momento, numa avaliação nacional, como por exemplo, a questão da guerra fiscal.

A guerra fiscal, dentro dos Estados, é uma situação dramática, de interesse individual dos governos, tentando su-

plantar a inexistência de uma política nacional, dando de presente os seus impostos para quem venha de fora nos ajudar dando-nos a impressão de estarmos crescendo de forma constantemente. E é isso que tem acontecido na prática. Nós crescemos, mas sem ciência e tecnologia. As empresas, que tem vindo ao Nordeste, são pacotes fechados; não são empresas que aliem a discussão da produção de conhecimento dando continuidade definitiva ao nosso salto de qualidade. Temos bolsões de riqueza e bolsões de pobreza. O da riqueza muito mais copiando o Sul e Sudeste, ou até, como disse o próprio Ministro de Ciência e Tecnologia do País recentemente, que realmente o Sul é que deve fazer as pesquisas, e o Nordeste deve apenas executá-las; ele teve o desprazer de dizer o que pensava, num momento em que estava desatento.

A Ciência e Tecnologia, deve ser a marca do futuro da nossa luta. É muito importante reformular a política de Ciência e Tecnologia do Nordeste, integrando-o ao Sudeste, ao Sul, e ao mundo! Não estamos tratando minimamente deste assunto. Este é um ponto dramático, nessa fase de mudança e do que ficou desse processo, porque o mundo hoje é outro. Educar em primeiro e segundo graus, ou mesmo com uma faculdade, pode chegar a ser desnecessário para a integração ao mundo novo que vem aí, dentro de cinco a dez anos. Vi uma palestra muito interessante, que colocava que teremos, dentro dos próximos anos, 40 mil novas profissões e nenhuma delas começou ainda. Então aprender a aprender será a tônica mais fundamental e o Nordeste não está nem perto disso, porque não estamos preparando as pessoas para isso.

A integração com o Mercosul, feita de uma maneira desastrada pelo País, é ainda pior para as regiões periféricas como a nossa, sem se falar na integração ao resto do mundo, que não estamos também fazendo nessa fase atual. No passado, fomos escravizados ao Brasil e ao mundo, e hoje, estamos vendo de novo as regiões mais ricas se integrarem ao comércio mundial e nós ficando ao largo.

Por outro lado, precisamos ainda de um Estado promotor de desenvolvimento, porque não temos poupanças; temos baixa capacidade de atrair investidores do exterior, e de-

pendemos do aval da União, para captar recursos externos, além de não ganharmos nada com as compras ao Sul e Sudeste; até o ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias) diferenciado, na prática ele não é utilizado, porque o Sul e Sudeste não aceitam a diferenciação quando o nordestino vai comprar. Há uma concentração bancária fantástica no Sul e Sudeste que sofrerão também esta concentração porque os nossos bancos estão sendo comprados por bancos internacionais e os negócios das nossas grandes bolsas agora, também, estão se transferindo para Nova York.

Um BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) para o Nordeste, na forma que o sul teve na sua fase inicial de capitalização, era o que mais precisávamos no momento. Precisamos de uma política nacional que incorpore a regional, como colocou muito bem a professora Tânia Bacelar. A não percepção desse grande mercado interno é uma falha lamentável, visto que empresas do mundo todo estão vindo para cá se utilizar deste imenso vazio. Quase todas as empresas de valor agregado elevado estão sendo compradas pelo exterior, para virem para cá trabalhar este grande mercado interno, exportando lucros para seus países de origem.

As medidas macroeconômicas que o Brasil toma ainda hoje não levam em consideração a velocidade da moeda e tantos outros fatores de regiões periféricas como a nossa.

Nossa educação de primeiro e segundo grau é muito ruim em qualidade, embora apresente-se bem em quantidade; temos que fazer essa separação. Me desculpem, mas essa história de "ensinar a pescar" para quem está, hoje, morrendo de fome e sede é um absurdo! Nos Estados Unidos, hoje, se distribui bônus complementares a quem tiver menos de US\$ 1.000 de renda mensal, porque não há tempo para colocar esse pessoal todo num patamar correto, de modo a conviverem com o resto da sociedade. Estamos ainda na discussão de auxílio aos mais pobres que ganham menos de R\$ 90,00 reais, só em época de seca, o que é um absurdo, já que, no Nordeste, todo ano tem seca, porque mesmo que o inverno seja bom, de agosto até dezembro a estiagem e a fome prevalecem porque não tem mais algodão ou o gado para trabalhar no segundo semestre.

Falta de mais recursos para os municípios e estados e é uma desobediência à constituição, até pela própria forma que o FPM (Fundo de Participação dos Municípios) e FPE tem sido tratados até hoje. O Nordeste é, por incrível que pareça, um País equilibrado, num Brasil desequilibrado; ele importa e exporta mais ou menos o mesmo valor para o exterior, mas importa bilhões do Sul e Sudeste sem ganhar nada com isso. Claro que não quero debater isto, mas coloco apenas como raciocínio: Por que não o Nordeste independente do resto? Ou então, vamos fazer uma diferenciação clara e não só os malefícios, num processo de integração. O Nordeste independente, hoje, teria muito mais condições; não é que se deseje, essa separação, mas os números apresentam uma situação clara de desvantagem na forma econômica atual de comércio e transferências diretas e indiretas de recursos. Além disto, o Governo Federal deixou de alocar recursos do FPM e FPE (Fundo de Participação dos Estados), inconstitucionalmente, contribuindo para redículos recursos para Estados e Municípios. Agora, por último, o Governo Federal diz, sem nenhuma preocupação de esconder, através de seus Ministros, na televisão, rádio, jornal, que só vai criar impostos e tarifas que não redistribuam com o FPM e FPE, voltando a União a ter tantos recursos como antes da Constituição de 1988.

Sobre a questão do Finor, dentro da SUDENE, gostaria de colocar um comentário sobre a necessidade de capitalização das empresas. As empresas no NE não têm capital próprio, precisando de recursos não exigíveis para fazer crescer suas empresas, e o Finor era este mecanismo de capitalização sem endividamento, único existente no Nordeste, como o BNDESPAR no Sudeste. De cem funções que a SUDENE tinha, o Finor era uma delas. O erro da SUDENE foi não criar uma fundação para gerenciar melhor este fundo, ficando livre para gerenciar a SUDENE como um todo. Hoje, fechamos a SUDENE e criamos uma agência de fomento e, passem os senhores, a gestão financeira dos recursos não é do BNB, mas será contratado um banco de fora para gerenciar a área financeira, o que é um deboche para o Nordeste, que tem seu próprio banco.

Nós precisamos, como escrevi há oito anos, utilizar os

instrumentos de primeiro mundo. Um exemplo deste fato é a não utilização do mercado futuro, vendendo nossos produtos primários no dia da safra, enquanto o mundo todo vende antes de plantar, podendo negociar um preço adequado. Não usamos mercado de ações para capitalizar as empresas; cada um tem que ter um trator para sua fazenda, sua fábrica com recursos próprios. É uma forte mudança de cultura que tem que haver. Nosso sistema de poupança precisa ser discutido. Nós temos que ter poupanças adequadas para capitalizar as empresas, criando mecanismos em que o nordestino junte suas poupanças, ou diariamente vamos continuar mandando milhões de recursos para Sul e Sudeste, captados agora também pelos Bancos estrangeiros, que estão sediados no Sul, concorrendo com 2 ou 3 bancos ainda nacionais, já que não temos mais bancos locais, pois até os bancos públicos estaduais estão fechados.

Sobre a questão da mudança da política econômica, na passagem da era agrícola para industrial, lamentavelmente fizemos isso sem nenhum planejamento estratégico. Não temos uma política agrícola, nem industrial regional ou nacional. Não olhamos horizontal, nem muito menos verticalmente, as empresas; não aproveitamos o nosso potencial de vizinhança entre os Estados; não discutimos o nosso potencial correlato ao País. Cada estado faz um trabalho absolutamente isolado, porque não existe uma política nacional.

A nossa dívida externa, já pagamos sob há muito tempo, sendo que o nosso principal problema hoje é a dívida interna, colocada num perfil de curtíssimo prazo, e para pagá-la o governo cria novos impostos, sob um PIB cada vez menor - dificultando a arrecadação futura e dificultando a capacidade de fazer política regional ou política de integração nacional. O País está falido, porque não sabe gerenciar sua contas. Fui Secretário da Fazenda; o Estado do Ceará é um dos estados mais pobres, e no dia que assumi o cargo, falava que dentro de dois anos, sobraria dinheiro, e dentro de dois anos tínhamos 30% para aplicar em investimentos. O Estado gastava 140% de custeio e rapidamente, em três anos, estávamos gastando apenas 50%, com sobra de recursos. Dinheiro é questão de definição, e o País não sabe se definir. O Presidente da República Fernando Henrique Car-

doso brinca de ir à televisão, fazer graça com a sociedade, porque não tem um programa estratégico adequado.

A Constituição de 1988 foi uma brincadeira, porque nada que está lá está sendo cumprido. A redistribuição de funções da União para os Estados e Municípios só foi feito naquilo que agradava porque a União continua fazendo os mesmos trabalhos, e não redefiniu suas funções ainda, e por isto está falida. Mas a questão não é o dinheiro, porque os recursos existem em abundância, e a professora Tânia Bacelar foi Secretária de Estado, e sabe que existem recursos, mas temos que combater a sonegação como combatemos, e fazer um planejamento estratégico mais amplo do País.

Temos que nos unir, basicamente, para implantarmos pelo menos o que já conquistamos, que os Deputados Estaduais, Federais, Senadores sequer debatem. A Constituição diz que o País tem que aplicar proporcional à população em cada região, aplicando 28,5% no Nordeste; e só são aplicados onze. O BNDES era para aplicar 28%, e aplica onze por cento. O Banco do Nordeste é o banco que mais tem recursos aplicados na região, mas em função dos outros bancos que saíram e não temos mais bancos estaduais; não temos mais aplicação de nenhum banco nacional aqui no Nordeste, só tendo o BNDES e o Banco do Brasil num valor muito insuficiente para nossa economia.

Temos que nos adaptar aos instrumentos de primeiro mundo; temos que discutir a captação de nossas poupanças, como as reaplicamos aqui, e temos que acabar com essa questão de termos só bancos nacionais; temos que discutir nossos próprios mercados - mercado primário, mercado secundário -, não só de títulos, mas de produtos primários; temos que ter os nossos próprios bancos, dentro do nosso processo de integração; temos que ter nossos órgãos fortalecidos e não deixar que acabem de um por um; temos que nos unir, enquanto resta alguma coisa, porque o Sul e Sudeste como míopes, não estão percebendo que vamos todos nos mudar para lá, e depois transformarmos o Nordeste em um deserto,

Então, em resumo, estou absolutamente de acordo com a professora Tânia Bacelar, que continuamos com um processo de escravidão, sem uma percepção de mundo, e sem uma

política nacional com integração regional, e sem utilizar nenhum instrumento de primeiro mundo, querendo inventar a roda a cada momento, e, principalmente, sem ciência e tecnologia, copiando e recebendo, prontos, pacotes do Sul e Sudeste, e do resto do mundo. Muito obrigado.

2º debatedor

Flávio Ataliba

Bom-dia a todos. Gostaria de saudar esta Casa, pela iniciativa da realização desse Fórum sobre o Desenvolvimento do Nordeste. Sempre é importante ter fóruns dessa natureza, porque o Nordeste possui muitos problemas e, quanto mais fóruns para discutir esses problemas, melhor poderemos entender a região.

Gostaria de saudar o deputado Eudoro Santana, a dra. Tânia Bacelar, dr. Lima Matos, deputado Bosco Costa, e dr. Iran Ribeiro.

Acho que falar por último tem uma vantagem e tem uma desvantagem. A vantagem é que tenho menos tempo e então, posso não errar tanto; e a desvantagem é tentar dizer algo importante para vocês, depois de ter ouvido a brilhante exposição da professora Tânia Bacelar e do dr. Lima Matos. Porque vão sobrando poucos aspectos a serem levantados, sobre esse problema, que é a atual situação em que o Nordeste se encontra, e como podemos estabelecer políticas concretas, de tirarmos a região dessa situação.

Acho que há um consenso nos

O professor Flávio Ataliba tem Mestrado e Doutorado pela Fundação Getúlio Vargas. É professor do Curso de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal do Ceará, e pesquisador do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico)/Funcap.

dois palestrantes anteriores - e penso da mesma forma - que o grande problema hoje, é a ausência nacional, de uma política de desenvolvimento regional. Você não tem claro, quais são os interesses, em termos de Poder Central, nas diversas regiões brasileiras, e esse é o grande ponto. E basicamente, o que se teve no passado, foi o Finor como instrumento oficial, e recentemente, na Constituição de 1988, o Fundo Constitucional.

Então, são esses os dois grandes programas, ditos oficiais, que buscam reverter a situação em que o Nordeste se encontra hoje. Evidentemente, se analisarmos os casos da SUDENE, do próprio IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), o Nordeste cresceu, em termos de PIB, mais do que as outras regiões do Brasil, e isso é um fato que não se tem como ser contra, porque é um dado, fruto ou não das políticas de industrialização, mas esse é um ponto que tem que ser levantado. O problema é que a pobreza ou a concentração de renda, permanece tão quanto, existia no início da década de 70, como existe hoje. Quer dizer, apesar de termos um crescimento acelerado da região Nordeste, parece, os dados mostraram que esse crescimento não foi revertido em redução proporcional do número de pobres na região, ou na redução da concentração de renda.

Então, cria-se sempre um dilema para os economistas, para os cientistas sociais, de pensarem como podemos crescer, e esse crescimento ser revestido em bem-estar das pessoas, porque no final de tudo, é o ser humano que está em jogo, é para eles que as políticas devem ser orientadas.

Nesse sentido, essa ausência de uma política nacional, acarreta um problema muito sério, que é a guerra fiscal entre os Estados. A guerra fiscal é uma guerra em que praticamente não teremos vencedores, todos serão perdedores na guerra fiscal. Então, você tem que pensar como você vai tentar desenvolver a região, e, ao mesmo tempo, esse desenvolvimento produzir a inclusão social. A professora Tânia Bacelar fez um brilhante relato histórico, do que foi a evolução histórica do Nordeste nesses últimos cem anos, e aqui não vou ser repetitivo, em termos de pensarmos novamente, sobre essa questão.

O ponto que quero pensar com vocês, é o seguinte: será

que existe um problema regional, ou existe um problema social no Nordeste? São questões extremamente diferentes, que exigem políticas diferentes. Isso acaba sendo um desafio, da minha parte, em termos de lançar elementos novos no debate, e depois até gostaria de ouvir a opinião de outras pessoas sobre o assunto, mas isso é uma opinião minha e aqui estou aberto a sugestões. Por que digo que o problema do Nordeste, é mais social do que regional? É porque o problema não está na região, o problema está nas pessoas que moram na região. Como é que posso verificar se isso é verdade? Veja bem. Se você verificar os dados da PNAD (Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio), percebe-se que, pegando indivíduos com características semelhantes no Nordeste e no Sudeste, o diferencial de renda entre eles é muito pequeno. Ou seja, o diferencial de renda, mais ou menos estaria de acordo com o quanto ele pagaria, para ir para uma região mais desenvolvida. Então ele pode ganhar menos, ficando aqui, suponhamos, no Ceará, do que um indivíduo semelhante a ele em termos educacionais, estando numa região mais desenvolvida. Estudos mostram que esse diferencial de renda flutua entre menos 10% em Belém, até 25%, em torno da média, em Curitiba. Quer dizer, o diferencial de renda entre pessoas com características semelhantes, é muito pequeno, entre indivíduos.

O problema é que, como analisamos a renda per capita entre Estados, a diferença é muito grande entre o Ceará e São Paulo, Piauí e São Paulo, Piauí e Rio de Janeiro, ou os Estados do Nordeste em relação aos outros Estados do Brasil. Então, existem dois elementos muito distintos, que são: características semelhantes com rendas aproximadas ou rendas per capita muito distante entre Estados. Se isso é verdade, se o diferencial de renda entre pessoas é pequeno, porque suponha que se o diferencial de renda em São Paulo é muito alto, em relação ao indivíduo de igual características aqui, certamente esse indivíduo iria migrar para São Paulo, quer dizer, todos iriam migrar para São Paulo. Mas parece que já existe uma reversão na migração do Brasil. Isso aconteceu muito forte, na década de 50, mas na década de 60 para cá, essa migração para o Centro-Sul está sendo revertida.

Então, o que quero dizer com tudo isso? Quero dizer que

o Nordeste é pobre, porque existem muitas pessoas no Nordeste, com características que os tornam pobres. Ou seja, pessoas de baixo nível de qualificação. Porque um indivíduo com baixo nível de qualificação aqui, no Nordeste, ganha mais ou menos o que ganha um indivíduo com baixo nível de qualificação no Centro-Sul. O problema é que temos muitos indivíduos no Nordeste, com baixos níveis de qualificação. Isso muda completamente as propostas de políticas de desenvolvimento regional, porque o problema não é a região, o problema são os indivíduos que moram na região. E as políticas públicas devem ser direcionadas muito mais fortemente, para atingir esses indivíduos, para tentar fazer com que o Nordeste possua estrutura produtiva semelhante a do Centro-Sul.

Existe um problema muito grave nisso, porque se você educa um indivíduo no Nordeste e torna o indivíduo com características semelhantes ao indivíduo do Sudeste, certamente se não tiver uma atividade produtiva suficiente aqui, ele vai migrar para outra região, atrás de um rendimento maior para ele, porque a região local não suporta. Não há problema, a meu ver, no primeiro instante, que haja essa migração. Porque se ele migrar com capital humano ou se ele migrar com instrução, é ótimo para ele, ele não pode é migrar para outra região, para morar em favela e sem capital humano, então é melhor ele continuar onde está. Quando você estabeleceu durante os últimos 30 anos, políticas de incentivos fiscais ou isenções fiscais ou subsídios fiscais, tentando, ao invés de permitir a mobilidade do capital humano, ou seja, do ser humano qualificado, se tentou trazer estruturas produtivas do Centro-Sul para cá. Logicamente, quando se faz isso, se reforça a concentração de renda na região Nordeste, porque você está subsidiando o capital e não está subsidiando o trabalho. Então, se você continua nesse processo, de desenvolver o Nordeste visando muito fortemente o incentivo ao capital, o incentivo fiscal, como o próprio Celso Furtado reconheceu, você vai acabar acelerando ou agravando o processo de concentração de renda e de miséria na região.

Nesse sentido, penso que diferentemente de 30 anos atrás, quando se pensou uma política de desenvolvimento da re-

gião, que foi importante para aumentar o PIB da região, acho que está no momento de se pensar em políticas que olhem os outros fatores de produção, e não somente o capital, mas o trabalho. E o trabalho, esses outros fatores de produção que estimulam o trabalho, está calcado, principalmente no mundo moderno, na educação. A globalização está aí, independente de nós gostarmos ou não, mas é um fato histórico, que possa ser que daqui a 100 anos, se reverta esse processo, mas você tem que permitir ao indivíduo - principalmente o que está no Nordeste - a fazer parte desse novo cenário, e ele só pode se incluir nesse novo cenário, se ele tiver qualificação, ou seja, se ele tiver características de indivíduos ricos, em outras regiões.

Então, volto ao meu ponto inicial. Acho que o problema regional, é mais um problema social do que um problema da região em si. A região possui potencialidades fantásticas, mas os indivíduos que pertencem a essa região, não possuem características que possam desenvolver essas potencialidades.

Então, em termos concretos, as políticas devem ser direcionadas nesse sentido, de fortalecer cada vez o ser humano, e torná-lo capaz de se inserir nesse novo ambiente econômico, advindo até da globalização. O problema, finalmente, é que os Municípios e os Estados do Nordeste, não possuem poupança suficiente para investir e reverter esse quadro de miséria, principalmente na área rural. Se isso é um fato, o Governo Federal teria que se ater a arcar com essa deficiência, dando atenção preferencialmente às regiões mais carentes de políticas, principalmente educacionais.

Concluindo, acho que os órgãos de desenvolvimento do Nordeste devem incentivar e subsidiar o capital humano, para que os indivíduos sejam produtivos para as empresas que aqui se estabeleçam.

Outras manifestações

SR. PRESIDENTE DEPUTADO BOSCO COSTA (SE): Com a palavra o sr. Valfrido Salmito, do Banco do Nordeste.

SR. VALFRIDO SALMITO: Inicialmente, quero cumprimentar na pessoa do professor Roberto Cláudio, os componentes da Mesa e parabenizar o coordenador do evento, deputado Eudoro Santana. Queria também ressaltar, que não tenho reparos a fazer à exposição da professora Tânia Bacelar, não só em respeito ao seu grande embasamento técnico e à sua larga experiência, sua vivência no desenvolvimento regional, mas me sinto na obrigação de tecer breves considerações.

Quero me reportar, inicialmente, ao criador, praticamente, desse pensamento ontológico do desenvolvimento, que é Celso Furtado, e até começando pela parte final do trabalho da professora Tânia Bacelar, quando a mesma menciona que Celso Furtado praticamente, chega ao ponto de fazer uma autocrítica, considerando que o investimento não deveria ter sido a variável estratégia, pelo menos exclusiva. É fácil imaginar esse pensamento hoje, mas o cenário de praticamente 50 anos atrás, levou Celso Furtado a transformar um pensamento renovador sobre a região, numa política regional.

Não podemos perder de vista isso. Celso Furtado era e continua sendo um pensador, além de um economista, que cristalizou esse pensamento renovador, sobre a região, que estava disseminado em diretrizes de Ministério de Viação e Obras Públicas, de Secretaria de Viação e Obras Públicas, num clima de estagnação econômica, sem expectativas, numa política regional dinâmica, aproveitando os primeiros passos que o Banco do Nordeste já estava dando na região, mas consolidando, de maneira definitiva, pelo menos, o

pensamento do desenvolvimento regional, e toda uma filosofia em torno disso, visando uma mobilização das lideranças regionais.

É claro que a criação da SUDENE e a transformação do pensamento de Celso Furtado numa política regional, não desmontou toda a estrutura logística da administração pública Federal, porque o País continuou e continua sendo gerido pelos Ministérios setoriais, pelas políticas setoriais, mas ele colocou definitivamente a questão regional, e mais do que isso, aglutinou a força, o poder político dos Governadores, em torno de um conselho, que é a sua grande criação, que lamentavelmente, parece desgastar-se no momento.

O que é fato é que este pensamento renovador de Celso Furtado, transformado em política regional, e confrontando sempre com as políticas setoriais, conseguiu uma dinamização repentina para a região. É ocioso, mas devemos sempre repetir o que significou isso, não só a trazida de missões internacionais, muito mais do que isso, modernizando a pulso, aquela indústria decadente. A política de desenvolvimento regional, também alcançou toda a modernização de infraestrutura, e é preciso ressaltar que os incentivos fiscais que vieram como instrumento posterior, nem sequer compõem o pensamento de Celso Furtado, os incentivos foram criados por um parlamentar pernambucano no Congresso Nacional, que aprovou-o, e sem dúvida representou um instrumento importantíssimo para a complementação da capitalização da região, que como ressaltou o senhor Lima Matos, ainda é altamente deficitária.

Mas, mais importante ainda do que esses aspectos, foi também a cristalização desse conceito de região, que precisava ser impulsionado. Eu também acompanho o raciocínio da professora Tânia Bacelar, no sentido de não perdermos mais tempo em torno da questão regional. A questão regional está muito bem posicionada, o que precisamos, realmente, é dessa política nacional de desenvolvimento regional, inserindo, porém, um componente novo, que é a mobilização não apenas das lideranças empresariais, das lideranças políticas, de Deputados, Senadores e Câmaras, mas também alcançar os Municípios da região, que são 2000 Municípios, são 2000 Prefeitos que estão aí, trabalhando desesperadamente, numa administração marcada por todas as adversidades.

E sobre esse aspecto, sem querer antecipar o papel atual do Banco do Nordeste, quero exatamente, complementar o pensamento de Tânia Bacelar, dizendo que o Banco do Nordeste está fazendo neste momento, um papel que certamente Celso Furtado queria ter alcançado, que é a mobilização de todas as lideranças comunitárias da região, em busca dos seus projetos, cuja validade local deve ser apreciada pontualmente. Essa contribuição do banco, significa uma complementação daquela política regional que foi começada há 30, 40 anos, e que nós não sabíamos - ou não tínhamos elementos naquela época - para conseguir alcançar. Quer dizer, o nosso desenvolvimento regional, com todas as conquistas, com todos os avanços, foi na verdade, uma política ditada de cima para baixo, com as elites técnicas, as elites políticas, mas sem partir daquela base Municipal, que é absolutamente imprescindível.

E hoje, vemos assim, com muito conforto, que esta política está sendo fechada no seu espectro total, em função dessas intervenções. Já, por exemplo, temos mais de mil Prefeitos contribuindo para conseguir a dinamização da economia do seu Município, não importando o tamanho nem a cor partidária do Prefeito. Quer dizer, esse é um aspecto absolutamente inovador, e como Tânia Bacelar também nos chamou a um desafio, o Nordeste precisa lançar, em nível nacional, novas opções, novas formas de um trabalho pioneiro, que desenvolvemos há 30, 40 anos, e esse, com certeza, é um dos aspectos mais relevantes e que vem constituindo objeto de estudos, inclusive internacionais.

A participação do Banco do Nordeste ocorrerá na fase apropriada, mas há pelo menos uma certeza, de que aquele vácuo, aquele vazio da mobilização de todas as lideranças comunitárias locais de cada Município, está sendo feito com o trabalho do Banco do Nordeste, que também conseguiu outra proeza: foi a adesão de milhares de parceiros a esse processo de soerguimento social e econômico. Era essa a minha observação. Obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO BOSCO COSTA (SE): Com a palavra o dr. Jorge Emílio, representante dos servidores da SUDENE.

SR. JORGE EMÍLIO: Minhas senhoras, meus senhores,

quase boa-tarde, é um prazer e uma honra estar aqui, na Assembléia Legislativa do Ceará, que, retornando ao Ceará, minha família é do Ceará, é um privilégio estar aqui, no Ceará, que é um Estado pioneiro nas lutas, principalmente dentro do seu Plenário 13 de maio, que representa a luta do Ceará, pioneiro na libertação dos escravos.

Gostaria aqui de falar, não sobre alguns aspectos técnicos ou econômicos, embora seja economista, mas acho que essa aqui é uma Casa política, e o problema desse País é de natureza política. E estamos discutindo aqui uma questão política, e não podemos minimizar aquilo que os tecnocratas têm se deleitado, em desconstruir esse País. O que nós assistimos nesse desmonte, nessa desinstitucionalização, é exatamente a ausência do autor político. O autor político está ausente do processo! Os senhores aqui, representam uma instituição política, e a SUDENE, além do seu caráter técnico com a sua Secretaria Executiva, tinha o seu componente, o Conselho Deliberativo, que seria o fórum político regional. E no entanto, os Governadores, como a professora Tânia Bacelar, do qual sou discípulo, tocou numa questão essencial, em todas as questões essenciais que ela abordou aqui, sobre a esterilização política, com a conivência dos principais atores políticos, que são os senhores governadores.

Se tocou aqui, na questão da guerra fiscal. A guerra fiscal é um exemplo da ausência de política nacional. Se questiona a ausência de política de desenvolvimento, mas não temos nenhuma política nacional; o País está completamente à mercê desse quadro caótico de desordem, que está instalado e que não precisa fazer força para vê-lo, basta sair às ruas para identificar esse processo.

Os senhores têm responsabilidade com isso, os senhores são atores políticos e estão - me desculpem aqui a expressão - omissos. As Assembléias Legislativas inclusive, têm um papel dentro das unidades federativas, de tocar esse debate e provocar as instâncias políticas maiores, no âmbito do Congresso Nacional e outras instâncias. O problema é que nós assistimos a desconstrução do Estado brasileiro e o desmonte das instituições. O grande problema do Brasil, é exatamente a baixa institucionalidade que temos, pois vivemos nos queixando disso e no entanto, assistimos passivamente o desmonte das poucas instituições estruturadoras que nós temos.

A SUDENE, a CHESF, o Banco do Nordeste foram três instituições que formataram essa região e deram consciência crítica a esta região. Eu aqui, quando entrei nesta Assembléia, estava tocando uma bandinha de forró, e o que significa isso? É a expressão da cultura regional, e esta região passou a ter esta consciência crítica, como dizia Celso Furtado, a partir da criação da SUDENE, que associada à CHESF e ao Banco do Nordeste, deram esse formato a esta região.

Aqui gostaria de citar o discurso de Juscelino Kubitschek, como grande estadista, apresentou, quando enviou a Mensagem de criação da SUDENE. Dizia ele: *"Aceito essa responsabilidade, ingente na convicção de que chegou a hora de saudar o nosso débito de honra para com o Nordeste. Ao heróico do povo nordestino, cujo apego ao torrão natal, em meio a todas as vicissitudes climáticas, preservou intocado a unidade nacional. É preciso dar agora, os recursos e o aparelhamento técnico, capaz de arrancar a economia regional das garras seculares do desenvolvimento"*.

E o que nós estamos discutindo hoje, praticamente quase 50 anos depois, é exatamente a mesma coisa. Quer dizer, estamos, inclusive, sendo remetidos ao estágio que antecedeu à criação da SUDENE, do Banco do Nordeste e da CHESF. E para complementar, uma frase do ilustre Celso Furtado, um dos grandes engenheiros dessa construção, dizia ele, no ano passado, numa entrevista ao Diário de Pernambuco: *"A SUDENE é o vínculo entre os Estados do Nordeste. A SUDENE é que permite ao Nordeste, ter um peso político no Brasil"*. Então esta é a questão, a questão é política. Estamos nos aproximando de novas eleições gerais, e não é possível que esse País continue sem política de coisíssima nenhuma! Estamos numa política de globalização, subordinada, atrelada aos interesses externos! É preciso voltar para dentro, a professora Tânia Bacelar sempre toca nessa questão, do chamado desenvolvimento endógeno, onde precisamos buscar nas nossas entranhas, os elementos necessários para costurarmos a nossa pujança; a Região Nordeste, com a ação da SUDENE e das outras instituições co-irmãs, inclusive aqui o DNOCS, construiu um PIB de 170 bilhões de dólares, que é o sexto PIB do continente americano, e isso é uma coisa importante para não perdermos de vista, das reais potencialidades que essa região dispõe.

Portanto, é questão urgente a retomada do processo de harmonização interna desse País, sob pena de entrarmos num processo de fragmentação nacional, que já estamos marchando para isso. Todos nós, representantes da elite brasileira, principalmente da elite regional, estamos aqui representados ou sendo representantes, somos responsáveis por esse processo. Então, para concluir, é necessário se restabelecer o pacto federativo, os Estados da Federação não podem estar submetidos a esse processo de esterilização, e que os Governadores se submetem a isso. Isso é um absurdo, isso inclusive é a ruptura do pacto constitucional! É preciso restabelecer o pacto constitucional, ou então, esse País vai para uma anarquia que ninguém sabe, tem hora para começar e não tem hora para acabar. E nós estamos, basta ir às ruas para vermos o confronto que já estabelecido.

Então senhores, é preciso acordarmos para isso. É necessário que se exija uma efetiva integração nacional, espacial, econômica e social mais justa. É momento de indignação, não somente de indignação, mas de mobilização coletiva. E diante disso, encerro as minhas palavras, dizendo que é necessário retomar o desenvolvimento, como forma de contraposição a esse processo de globalização concentrador, perverso e destruidor das instituições em todo mundo, e nós aqui, que somos a periferia da periferia, é preciso restaurar essa ordem. Obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO BOSCO COSTA (SE): Agradeço a intervenção do dr. Jorge Emílio, e passo a palavra para o dr. Iran Ribeiro, Presidente do CDL.

SR. IRAN RIBEIRO: Demonstramos aqui, a nossa total preocupação com a extinção de órgãos e mecanismos necessários ao desenvolvimento das nossas regiões. E declaramos aqui, a inserção do comércio nas discussões e nos fóruns voltados para o desenvolvimento e reivindicamos isso. Nós fomos muito lentos para reconhecer o comércio, fora do setor produtivo, levamos 11 anos para isso. Quando fizeram o FNE, e declararam que o comércio não fazia parte, isso foi um grande erro. Precisamos de uma política clara de desenvolvimento, e uma interlocução frequente com os órgãos responsáveis pelo planejamento, desenvolvimento, tecnologia e vamos explicar por quê.

Para corrigir uma série de equívocos, temos uma política

de educação que é de baixíssima eficiência, dentro de um sistema que contribui para a concentração de renda, e estamos falando aqui que o problema é concentração de renda. Quem tem acesso à Universidade, quer paga ou quer gratuita, é só quem tem alta renda, e o pobre cada vez mais pobre. O sistema de saúde, de preços excessivamente elevados, porque estamos trocando a saúde preventiva, pela saúde curativa, que é no mínimo cinco vezes mais cara. Um sistema de segurança de elevadíssimo custo e poucos investimentos, gerando cada vez mais um estoque de problemas para a própria segurança. Um sistema de habitação de baixa eficiência e elevadíssimos custos. Um sistema de produção de elevado agregado tributário, elevado custo financeiro, para a obtenção de recursos, e de mão-de-obra sem a qualificação apropriada, tirando a competitividade dessa produção. Sem falar, nos custos de juros da dívida, que foi criminosamente privilegiado, em detrimento do mercado interno desse País.

E agora, vamos para um outro eixo: a geração de receitas. Cometeu-se um grave crime contra o capital: esqueceu-se de gerar consumidores, e somos uma população muito grande, com uma quantidade muito pequena de consumidores. O Brasil segue apostando em uma política de investimento e desenvolvimento, que renuncia a receita de arrecadação - a guerra fiscal -, em detrimento a setores que têm uma capacidade muito maior de gerar emprego e renda. E aqui me refiro à guerra fiscal da indústria, dando isenção de impostos, prejudicando um setor - comércio e serviços -, que é hoje o responsável pela maior geração de emprego e renda. Analisem isso, se querem acabar com a concentração de renda. Porque a indústria, isso aqui não é um defeito dela, mas é uma característica dela, ela é concentradora de renda, porque as diferenças salariais entre o topo e a base, são muito elevadas, diferentemente do setor comércio e serviços, que está sendo privilegiado no mundo todo.

E me refiro aqui, para encerrar, um direcionamento equivocado de investimentos, onde não existe política direcionada ao setor terciário, que é, sem dúvida, o maior gerador de renda. E considero a indústria como um gerador de riqueza, mas emprego e renda, para fazer distribuição de ren-

da, está no setor terciário. Por essas colocações, reivindico, em nome do comércio - que aqui represento -, uma inserção na criação de uma nova política de desenvolvimento para o Brasil, ou nós vamos ficar aqui, usando a palavra do comerciante, feito o marido traído no sofá da sala: joga o sofá na rua, para se enganar que está fazendo alguma coisa. Vamos realmente, fazer alguma coisa por nosso País.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO BOSCO COSTA (SE):

Agradeço a intervenção do dr. Iran Ribeiro, e o próximo inscrito é o deputado Federal José Pimentel.

SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL: Exmo. sr. deputado estadual Eudoro Santana, em nome de quem saúdo os integrantes da Mesa, minhas senhoras e meus senhores, quero fazer um registro, uma consideração e duas perguntas. O registro é que, lamentavelmente, estamos entrando no Recesso Parlamentar, e há 60 dias, a SUDENE e a SUDAM foram extintas, e não realizamos uma única reunião na Comissão Mista do Congresso Nacional, permitindo que esse processo de extinção permaneça, se consolide, e saia da agenda política.

Portanto, é preciso registrar que, se de um lado, o Executivo esvazia a nossa Região Nordeste e as políticas regionais, é preciso também consignar, que o Congresso Nacional é conivente com essa política, e o exemplo maior é que se passaram 60 dias e a Comissão Mista do Congresso Nacional, embora tendo Presidente, Relator e todos os membros indicados, não realizou uma única reunião, porque o seu Presidente, o seu Relator da Comissão, não tiveram interesse. E temos lá mais de 50 Emendas para ser discutidas, sobre a reformulação da SUDENE e da SUDAM, entre essas, uma proposta global do Partido dos Trabalhadores, em que fortalece a política regional.

A consideração que queria fazer, é sobre os Fundos Setoriais, pois durante o ano de 2000, fizemos um grande esforço para criar uma série de fins setoriais para ciência e tecnologia, tendo uma clareza que, ou o Brasil investe em conhecimento, em novas tecnologias, ou não conseguiríamos integrar este mercado tão competitivo. E nesse sentido, constituiu-se vários fundos, que estão no Orçamento da União para 2001, onde foram aplicados apenas 3,78% dos recur-

so destinados exclusivamente para a ciência e tecnologia. E desse montante, parte desses fundos, 40%, são para as regiões Norte e Nordeste, e neste montante aqui, não está incluído o FUSTE, que é o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações, que é um projeto da nossa autoria, que tem um bilhão e 27 milhões também, no Orçamento de 2001.

E a primeira pergunta que queria fazer, é ao sr. Lima Matos, que é um estudioso desta matéria. O que poderíamos fazer, numa unidade entre a academia, o setor empresarial, dos trabalhadores e o setor político, para fazer um grande seminário no Ceará, para discutir fundos setoriais, e não permitir que a União utilize desta forma, recursos carimbados, que são fundamentais para nossa região.

E para a dra. Tânia Bacelar, nossa professora, admiradora por todos nós do Nordeste do Brasil, queria registrar que ela tem toda razão. A Medida Provisória de extinção da SUDENE, na verdade, é um ato de liquidação e de queima de arquivo, para impedir que uma série de desmandos que tinham sido feitos, fossem acobertados, e o que efetivamente levou ao esvaziamento da SUDENE, foi o não-privilégio ao seu Conselho Deliberativo. Em algumas daquelas reuniões, os senhores Governadores mandavam o terceiro ou o quarto escalão de seus Governos, não mais ali prestigiando e dando prioridade a uma política de incentivo fiscal, que eu chamo de guerra fiscal, que todos nós saímos perdendo, e que culminou com a extinção da SUDENE, e precisamos resgatá-las com novos parâmetros, em novos valores, e com novos compromissos que a região necessita.

E nesse sentido, como a SUDENE é a planejadora das políticas regionais, que terminam, por última instância, definindo as políticas dos fundos constitucionais, tivemos, na última sexta-feira, da semana passada, a emissão da Medida Provisória 2155, e esta Medida Provisória, entre outras coisas, no seu Artigo XIII, autoriza os bancos operadores dos fundos Constitucionais, a compensarem como prejuízo, todas as operações realizadas com o FNE até o dia 30 de novembro de 1998.

Quando nós, em detrimento do Fundo, quando abrimos um fato relevante apresentado pelos três Bancos, o Banco

do Brasil nomina a quantia, que será de 695 milhões, e o Tesouro repassou até dezembro de 2000, a quantia de 3,8 bilhões de reais, e o patrimônio Líquido é de 2,5 bilhões. Nesses 2,5 bilhões, o Banco declara que vai compensar como prejuízo, 695 milhões, ou seja, vai empobrecer e esvaziar o próprio Fundo. Já os outros dois Bancos, com os seus fatos relevantes, não indicaram a quantidade de recursos que deverão ser abatidos neste Fundo, e para nós é uma grande preocupação. Porque se cabe ao próprio Banco fazer a compensação, não apresenta os fatos relevantes e o seu montante, que mecanismos poderíamos ter?

E para finalizar sr. Presidente, queria registrar que ainda em outubro de 1998, o Tribunal de Contas da União já indicava vencidos, nos Fundos do FNE, a quantia de 1 bilhão e 680 milhões de reais, quando foi baixada a Medida Provisória 1727, que é exatamente de novembro de 1998. Portanto, sra. professora, a nossa grande preocupação, é quanto às outras obrigações dos Bancos Públicos Federais, o Tesouro Nacional está emitindo títulos para compensar, mas nos Fundos Constitucionais, ao invés de emitir títulos, resolvem debitar ao próprio Fundo, e a minha preocupação é que vire um Finor no dia de amanhã, conseqüentemente não possamos mais fazer a sua defesa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO BOSCO COSTA (SE): Obrigado, deputado José Pimentel. E agora, como última intervenção, o dr. Paulo de Tarso Meyer Ferreira, da Associação dos Engenheiros Agrônomos.

SR. PAULO DE TARSO: Antes de mais nada, quero parabenizar o Presidente de Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, deputado Wellington Landim, pela realização do Fórum de Desenvolvimento do Nordeste, coordenado pelo deputado Eudoro Santana; parabenizar também os palestrantes, pela excelente idéia que trouxeram para nós, da problemática do nosso Nordeste. Lastimamos entretanto, por não estarem presentes aqui, entidades envolvidas com o setor, principalmente as altas autoridades das nossas Secretarias do setor primário. Este Fórum não pertence a nenhuma entidade em particular, isso não existe cor partidária, este Fórum é de interesse geral do povo, da sociedade civil organizada, das entidades preocupadas com atual situ-

ação de calamidade, porque passa o nosso sertão, porque passa o nosso povo.

Temos obrigação, como líderes de entidades de classe, de quebrar estas arestas, estes ciúmes, esta soberba, para que com idéias, atitudes, projetos concretos, possamos amenizar e diminuir a miséria, porque hoje campeia, infelizmente, o nosso Estado. A Associação dos Engenheiros Agrônomos do Estado do Ceará, optou, dentre as suas várias diretrizes, inserir uma major participação do engenheiro agrônomo nas discussões e elaborações de idéias, para a melhoria das condições sócio- econômicas do Estado, notadamente aquelas referentes ao setor agropecuário, abalado por profundas e persistentes crises.

Apenas rapidamente, para os senhores terem uma idéia dos nossos índices, que apesar do desejo do Governo priorizar setores com capacidade de respostas mais rápida, como o setor industrial e o de turismo, o Governo do Ceará não pode esquecer que segundo o IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), em 2000, o Ceará, com 7 milhões de habitantes, o sétimo Estado em números de habitantes, tem 4.1 milhões de pobres, com a pior colocação do Brasil, isto em termos absolutos. Fortaleza, segundo o IBGE, ocupa a primeira colocação em termos de má distribuição de renda, e a terceira cidade mais favelizada do Brasil.

Segundo o Banco Mundial, a porcentagem de pobres no Ceará, é de 49%, comparada a 23% no Brasil e 9% no Sul e Sudeste. As taxas de pobreza, são menores na municipalidade de Fortaleza, sendo 20%; na periferia, na Região Metropolitana de Fortaleza: 42%; nas cidades médias: 48%; nas pequenas cidades: 51%; e finalmente, nas áreas rurais, já atinge o absurdo índice de 77%. Portanto, é no meio rural que está a maioria dos cearenses indigentes e pobres, e onde se encontra os mais baixos níveis de educação, saúde e emprego. Enfim, os piores níveis de qualidade de vida no Ceará.

Aí está o principal problema do Estado, sendo estratégica uma mudança nas concepções das políticas para o meio rural, tendo em vista reter o homem no campo, mesmo às custas da diminuição de ênfase de outros projetos e setores, para evitar as migrações em massa da população rural

para as cidades, o que criaria uma situação caótica e insustentável, em termos de segurança pública. Trata-se de mudar o crescimento do Estado, incorporando a noção do desenvolvimento social.

Presidente do Fórum, deputado Eudoro Santana, passo essa simples colaboração da Associações dos Engenheiros Agrônomos com o título "Agropecuária no Ceará- Diagnóstico e Sugestões". Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO BOSCO COSTA (SE): Para encerrar, a professora Tânia Bacelar fará suas considerações finais.

SRA. TÂNIA BACELAR: Concordo com o professor Celso Furtado, na sua autocrítica. Não vamos mudar o Nordeste somente com uma política de investimentos, só vamos mudar o Nordeste, quando fizermos reformas estruturais na vida da sociedade do Nordeste. Dessas reformas, duas delas são fundamentais. Primeiro, redistribuir o patrimônio terra, que é importante no Brasil, e, sobretudo, importante no Nordeste.

A última pessoa que fez intervenção, destaca a importância de pensarmos o meio rural do Nordeste. O senhor Paulo de Tarso afirmou isso, e a maior parte dos pobres do Brasil está no meio rural, e no meio rural do Nordeste, está uma enorme concentração de pobreza, e não vamos mudar isso, sem mexer a estrutura fundiário do País. O Brasil é um dos países que tem condição de enfrentar a questão do emprego, que é uma questão mundial. Temos área a ocupar, que não está ocupada. Nós não somos a China, que tem um bilhão de 200 mil pessoas, e vai ter que tirar gente da zona rural para a zona urbana. No Brasil temos espaço ainda, para colocar a população nas áreas rurais. Mas só vamos fazer isso, quando quisermos enfrentar com serenidade esta discussão.

Podemos fazer um país muito melhor, um Nordeste muito melhor, redistribuindo terras. Isso é política de reforma agrária, junto com política agrícola, junto com política educacional, junto com política de ciência e tecnologia, e junto com política de crédito. É uma proposta, porque a maior parte da população brasileira vive hoje em cidades médias e pequenas. Nós fizemos uma grande concentração urbana em grandes cidades, mas em poucas. Quando perguntamos quantos por cento da população brasileira vivem em cidade de 100 mil

habitantes para baixo, é fantástico, num país que tem espaço físico para ocupar, porque não somos um país acuado num canto da parede; porque somos um país com potencial para enfrentar a questão do emprego, do que muitos países, que não têm alternativas, e nós temos essa alternativa.

Então, reforma agrária com esse conteúdo que falei, é uma estratégia importante fazer. A Zona da Mata precisa de uma reforma agrária. Nós podemos fazer conviver a cana-de-açúcar com outras atividades, gerando espaços de ocupação para milhares de pessoas, porque manter o monopólio da terra na mão de poucas famílias é a solução mais burra.

O outro eixo é a reforma educacional. Não vamos mudar nem o Brasil e nem o Nordeste, se não fizermos uma revolução educacional. E em parte concordo com o professor Ataliba, porque investir só nas atividades produtivas é um erro, porque é preciso um investimento maciço em gente, e essa é a diferença entre o Nordeste e o Sudeste. Quem consegue chegar lá tem uma remuneração muito parecida com o que ganharia no Brasil. Não ia ganhar muito mais do que ganho no Nordeste, se fosse para São Paulo; só que sou uma das poucas que escapou! A grande maioria da população do Nordeste não consegue chegar lá. Então, qual é o investimento estratégico? O investimento estratégico é em gente, porque precisamos gastar, maciçamente, na qualificação da população do Nordeste. Isso é a abordagem da teoria do capital humano, e é equivocado pensar que basta só fazer isso. Não temos que escolher entre uma coisa ou outra; é uma coisa e outra, é investir em gente, mas é preciso ter propostas para que essas pessoas tenham onde trabalhar. Foi isso que o Japão fez, investiu maciçamente na qualificação dos japoneses, mas tinha uma política de ciência e tecnologia ativa; tinha uma política industrial ativa, qualificava aqui e tinha o empresário aqui, na outra mão, para aproveitar a pessoa que estava qualificada. Só a teoria do capital humano não é suficiente, é preciso ter políticas agrícolas ativas, políticas industriais ativas, políticas de ciência e tecnologia ativa, para juntar uma mão com a outra. Então essa é a minha visão.

Portanto, distribuir esse outro ativo é o velho desafio brasileiro, que não existe mais contemporaneidade do que esse, no século XXI, onde quem não tiver conhecimento, não vai

ter condição de se inserir na atividade econômica. Deu para levarmos com a barriga até o século XX, e no século XXI não dá! O Nordeste tem quatro anos de escolaridade média; o Segundo Grau completo tem 11 anos, e é insuficiente, como o Lima Matos falou. Terceiro grau é insuficiente, porque este é um bloqueio central. Temos que enfrentar as velhas, históricas deficiências, e temos que enfrentar as novas. Temos que ter no Nordeste o investimento maciço na infra-estrutura de Ciência e Tecnologia. Então, patrocinar centros de pesquisa e universidades no Nordeste, é investimento estratégico. Não vamos ter uma região diferente no futuro, se continuarmos desprezando esse investimento. Como é que vamos melhorar o Segundo Grau no Nordeste, se não tivermos boas universidades no Nordeste? Não consigo saber como é que vai acontecer esse milagre.

Então, temos que apostar no investimento estratégico, nas estruturas da produção e de difusão de conhecimento, senão não chegamos ao século XXI. E não é para enfraquecer as estruturas, porque existe atualmente uma política de enfraquecer as universidades do Nordeste, e estamos numa resistência ativa de não deixar que isso aconteça. Se não fosse a resistência ativa das estruturas universitárias, estaríamos muito pior. Do mesmo jeito que foi importante fazer a CHESF na década de 40, é importantíssimo estruturar as infovias. Senão, não circula. Tem uma mercadoria nova nascendo, que se chama informação. Se não fizermos infovias para a informação circular pelo Nordeste não avançamos, porque o mundo exige qualidade do produto.

Então, precisa ter essas infra-estruturas no Nordeste. É para isso que serviria uma política nacional de desenvolvimento regional. E vou terminar ousando discordar do prof. Ataliba, até certo ponto também, porque acho que junto com tudo isso, é preciso ter uma pitadinha de incentivo sim, e não sou contra incentivo, não podemos ter guerra fiscal, esse incentivo fratricida que praticamos nas últimas décadas, que é um erro. Não daria incentivo fiscal às indústrias automotivas, porque acho um absurdo, porque são indústrias que vêm para o Brasil, que são grandes empresas mundiais, que investem com o seu capital; nos escolhem, porque aqui tem mercado, e porque vamos pagar a metade do investimento

deles? Se quiserem vir podem vir, mas com nenhum incentivo tributário, ou qualquer que seja, por parte do contribuinte. Temos que ter um controle social dos incentivos. Temos que ter uma política nacional de incentivos fiscais, e capitalizar quem não tem condição de estar capitalizado, com um controle público, transparência, em cima disso, para não poder ter roubo, desfalque e safadeza como existe nos incentivos fiscais.

As empresas locais devem ter um tratamento diferente, com relação aos seus empregados, porque temos que embutir, para que sejam, de fato, mais modernas, do que as outras, nas relações de trabalho, no tratamento das pessoas que trabalham, mas nunca incluímos isso nas nossa discussão de incentivos. Esse é o outro erro, é o outro lado da questão. Mas se está recebendo do setor público, um tratamento diferenciado, tem que dar, socialmente, um tratamento diferenciado à força de trabalho que está ali instalada. Acho que esse é o conjunto de discussões que teríamos que fazer.

O Poder Executivo Federal errou e cometeu uma grande injustiça com a SUDENE, quando a extinguiu do jeito que a extinguiu. O Poder Executivo Estadual errou, quando assumiu a pauta. E assistimos os nossos Governadores negociando um Fundo de 0,5% do PIB do Nordeste, que não tem a menor capacidade de mudar a realidade regional. Qual foi o erro? Aceitar a pauta. Espero que o Poder Legislativo não cometa o mesmo erro. E saio daqui, com esperança de que isso não aconteça, quando vejo esse Plenário até a essa hora, discutindo essas questões. E parabênzo vocês pela iniciativa, obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO BOSCO COSTA (SE): E aqui volto a agradecer a permanência de todos. E retorno a Presidência dos trabalhos, ao deputado Eudoro Santana. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE, DEPUTADO EUDORO SANTANA (PSB): Queria iniciar, agradecendo ao professor Roberto Cláudio, coordenador dessa Mesa; foi uma honra tê-lo aqui; agradecer aos dois debatedores, companheiro Lima Matos e o professor Ataliba, da Universidade Federal do Ceará; agradecer a presença do Deputado Bosco Costa, o único Presidente de Assembléia Legislativa do Nordeste presente; ao

senhor Iran Ribeiro; e a grande contribuição e a brilhante palestra dessa companheira extraordinária, que é a economista Tânia Bacelar. E dizer que a continuação dessa introdução, feita pela companheira Tânia Bacelar, se dará na parte da tarde, com a intervenção do professor Antônio Nilson Craveiro Holanda, ex-Presidente do Banco do Nordeste, que terá como debatedor o professor Firmo de Castro, também do Banco do Nordeste e o economista Antônio Castro Coelho. E finalmente, no terceiro e último painel, com a presença do professor Francisco de Oliveira, conhecido como Chico Oliveira. Portanto, convido a todos para que estejamos aqui para o segundo painel, com a coordenação do empresário Jorge Parente, e o último painel, com a coordenação do nosso Presidente da Assembléia, deputado Wellington Landim. Muito obrigado a todos.

Painel

2

O Papel das instituições públicas na alavancagem do processo de desenvolvimento da Região

SR. NILSON HOLANDA: sr. Presidente da Mesa, dr. Jorge Parente; meu caro deputado Eudoro Santana; sr. Presidente da Assembléia Legislativa de Alagoas; meus caros colegas do BNB, Coelho, Firmo de Castro e Arnaldo Menezes.

Inicialmente, quero apresentar meus cumprimentos aos membros desta Assembléia Legislativa pela iniciativa de promover este Seminário. E agradecer o honroso convite que me foi feito para participar dos seus trabalhos.

De há muito se tornou necessário se fazer uma reflexão e um debate sobre as graves questões

Expositor

Nilson Holanda

Cearense de Limoeiro do Norte, o prof. Antonio Nilson Craveiro Holanda é um típico representante da Escola do Banco do Nordeste, onde fez toda a sua carreira profissional para, já aposentado, se transferir para a Capital federal, onde é professor titular da Universidade de Brasília. É Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade federal do Ceará, com Mestrado em economia pela Stanford University, e Mestrado em administração pública pela Harvard University.

Iniciou sua carreira no Banco do Nordeste do Brasil como auxiliar de escritório, chegando a Técnico de Desenvolvimento Econômico e, nesta condição, exerceu funções relevantes,

Continua

inclusive a de Chefe de Departamento; foi Superintendente e Secretário de Planejamento do Ministério do Planejamento.

Presidente do Banco do Nordeste no período 74/79, em seguida exerceu vários cargos na alta administração federal, como Diretor Executivo do Projeto de Desenvolvimento Integrado da Bacia Araguaia/Tocantins (Brasil/OEA), Secretário Executivo do Ministério Extraordinário para Desburocratização, Diretor Geral da Escola Nacional de Administração Pública, Diretor de Recursos Naturais Renováveis do IBAMA, Secretário Adjunto da Secretaria de Políticas Regionais do Ministério do Planejamento.

Prof. titular do Departamento de Economia da Universidade Federal do Ceará, e igualmente professor de análises e avaliação em cursos intensivos patrocinados pela CEPAL tem significativa produção de livros, dentre os quais se destacam: Introdução à Economia, já na 7ª edição, e Planejamento e Projetos, na 13ª edição.

e os surpreendentes paradoxos que hoje condicionam o desenvolvimento nacional e regional, e que geralmente não recebem atenção adequada, seja das lideranças políticas, seja do povo em geral, e até mesmo dos meios de comunicação.

Escrevi um texto, que ficou um pouco longo – pois, como dizia Pascal, não tive tempo para fazê-lo mais curto - e o entreguei à Secretaria; espero que seja distribuído depois, de modo que não vou ler o texto, mas tentar concentrar-me naqueles pontos que considero fundamentais.

A idéia básica do meu texto é a de que o Brasil vive hoje uma grave crise econômica, o que induz uma certa perplexidade, porque, depois de quase sete anos de reformas - reformas de natureza política, reformas de natureza econômica - seria de esperar que tivéssemos atingindo um outro patamar de desenvolvimento. E, a despeito das reformas que deveriam ter eliminado as causas das crises do passado, o que observamos é que a crise apenas mudou de forma. Como digo no meu texto, o Brasil, ao tentar mudar de rumo ou mudar de rumos, ao que parece, simplesmente perdeu o rumo. O meu argumento principal é o de que isso se deve a

um erro básico e alguns equívocos a ele associados. O erro básico – que de tão conhecido já se tornou um lugar comum – é um erro de natureza estratégica. Ele decorre do fato de que, ao substituímos os paradigmas do passado em busca de uma suposta modernidade, não tivemos capacidade ou disposição de colocar um novo paradigma em seu lugar. Em consequência não temos agora nenhuma visão estratégica que consubstancie um projeto nacional de desenvolvimento. Ao não termos um projeto nacional de desenvolvimento, obviamente isso compromete também o seu corolário, que seria um projeto de desenvolvimento regional. Chamo a atenção para a circunstância de que, em paralelo, tivemos também alguns erros políticos, que resultaram de algumas reformas equivaocadas da Constituição de 1988, embora isso seja controvertido e talvez não devesse ser abordado aqui, nesta Casa Política, por um estudioso da economia. Destaco particularmente o enfraquecimento financeiro da União;. Os Constituintes de 1099, com os melhores propósitos descentralizadores, terminaram por consagrar uma redistribuição de recursos e atribuições que enfraqueceu a União. E, na medida em que a União é fraca do ponto de vista financeiro, ela perde a capacidade de arbitrar as desigualdades regionais, e assim ficou limitada nos seus instrumentos de promoção do desenvolvimento regional.

Um outro erro, que aponto, é o famoso Regime Jurídico Único dos Servidores, que implicou na realidade um retrocesso do ponto de vista de administração pública, eliminando um processo de diferenciação e flexibilização dessa administração, que já tinha avançado bastante. Na realidade, o projeto de reforma do Estado, que foi promovido pelo Presidente Fernando Henrique e depois abandonado por ele mesmo que o propôs, nada mais era do que uma tentativa de recuperar, sob a forma de novos instrumentos, como as organizações sociais, mecanismos e instrumentos que já vinham operando de forma mais adequada e relativamente eficiente no passado.

Do ponto de vista econômico, ressalto também alguns equívocos como, por exemplo, o viés e a estreiteza de nossa política de estabilização. A falta de uma visão estratégica – como assinalado – levou a que cometêssemos, não sei se

deliberadamente ou por algum outro tipo de acidente, alguns graves equívocos de política econômica. A política de estabilização, que deveria ser meio, transformou-se em um em si mesma. É curioso observar, por exemplo, que hoje temos metas concretas de inflação, mas não temos metas relacionadas com o que deveria ser o nosso objetivo final – o desenvolvimento. No passado, tínhamos metas de desenvolvimento e restrições do ponto de vista de inflação. Hoje, temos metas de inflação, mas não temos o objetivo principal, que é o desenvolvimento. Quando alguns objetivos de desenvolvimento são mencionados pelo governo, como, por exemplo, nos chamados planos plurianuais, eles na realidade são definidos de forma marginal, sem convicção e sem compromisso. A âncora cambial, que deveria ser uma muleta temporária do plano de estabilização, tornou-se durante muito tempo no seu suporte quase permanente. Era um suporte instável e perigoso, porque constantemente ameaçado pelos humores variáveis da conjuntura internacional, que já nos levaram a crises econômicas, como em 1995, com a crise do México; em 1997, com a crise do Sudeste Asiático; em 1998, com a crise da Rússia. Mesmo depois da desvalorização de 1999, a política dos primeiros anos do Plano Real deixou uma herança maldita de vulnerabilidade externa e agora, novamente, no corrente ano, estamos enfrentando problemas cambiais.

A contenção do crescimento econômico, que deveria ser um custo de curto prazo a ser pago pelos benefícios da estabilização, tende a se transformar num problema de longo prazo. Ainda com relação à crise cambial, mencionaria apenas um dado que não vemos com frequência nos jornais; que, há quatro anos, o Brasil tem o maior déficit de transações correntes do mundo, à exceção dos Estados Unidos. O nosso déficit de transações correntes já se aproxima de 5% do PIB, quando todos sabem que, quando esse déficit ultrapassa 3% do PIB, o país se coloca numa rota de crise internacional e crise cambial.

Temos uma baixa poupança interna e, para se resolver este problema, tenta-se vender a ilusão de que isso possa ser compensado com a atração de recursos externos, que sabidamente jamais poderão gerar mais que 5 a 10% das

fontes de financiamento necessárias a qualquer País para o seu desenvolvimento, e em particular para um País com as dimensões continentais do Brasil.

Em síntese, se excluirmos o Plano Real, que nos assegurou a estabilização, e que lamentavelmente não está plenamente consolidado, o Brasil não parece ter hoje qualquer projeto estratégico voltado para a solução dos problemas mais graves que enfrentamos. A economia brasileira, que já foi uma das mais dinâmicas do mundo – pelo menos desde o início do século até a década de 80 – hoje patina na estagnação. O desemprego, que não era problema no passado, pois o desemprego aberto praticamente inexistia, hoje atinge proporções r cordes. O desequilíbrio cambial, que já mencionei, a crise fiscal, que continua sendo um problema sério do governo, a escassez de poupanças, o processo de “desconstru o” do estado – que se promoveu no Brasil, nos últimos anos, a pretexto de reforma do estado – tudo isto está analisado no texto que apresentei.

Sobre este último ponto existem detalhes muito curiosos. Houve um processo de incentivo a que as pessoas mais competentes, mais experientes no Governo se aposentassem, e isso reduziu drasticamente os recursos humanos mais qualificados com que contava o Governo, do ponto de vista da administra o direta. E o processo de privatiza o, que se justificava naqueles casos em que se tratava de projeto de setor produtivo, teve como conseq ncia amputar do Governo o seu setor mais moderno naquilo que se referia a recursos humanos. As empresas estatais, por exemplo, ofertavam ao Governo recursos humanos para suprir as deficiências da administra o indireta. No momento que foram privatizadas, o Governo, especialmente o Governo Central, perdeu boa parte desses recursos humanos.

Então, essas são questões nacionais para as quais desejo chamar a aten o, porque, sem enfrentá-las e analisá-las, não temos como cogitar de uma estratégia de desenvolvimento regional. Sem um projeto nacional, não pode haver um projeto regional. Sem a reconstru o do Estado nacional, sem a recupera o das finanças da União, não há como pensar em políticas de redu o das disparidades regionais e em institui es regionais mais fortes e eficientes.

Consideremos, porém, a questão que nos interessa mais de perto, que é a questão institucional das entidades que atuam na Região Nordeste. Se fizermos uma análise da história do planejamento nacional, vamos observar que, surpreendentemente, o planejamento no Brasil surgiu da experiência das instituições regionais. Se passarmos ao largo da valiosa experiência do DNOCS, que remonta ao início do século, os primeiros esforços de planejamento econômico no Brasil tiveram como objetivo o desenvolvimento regional, em função de dispositivo da Constituição de 1946, que visava a priorizar a assistência as populações assoladas pelas secas no Nordeste, a valorização econômica na Amazônia e o aproveitamento múltiplo dos recursos hídricos do Vale do São Francisco, neste último caso com a criação da Comissão do Vale do São Francisco e da Companhia Hidrelétrica do Vale do São Francisco.

No nível nacional, a primeira experiência de planejamento que tivemos foi uma experiência frustrada nos anos 50, a do chamado Plano SALTE, que derivava o seu nome dos seus quatro objetivos prioritários: Saúde, Alimentação, Transportes e Energia. Depois houve uma bem sucedida tentativa de planejamento mas de caráter estritamente *setorial*, que foi o trabalho da Comissão Mista Brasil/Estados Unidos, de qual resultou o Plano de Metas de Juscelino Kubitscheck. Apesar dos méritos desse Plano surgiu daí uma das primeiras deficiências do nosso planejamento qual seja a de que nós partimos sempre do setorial e nunca conseguimos amarrar o plano adequadamente em nível global. É o que o chamo de pecado capital da inconsistência macroeconômica do nosso planejamento. Em 1952, já no Governo democrático de Getúlio Vargas, duas importantes instituições foram criadas, com o objetivo de financiar programas de desenvolvimento, o BNDE (agora BNDES) em nível nacional, e o Banco do Nordeste (BNB), no plano regional, sendo que este somente iniciou suas operações em 1954.

Mas, a primeira estrutura formal de um sistema de planejamento somente viria a surgir no Brasil em 1959, com a criação da SUDENE, e a conseqüente elaboração dos Planos Diretores para a Região Nordeste, muitos anos antes da criação do Ministério do Planejamento e da formulação dos Pla-

nos Nacionais de Desenvolvimento. Criou-se todo um conjunto de instituições regionais, e a operação desse complexo aparato institucional, que envolvia não apenas as entidades regionais, como também os instrumentos de incentivos fiscais e, mais recentemente, do fundo constitucional, com seus erros e acertos, representou uma das mais extraordinárias experiências de desenvolvimento regional em todo o mundo. Os resultados de sua ação integrada foram altamente positivos. Infelizmente, porém, essa experiência é pouco conhecida pela maioria dos brasileiros, exceto nós do Nordeste, além de freqüentemente vilipendiada e interpretada de forma distorcida e tendenciosa, e, a partir do Governo Collor, desprezada e esvaziada pelo próprio Governo, que deveria zelar por sua preservação e seu aperfeiçoamento.

Todas as instituições governamentais que atuaram no Nordeste prestaram um grande serviço à região. Viveram um ciclo de ascensão e declínio, cresceram e sobreviveram num ambiente extremamente difícil, de grandes restrições e grandes dificuldades. E evidentemente precisavam ser submetidas a reformas e modernizações para adequar sua atuação aos desafios dos novos tempos.

No passado, por exemplo, o DNOCS chegou a ser uma instituição de vanguarda, planejando e executando obras de engenharia que tiveram um papel fundamental no desenvolvimento da infra-estrutura do Nordeste. Quando se voltou para atuar mais intensamente na área de irrigação, a instituição enfrentou um problema de identidade e de afirmação. Habituada a fazer investimentos não recuperáveis, voltou-se para um modelo de irrigação supostamente mais dirigido para objetivos sociais, que jamais convenceu os economistas do Governo Central. Uma longa tradição de clientelismo político também prejudicou a imagem da entidade. Mas nada justificava a decisão do Governo atual de extinguir o DNOCS, ignorando seu acervo de realizações, sua experiência técnica e seu papel estratégico em toda política de desenvolvimento do Nordeste. Em qualquer nação civilizada, esse capital seria preservado; mas hoje, o DNOCS, como todos sabem, é apenas uma instituição zumbi, com sua morte anunciada e com uma sobrevida precária, baseada em transitórias conveniências políticas.

A CODEVASF também tem uma experiência institucional que deveria merecer nossa atenção. Criada na década de 40, sob a forma de uma Comissão do Vale do S. Francisco (CVSF), para fazer o aproveitamento múltiplo dos recursos hídricos do Vale, tinha o ambicioso objetivo de reproduzir no Brasil a extraordinária experiência da TVA (Tennessee Valley Authority), a Agência federal do Desenvolvimento do Vale do Tennessee, que foi criada pelo Presidente Roosevelt na época da depressão. A CVSF nunca chegou a realizar esse grande designio; mesmo porque logo depois foi criada a CHESF, que teve a seu cargo a parte maior dos investimentos do Vale, na exploração do seu potencial hidrelétrico. Mais tarde, a Comissão do Vale do São Francisco se transformou em Superintendência do Vale do São Francisco, e finalmente encontrou o seu nicho como uma empresa pública, a CODEVASF, desenvolvendo projetos de irrigação, com ênfase num enfoque empresarial, diferente daquele que havia sido adotado pelo DNOCS, e que lhe assegurou um razoável sucesso, especialmente na região de Petrolina-Juazeiro.

Com relação à CHESF, é suficiente dizer que, no contexto da administração pública brasileira, ela tem sido uma instituição de grande sucesso, mantendo um padrão de competência e desempenho que poucas empresas estatais brasileiras poderão rivalizar.

A criação da SUDENE foi um evento de grande significação na história do desenvolvimento regional e do planejamento econômico do Brasil. Em seus primeiros anos, dotada de grande apoio político, de poderes e recursos invejáveis, concebeu e implementou uma estratégia de desenvolvimento que criou um novo Nordeste.

Mas a instituição se tornou vulnerável às mudanças do ambiente político externo e às suas próprias contradições internas, na medida em que aumentava no conjunto dos seus instrumentos o peso do gerenciamento de recursos de inventivos fiscais. Com a relativa centralização administrativa que sucedeu ao Movimento Militar de 1964, a instituição perdeu autonomia e capacidade de iniciativa. Mas, paradoxalmente, seu esvaziamento seria maior após a redemocratização do País. Com o enfraquecimento financeiro da União, reduziu-se a capacidade de investimento da SUDENE, e as

próprias lideranças regionais, na minha opinião demonstrando uma grande miopia política, não mais se preocuparam com o destino e o futuro da SUDENE. Por outro lado, na medida em que a SUDENE se enfraquecia como órgão de planejamento - refletindo o impacto do próprio esvaziamento do planejamento nacional - e como agente de investimento do Governo federal, ela se aferrava à escora dos incentivos fiscais, manejados nem sempre da forma mais eficiente e mais adequada. O caso da SUDENE confirma de certa forma a experiência histórica - e fiz no ano passado um estudo para o Ministério da Integração Regional sobre agências de fomento, onde analisei a história e a tipologia dessas agências - de que uma agência de fomento somente tem sucesso quando tem um perfil operacional bem definido, sendo desaconselhável a mistura de funções de uma *agência tipicamente não financeira* com aquilo que só pode ser um arremedo de *agência financeira*.

Finalmente, numa estratégia defensiva, a SUDENE fechou-se em si mesma, mostrando-se refratária e impermeável a quaisquer propostas de reforma e modernização institucional. Mas, a despeito dos eventuais erros, é imperdoável a forma como o Governo federal promoveu sua extinção, num processo desmoralizante para a instituição, injusto para com seus técnicos e servidores e profundamente desrespeitoso para com toda sociedade nordestina, que dela tanto precisava.

Resta-nos o Banco do Nordeste, que em sua fase áurea - que eu identifico com o seu primeiro quarto de século de existência - representou, do ponto de vista institucional, uma das melhores experiências de banco estatal no País. Costumo dizer que somente pude tomar consciência de quão extraordinária foi a experiência do BNB depois que passei a conhecer, em maior profundidade (como conheço agora), a administração pública brasileira como um todo. Posso garantir que, em sua fase áurea, o Banco do Nordeste foi uma das maiores instituições que este País já teve. Desde a sua criação, em 1954, conseguiu manter elevados padrões de competência e seriedade administrativa. Mesmo com o desgaste sofrido a partir da década de 80, em função da inflação acelerada, da crise econômica, das influências políticas e de algumas reformas equivocadas, como as que me referi

anteriormente, o Banco do Nordeste – no longo período que vai de 1954 até o início do Governo Fernando Henrique – manteve o galardão de ser o único banco federal que jamais havia apresentado prejuízo ou jamais havia criado qualquer problema financeiro para o Governo Central. Todas as demais instituições financeiras foram extintas, ou apresentaram graves problemas. Em flagrante contraste com essa posição privilegiada do BNB, podemos mencionar o caso do Banco do Brasil (e não vai aqui nenhum pré julgamento sobre o desempenho dessa instituição) que apresentou alguns anos atrás o maior prejuízo da história bancária do mundo: cerca de R\$ 12 bilhões, que naquela época representavam US\$ 12 bilhões. Ainda muito recentemente, o Banco Central do Brasil, apresentou no seu balanço de 1999 um prejuízo de R\$ 13 bilhões, e isso não suscitou nenhuma manchete de jornal. Obviamente, grande parte desse prejuízo resultou da crise cambial e deve ser atribuído a decisões tomadas pelo Governo federal e não pelo próprio banco. Mas, de qualquer maneira, o Banco do Nordeste mantinha um padrão invejável, que não tinha similar em nenhuma outra instituição financeira federal. Essa condição era reconhecida além fronteiras, no âmbito da ALIDE - Associação Latino-Americana de Instituição Financeira e Desenvolvimento, onde o Banco do Nordeste era considerado uma das experiências mais bem sucedidas em bancos de desenvolvimento em toda a América Latina. Lamentavelmente, nos anos recentes, a suposta modernidade dos que há mais de seis anos conduzem os destinos do País não foi suficiente para manter esse recorde histórico, que constituía um motivo de orgulho para todos nós. Ainda assim, o Banco tem um grande potencial, e o recente programa de ajuste para os bancos estatais abre novas oportunidades de recuperação e crescimento.

Para concluir, voltemos então à nossa questão central; que diz respeito ao papel que podem desempenhar as instituições governamentais no Nordeste. Partindo do pressuposto de que, de uma forma ou de outra, vamos ter capacidade e competência para resolver os nossos problemas nacionais e de que vai ser possível, progressivamente, definir o nosso projeto nacional de desenvolvimento, eu gostaria de fazer referência a quatro pontos principais.

Primeiro: a questão básica que se coloca como tema é a de que as regiões menos desenvolvidas do Brasil não podem prescindir da ação de agências de desenvolvimento fortes, capazes de atuar de forma intensa na promoção do desenvolvimento regional. E até surpreendente que, neste momento em que o Governo Brasileiro resolver destruir as instituições regionais, alguns países desenvolvidos estão começando a instalar novas agências de desenvolvimento nacional ou regional. Estima-se por exemplo que, na União Européia, existem hoje mais de 200 agências de desenvolvimento, em grande parte voltadas para a correção dos desequilíbrios regionais dentro da União Européia. Evidentemente, essas agências tem formatos diferentes dos modelos do passado. Elas estão caracterizadas principalmente como como redes de políticas (“policy networks”); ou seja, instituições que, por assim dizer, procuram juntar as pontas dos diversos atores que influenciam o desenvolvimento, tanto no setor público como no setor privado.

Um estudo do economista Mariano Macedo, do IPEA, menciona por exemplo a experiência da Itália, onde existem pelos menos três grandes agências de fomento atuando nas suas diferentes regiões. Na Inglaterra, também recentemente, com a volta do Governo Trabalhista ao Poder, e dada a percepção de que as reformas neoliberais do Governo da Margareth Thatcher terminaram por gerar uma maior concentração de renda, há uma preocupação de criação de agências regionais de fomento.

Nos Estados Unidos também, quase todos os Estados membros estão envolvidos numa competição feroz de atração de investimentos privados, com apoio de agências de desenvolvimento, algumas totalmente privadas, outras mistas, e outras de patrocínio governamental. Considerando todos os tipos de organizações, estimava-se em 1992, que existiam naquele país cerca de 15 mil entidades fazendo de alguma forma promoção do desenvolvimento e podendo ser caracterizadas como agências de fomento.

Segundo: No caso brasileiro, particularmente com relação ao Nordeste e à Amazônia, na minha opinião, o ideal seria que cada região dispusesse pelo menos de duas agências públicas federais, sendo uma financeira, organizada

como sociedade de economia mista; (tendo como modelo um Banco do Nordeste recuperado e fortalecido), e outra, não financeira, de planejamento regional e promoção de projetos, estruturada como empresa pública, ou numa associação de empresa pública com uma subsidiária, nos moldes de uma *organização social*. Aqui o modelo seria uma SUDENE totalmente reconstruída. Em torno destas agências públicas poderiam ser articuladas as agências estaduais, municipais e privadas. Essas duas agências deveriam resultar do fortalecimento do Banco do Nordeste e da estruturação dessa nova ADN, cujos contornos para mim ainda estão um pouco nebulosos, sob uma ótica de resgate da experiência da SUDENE e da sua adaptação aos novos tempos

Terceiro: com relação à CHESF, aqui talvez eu discorde de algumas pessoas, pois acho que a CHESF deveria ser preservada como uma empresa estatal, por seu papel estratégico, sua tradição, e pela inconveniência de transferir a qualquer grupo privado o monopólio da geração de energia no Nordeste, face às externalidades envolvidas. Energia é um recurso estratégico, é um insumo difuso que interessa a toda sociedade e a todos os setores econômicos. A função da CHESF tem também interfaces com problemas cruciais de gerenciamento de recursos hídricos e preservação do meio ambiente. Acho uma temeridade fazer o que se está falando hoje no Brasil em termos de privatização de águas, porque a água vai ser o recurso mais escasso e o mais importante no futuro. E a água tem interfaces e externalidades importantíssimas em relação a dois setores da maior prioridade, que são Saúde e Preservação ambiental. Colocar todo o sistema de água sob critérios estritamente privados é uma temeridade e, na minha opinião, uma irresponsabilidade.

Finalmente, como *quarto* ponto, queria fazer uma observação sobre o futuro dos bancos de desenvolvimento da região, que me parece ameaçado pela incompetência e má vontade do governo central e pela omissão das lideranças regionais. Acho que as elites políticas do Nordeste precisam estar atentas e devem monitorar com muito cuidado as propostas reformistas do Governo nessa área.. Há algum tempo, fomos surpreendidos com a decisão do Governo de contratar uma empresa de consultoria estrangeira para dizer a

ele, Governo federal, o que deveria fazer com os seus bancos federais. Na minha opinião, o Brasil se colocou aqui no nível dos países mais atrasados da África, que precisam contratar empresas de consultoria para dizer o que eles deve fazer com suas instituições. Mas, já que o Governo tomou essa decisão, o que aconteceu depois é um pouco estranho. A consultora contratada – uma grande empresa americana - apresentou um projeto com propostas que podemos classificar, de um lado, como pífiás, insignificantes e, de outro, perigosamente equivocadas, e o assunto não mais foi debatido. Então é preciso estar atento para que, ao implementar a revisão dos bancos em desenvolvimento, não sejam adotadas reformas que sejam contrárias aos objetivos de desenvolvimento regional, com a prevalência de critérios meramente fiscais ou de preconceitos estritamente ideológicos.

Eram as considerações que eu tinha a fazer, e queria apresentar essas sugestões como um roteiro de assuntos a serem debatidos. Na época em que exerci a função de Secretário Adjunto da Secretaria Especial de Políticas Regionais (que substituiu o Ministério da Integração Regional e depois foi substituída pelo Ministério da Integração Nacional) tentei incluir essas questões na agenda do governo. A Secretaria preparou alguns documentos de estratégia e de planejamento para a Região Nordeste, para a Região Norte e para a Região Centro-Oeste. Dentro do Ministério de Planejamento, à qual estava subordinada a Secretaria, encontramos uma má vontade enorme. Fora do Ministério apatia e resistência. Depois de 2 anos e meio de trabalho finalmente percebi que o Governo simplesmente havia eliminado de suas agenda o objetivo de desenvolvimento regional. E foi aí que pedi demissão, quando vi que estava perdendo tempo, porque infelizmente as preocupações do Governo estão dominadas pelas questões estritamente financeiras, concentradas no Ministério da Fazenda, acolitado por um Ministério do Planejamento que perdeu boa parte de suas funções tradicionais. Todo e qualquer outra questão, que possa se refletir de alguma forma sobre o orçamento, é eliminada até da discussão. E também não encontramos naquela época qualquer apoio das instituições regionais. Insistimos muito em que precisaríamos fazer uma reavaliação dos in-

centivos fiscais e dos fundos constitucionais. Deixamos pronto um projeto completo para avaliação, na esperança de que pudéssemos fazer o que havíamos feito no passado; como a revisão de 1977, quando se transformou o sistema 3418 no sistema FINOR, o que, naquela época, representou um salto qualitativo extraordinário, e também as revisões que foram feitas na época da COMIF, no Governo Sarney. Mas, infelizmente, houve aí, na minha opinião, uma infeliz coincidência de interesses do Governo Central com a miopia das lideranças regionais, O governo central queria que o sistema se desgastasse cada vez mais, porque era mais fácil extingui-lo. E as próprias instituições regionais, resistindo a qualquer autocrítica e a qualquer proposta reformista, terminaram por fazer o jogo dos coveiros da SUDENE. Muito obrigado.

1º debatedor

Firmo de Castro

Srs. Presidentes das Assembléias Legislativas dos Estados do Ceará e de Sergipe; sr. Coordenador do Seminário, deputado Eudoro Santana; sr. Presidente da Mesa, empresário Jorge Parente da Frota; meu caro professor Nilson Holanda; meu companheiro de debate, Antônio Carlos Coelho; sr. Arnaldo Menezes, Superintendente do BNB; deputados federais Vicente Arruda e José Pimentel; senhores deputados estaduais, minhas senhoras e meus senhores.

Como sempre, nada há o que reparar nas exposições que faz o professor Nilson Holanda. Dessa maneira, a minha participação, como debatedor, vai na direção do aprofundamento do tema sob análise - o papel das instituições financeiras do desenvolvimento do Nordeste - sob o enfoque que me parece resumir e expressar a trajetória dessas instituições: o enfoque político-institucional. Para tanto, parto de duas premissas. A primeira é a de que em um país continental como o Brasil, de dimensões multifacetárias, condições naturais distintas e amplas

Economista, graduado pela Universidade Federal do Ceará em 1965, especialista em Desenvolvimento Econômico pelo BANDECE, e em Comércio Exterior no World Trade Center, em Nova Iorque, Estados Unidos, exerceu os cargos de Técnico de Projetos do BANDECE, Técnico em Desenvolvimento Econômico do BNB, e de professor-assistente e professor-adjunto da Universidade Federal do Ceará. Exerceu igualmente os cargos de Secretário da Indústria e Comércio, Secretário da Fazenda do Estado do Ceará e Diretor de Crédito Industrial do Banco do Nordeste, exerceu o mandato de deputado federal no período de 1987 a 1999 e, durante a Assembléia Nacional onstituente, foi membro da Comissão do Sistema Tributário, Orçamento

Continua

e Finanças e da Comissão de Organização do Estado. Na condição de Constituinte, o deputado Firmo de Castro teve papel relevante na introdução dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, no texto constitucional, no fortalecimento dos mecanismos de desenvolvimento regional, e em seguida, encerrado o período da Constituinte, teve atuação destacada na Câmara dos Deputados.

desigualdades regionais e sociais, não se pode pensar em desenvolvimento nacional harmônico e integrado, sem chegarmos à conclusão de que o Estado tem que ter papel fundamental nesse processo. Certamente se estivéssemos diante de outro tipo de sociedade e de país, menos desigual e menos injusto economicamente, onde a presença do poder público não fosse tão importante, a análise seria de outra natureza. Como não é o caso, esse me parece o nexo de toda discussão, ou seja, não se pode negligenciar quanto a presença e a responsabilidade que tem o Estado brasileiro na condução de um processo de desenvolvimento mais justo e mais harmônico. E, se isso é verdade, posso partir para uma segunda premissa: a estrutura de poder regional é fundamental para que o Estado exerça bem ou mal as suas funções redistributivas. Assim, deve-se analisar a evolução da estrutura do poder do Estado dentro da sociedade brasileira e a forma como ele tem sido exercido, como vem sendo operado, para então ter-se uma visão clara de como a questão do desenvolvimento regional está posta no contexto global político, institucional e administrativo do País. É por aí que se pode avaliar com nitidez o que esperar realmente de uma política de de-

envolvimento regional. Pois bem, a experiência do Nordeste, a partir dos anos 50, é muito rica sob esse aspecto e bem ilustra a tese que defendo. Tomando por base o entendimento de que a organização federativa do Estado brasileiro, ao contemplar três esferas de poder – o poder central (União) e os poderes das entidades subnacionais (Estados e Municípios) – não se pode falar expressamente em poder político regional (considerada a divisão cartográfica), na perspectiva de que a “região” tem autonomia e força política suficiente para se autogerir, ou ser administrativamente governada sem dependência política. Em sendo este o entendimento, a “região” somente vai existir com densidade política e como área de intervenção com a necessária autonomia, na medida em que consegue deter, por delegação, parcela do poder central, e/ou quando, por aglutinação, reveste-se de poder subnacional. O Nordeste, de maneira específica, em sua história recente, esteve mais forte ou menos forte, identificando-se mais ou menos como região na medida em que houve maior ou menor descentralização do poder central e na medida em que houve maior ou menor aglutinação de poder dos Estados e dos Municípios nele localizados. No momento em que não se consegue essa delegação ou essa aglutinação com força suficiente, a região passa a ser um espaço politicamente cada vez mais abstrato e, conseqüentemente, mais difícil de ser administrado. Pois bem, se atentarmos para a história do desenvolvimento do Nordeste, partindo da criação do Banco do Nordeste e da SUDENE, nos anos cinquenta, podemos dizer que vivemos uma primeira fase, que se esgotou em 1964, onde houve uma crescente descentralização de poder por parte da União, resultante do convencimento, pelo Governo Central, de que caberia uma intervenção especial e diferenciada na região. A SUDENE passou a ser o centro operacional dessa intervenção, sob o comando inicialmente de Celso Furtado, com ligação direta com a Presidência da República, ficando o Congresso Nacional com o encargo de aprovar os planos de desenvolvimento específicos para esta região. Neste mesmo momento, os Governos dos Estados, que não mantinham as ligações e a aproximação que hoje mantêm com o Governo Central, tinham na SUDENE o caminho mais rápido, eficien-

te e eficaz para apresentar as suas reivindicações, dentro de um contexto regionalizado. Com isso, o Conselho Deliberativo da SUDENE transformou-se num fórum de grande densidade política. Foi a efervescência dessa manifestação regional que, como bem disse Nilson Holanda, nos levou, de forma inédita no Brasil, à prática do planejamento e à adoção de políticas regionais explícitas - se bem que a maioria revestida de caráter puramente compensatório. Foi essa uma fase curta, mas aquela que, sob o meu prisma, reuniu os ingredientes para que pudéssemos ter efetivamente uma verdadeira política de desenvolvimento regional no País. Inicia-se então uma segunda fase, a partir de 1964 com a instalação dos Governos militares, fase essa caracterizada por um recuo na descentralização administrativa, por um recuo na delegação do poder central a nível regional. Assim, começam a se enfraquecer os instrumentos e as instituições de desenvolvimento regional. A política inicial de incentivos fiscais do imposto de renda é um retrato dessa situação, começando a se esfacelar a partir daí. Os planos regionais, por outro, deixaram de existir como iniciativas formais, a serem encaminhadas e apreciadas pelo Legislativo Federal. Nesse momento ainda, os Governos dos Estados marcavam presença e emprestavam prestígio e poder político à região Nordeste através da SUDENE, obtendo-se nesse período ganhos bastante expressivos com alguns programas especiais que foram criados, como o POLONORDESTE, o Projeto Sertanejo, o Trópico Semi-Árido e outros. Nesta segunda fase já se colocava uma preocupação importante, qual seja, a da decadência do poder com que se apresentava a região. Inicia-se praticamente o falecimento e deterioração de todo aquele aparato institucional - o planejamento, planos, instrumentos e órgãos - criado a partir de 1960 para promover o desenvolvimento do Nordeste. Não se pode esconder o que aconteceu com o DNOCS, sem prejuízo do respeito que a ele devemos - o Nilson já muito bem o caracterizou como um órgão zumbi - não tampouco do esvaziamento que atingiu a SUDENE e posteriormente o Banco do Nordeste. Resalva-se a CHESF nesse contexto, porque a CHESF é sobretudo um órgão setorial, antes mesmo de se apresentar como regional. Pois bem, em seguida, em fase mais recente, não

tivemos a capacidade de reagir à onda sufocante que veio por conta da estabilização e da globalização, do que resultaram o Estado mínimo brasileiro e o conseqüente esfacelamento definitivo de nossas instituições regionais. O DNOCS não teve condições de reagir no tempo devido, o mesmo se observando recentemente com a SUDENE. A bola da vez agora é o Banco do Nordeste que, como o Nilson já bem falou, deixou de ser uma instituição financeira exemplar no País para representar um modelo mambembe de instituição de fomento, sem analisá-lo como instituição financeira convencional, guiada pelo mercado, face que não nos interessa nesse instante. Não se pode esquecer que a criação em abril último de um PROER para equacionar a situação financeira difícil dos bancos federais oficiais bem demonstra a crise existencial dessas instituições, especialmente do Banco do Nordeste e BASA. A nosso ver, não há perspectiva favorável para que, mesmo com o dito PROER oficial, o BNB volte a ser um banco que desempenha as verdadeiras funções de instituição de fomento regional, a não ser mediante profundas mudanças estruturais. Pois bem, é nesse contexto que vivemos e acredito que só haveria possibilidade de uma reversão de toda essa tendência ante uma ampla mobilização política que talvez possa ser feita a partir do exame da medida provisória que extinguiu a SUDENE e da que, agora, criou o PROER, de forma que essas medidas pudessem se transformar em iniciativas legislativas que verdadeiramente consultassem e se compatibilizassem com os verdadeiros interesses regionais. Fora disso não há perspectiva positiva, é uma questão de tempo assistirmos a completa extinção dos órgãos que aí estão ou do que deles restar. Para exemplificar, basta citar a proposta original do Governo Federal de substituir a SUDENE pela ADENE. Não é nem o caso de trocar seis por meia dúzia, mesmo considerando o que restou da SUDENE, quanto mais se o referencial é a SUDENE originalmente planejada. Basta dizer que fora do âmbito da ADENE vai existir um novo Conselho Deliberativo sediado em Brasília, junto ao MIN, o qual não preenche os pré-requisitos para torna-se um órgão capacitado para o exercício de suas elevadas funções, pois não se reveste da necessária densidade política. Isso sem falar no que parece mais grave, ou seja, a

ADENE vai ser administrada por contrato de gestão, solução que não se coaduna e ajusta às características de um órgão regional de coordenação e planejamento. Com efeito, não se pode desconhecer que, entre as funções de Estado, está aquela que exerce no sentido de combater as desigualdades neste País. Quando se espera por uma medida inovadora, eis que estamos diante de uma entidade (a ADENE) que representa acima de tudo um rumo ao desconhecido, que ninguém sabe o que é pois afinal trata-se de uma agência indefinida que vai ser administrada por contrato de gestão. Somente uma ampla mobilização, repito, que não pode prescindir da participação e liderança dos Governos dos Estados, das entidades representativas da sociedade em geral e da classe política, poderá efetivamente convencer o poder central federal a rever o tratamento dispensado à questão regional, cujo enfoque não deve ser relegado a segundo plano, mesmo que em época de globalização.

2º debatedor

Antonio Carlos Coelho

Boa tarde, Sr. Presidente da Assembléia, sr. deputado Eudoro Santana, coordenador dos trabalhos do Fórum, sr. Presidente da Assembléia de Sergipe, deputado Bosco Costa, dr. Nilson Holanda, dr. Firmo de Castro, sr. Arnaldo Menezes, senhores deputados federais e estaduais.

Como os senhores ouviram pelo currículo, não sou economista, embora no folder do Fórum apareça economista Antonio Carlos Coelho.

A idéia de minha palestra é que se dê mesmo um enfoque diferente sobre o assunto que está sendo discutido, ou seja, o papel das instituições nordestinas que cuidam do desenvolvimento.

Portanto, tentaremos dar um enfoque financeiro e institucional.

Em princípio, considero importante que se faça uma certa análise introspectiva sobre os tomadores de decisão no Nordeste. Minha idéia é que muito do que ocorreu, e que foi discutido aqui durante o dia, é um problema gerado internamente no Nordeste, entre nós que tomamos decisões so-

Antônio Carlos Coelho, graduado em História pela Faculdade de Filosofia do Ceará (Uece), e Mestre em Administração Financeira pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, exerceu as seguintes funções: Técnico em Desenvolvimento Econômico, na função de Analista Financeiro do Banco do Nordeste; Diretor Financeiro do Banco do Estado do Ceará, também Presidente do BEC; Diretor Administrativo-Financeiro do Grupo Betânia; Consultor de Empresas com trabalhos junto à Distribuidora Pingüim Ltda., à Auge Motos Ltda. e à Bolsa de Valores Regional. Atualmente é professor de Administração Financeira e Matemática Financeira na Universidade

Continua

Federal do Ceará, e professor dessas disciplinas e mais Contabilidade de Custos, Administração de Capital de Giro e Análise de Investimentos, em Cursos de Especialização no CETREDE, Universidade do Valejo, Uece e Unifor.

bre o Nordeste, e não em decorrência de fatores externos.

O certo é que, após 50 anos, temos duas visões do Nordeste. Primeiro, é que do ponto de vista econômico, houve efetivamente a integração econômica planejada; a economia do ponto de vista real e físico no Nordeste cresceu muito, este desenvolveu-se, temos agora cidades, indústrias tais como no Centro-Sul.

Entretanto, 50 anos após continuamos com problemas. Todos os debatedores que falaram aqui antes de mim, relatou problemas. Todos, menos o representante do Banco do Nordeste que disse que não, que o Banco do Nordeste estava fazendo uma ótima coisa etc. Ou seja, não há uma autocrítica das Instituições.

Então, gostaria de dizer que, do ponto de vista de instituições, estas foram e estão sendo ineficientes, porque a constatação de todos os que falaram, é de que continua o problema de subdesenvolvimento do Nordeste; é o que todo mundo pensante diz.

Então, o problema é das instituições que foram criadas, do ponto de vista de planejamento estatal, para cuidar disso. É preciso que entendamos isso, tenhamos a coragem de colocar essa carapuça; o esquema destas instituições não funcionou!

Ou, acho melhor dizer, funcionou num determinado momen-

to; funcionou quando a economia não era integrada, quando o principal problema da economia era receber recursos, e recursos oficiais, porque quaisquer outros recursos não viriam. A economia no Nordeste era muito incipiente. Então, só quem correria riscos seriam recursos oficiais.

Essa é uma lição do tempo da CEPAL. Não é mais o caso hoje. O caso hoje é diferente; hoje temos concentração de renda, embora numa economia integrada. Acho que o principal problema, a meu juízo e numa lógica financeira, é que esse financiamento da economia está sendo feito de uma forma eminentemente distributiva; ou seja, todas as instituições recebem recursos oficiais decorrentes de receitas tributárias, e o distribuem entre agentes econômicos nordestinos. A questão que aflora é: segundo quais critérios?

Como muito bem frisou o Dr. Firmo de Castro, não há um critério integrado institucionalmente de como usar esses recursos. Por exemplo: O Banco do Nordeste sempre recebe uma delegação de poder em branco para fazer o que quiser com os recursos.

Isto não era tanto assim quando o Conselho Deliberativo da SUDENE funcionava politicamente e tinha força e integração, como bem descreveu o Dr. Firmo de Castro. Mas hoje é assim!

Então, foram os programas do Banco do Nordeste discutidos? Foram gerados a partir de quais discussões externas com a sociedade? Ou a partir de qual diretriz oficial?

Quando se pega então a SUDENE ou o BNB, esta **delegação branca** é fácil de ser constatada. Na SUDENE temos projetos enfileirados, temos hoje um baixíssimo volume de recursos oficiais. Vêm cerca de 300, 400 milhões de reais por ano e não têm articulação com outras políticas.

Quem viu a SUDENE ou o Banco do Nordeste nas discussões sobre transposição do Rio São Francisco ou sobre esse Ministério da Seca que criaram agora com o Raul Jungman? Quem ouviu falar nessas duas instituições? Então, essas duas instituições foram jogadas para escanteio; e os nordestinos, deixamos. Não se pensa noutra coisa que não o dinheiro, a qualquer custo e sem qualquer eficiência ou articulação.

Isto não é um problema do Governo Central; é um problema nosso, que não estamos administrando a gestão e a utilização de nossas instituições.

A SUDENE ficou só fazendo isenções de imposto de renda, e sem critérios, ou seja, fazendo um processo distributivo muito maior. Qual movimento existe para promoção de investimento na SUDENE? Nenhum.

Promoção de investimentos, com captação de recursos externos, não é mais problema, com a globalização. A capacidade de gerar recursos financeiramente é inigualável no mundo atual; mas só vêm para cá se houver facilidade de transparência, de saber onde esses recursos estão empregados, quais as taxas de retorno e assim por diante.

A idéia das debêntures no FINOR partiu disso, de se fazer mais promoção de recursos, de se fazer girar recursos, receber de volta e aplicar. Entretanto, não vingaram essas debêntures, este esquema. Elas não circularam; o empresário não pagou, não devolveu esses recursos, continuou usado uma vez só.

E a SUDENE e o BNB foram incapazes de fazer o sistema funcionar, girar os recursos; o BNB, porque é responsável pela cobrança; foram incapazes de sugerir que esses recursos tinham que ser cobrados, eram necessários para continuar a financiar o desenvolvimento.

No caso do BNB, hoje você tem que a captação de recursos privados é ínfima. Os nordestinos não depositam seus recursos no BNB. E se defende, tanto na Esquerda, como na Direita, como internamente no BNB, como externamente, que o BNB tem que se manter como Banco Comercial, todos já conhecem essa história. Para que, se sua direção abortou a razão de ser de um Banco Comercial, que é a captação de recursos privados e prestação de serviços bancários? De cerca de R\$ 16 bilhões, que é o ativo total administrado pelo banco, apenas cerca de R\$ 1 bilhão são recursos das pessoas nordestinas, nossos recursos.

Quem aqui tem recursos do BNB? Então, que capacidade de articulação é essa, que nem os recursos privados da região a instituição consegue articular para financiar essa própria Região?

Há uma política de capilaridade sempre argumentada pelo BNB, que merece críticas, vez por outra, de alguns setores. Mas quem decidiu essa capilaridade? Se fazer crédito de R\$1000,00, de R\$500,00, de R\$2000,00 numa estrutura cara

como é a do BNB, é uma coisa difícil.

Todos os bancos do povo que fazem micro-crédito são estruturas mínimas, e ninguém sabe qual é o custo de fazer isso no Banco do Nordeste. O Banco do Nordeste está hoje também, sem capacidade de financiar o Nordeste.

Para vocês terem uma idéia, as aplicações não crescem sequer em termos nominais nos últimos anos. Embora saia no jornal que cresceu 8%, esse crescimento é menor que a capitalização de juros sobre o saldo anterior de empréstimos.

Todo saldo de ativos de bancos tem juros capitalizados diariamente. Então, o crescimento do saldo de empréstimos foi menor do que os juros que se capitalizaram, portanto não tem novo empréstimo, não tem novo recurso.

O Fundo Constitucional do Nordeste, por seu turno, recebeu do Tesouro Nacional, de 1988 até hoje, R\$ 13 bilhões, aproximadamente, em valores constantes de final de 2000; entretanto, o saldo de seus ativos hoje é algo em torno de R\$ 4 bilhões. Para onde foram os R\$ 9 bilhões restantes?

Eu explico esses R\$ 4 bilhões. O saldo oficial são R\$ 7,5 bilhões, posição de 31 de dezembro de 2000. Destes, R\$ 3,5 bilhões foram desobrigados do risco, como de manhã falou o deputado José Pimentel, e simplesmente o Fundo perderá tais recursos que eu estimo nestes R\$ 3,5 bilhões. Estimo, porque, na nota de fatos relevantes do Banco do Nordeste, não se explicita este número. Então, simplesmente o Governo federal disse: Saem R\$ 3,5 bilhões e pronto, tirou a responsabilidade da cobrança dos administradores do BNB.

Quem perde estes recursos? O Nordeste; o Banco do Nordeste não tem capacidade mais para cobrar ou reemprestar estes R\$3,5 bilhões. E não há qualquer explicação para o público para onde foi esse recurso. Por outro lado, 50% dos novos recursos que vêm para o FNE são para receitas do BNB.

No ano passado essas receitas foram da ordem de R\$ 550 milhões, cobrados diretamente do dinheiro recebido no período, que foi da ordem de R\$ 1 bilhão. Então tem-se o principal recurso oficial que vem para financiar o Nordeste só para remunerar o administrador desse fundo; logo, tem alguma coisa errada que é preciso discutir.

A FIEC, completando o raciocínio, põe na sua sede o BNDES e o Banco do Brasil; não sei para que, se existe o Banco do Nordeste! E há um isolamento em participar de políticas para o Nordeste; não se vê mais o Banco do Nordeste, ou a SUDENE, no Projeto São Francisco, ou sobre a seca ou sobre o que seja.

Penso, também, que estamos montando uma armadilha financeira para nós mesmos. Todos esses recursos que não estão sendo devolvidos ao Banco, acho que pela ineficiência do Banco, ficaram estiolados em poucos tomadores, poucos agentes econômicos. ISTO É UM PODEROSÍSSIMO INSTRUMENTO DE CONCENTRAR RENDA, COM INEFICIÊNCIA, POIS OS TOMADORES DOS RECURSOS NÃO SE SENTEM OBRIGADOS A BUSCAR RETORNOS PARA DEVOLVER OS RECURSOS OFICIAIS.

Eu gostaria de ler Joseph Stiegler, que é do Banco Mundial, entrevistado pela Revista Rumos, da Associação de Bancos de Desenvolvimento. A ele se perguntava se as agências de fomento especializadas ainda são necessárias. E ele responde assim: *O problema, infelizmente, é que assim como os bancos privados, carecem de uma regulamentação que poderia lhes garantir estruturas contábeis corretas. Sem elas, correm risco quando emprestam dinheiro, é fácil emprestar e difícil receber de volta, por isso as instituições financeiras nunca sabem se fizeram um bom ou mau empréstimo.*

Então, esse é um grande problema no Banco do Nordeste. Acredito que, até 1994, quando a inflação era enorme, mais de 1000% a.a., o subsídio contido nos juros dava, em alguns casos, cinco vezes o principal. Você tinha 1000% de juros ao ano, dava subsídio de 50% ficava 500%a.a. de custo.

Portanto, se o principal era de R\$ 100,00, então valia a pena pagar de volta, porque se mantinha a porta aberta para mais subsídios. Quando acabou a inflação e a taxa de juros baixou para 30%, 40%, 50% ao ano, o mesmo subsídio de 50% representa agora só 25% do principal do empréstimo.

As estruturas empresariais do Nordeste não estavam preparadas para isso, e não se disse para elas que existia um risco, que elas seriam cobradas, que elas teriam que pagar seus compromissos. Então, generalizadamente, parou o fluxo de circulação de recursos voltando para o BNB para novos empréstimos.

Claro que o agente privado não vai pagar, se não precisa pagar; é óbvio, vai se apropriar. E aqui não cabe uma discussão entre o privado, se isso está sendo bom ou não, mas sim sobre o público que deve zelar pelo social e pelos recursos oficiais.

Além disso, há uma forte conotação no Banco do Nordeste, histórica, de feudos políticos, na concessão e na cobrança de empréstimos. Aliás, eu queria ressaltar, não pela presença, a administração do dr. Nilson Holanda, que foi ligada muito diretamente ao Ministério do Interior na época. Mas, após isso, os Presidentes geralmente estão vinculados não ao Ministério, mas a estruturas estaduais, conforme muito bem discorreu o dr. Firmo de Castro.

Esse PROER II, os federais, orçado em cerca de R\$ 100 bilhões a nível nacional (uma vergonha). Aqui no Nordeste, se diz que vem um aumento de capital de R\$ 2,1 bilhões para o BNB.

Entretanto, é muito mais do que isso, porque há uma desobrigação de riscos sobre os créditos do FNE, referentes a operações feitas até novembro/1998. Esta desobrigação, já comentada, representaria algo da ordem de R\$ 3,5 bilhões. Isto já implicaria em cobrir prejuízos da ordem de **US\$ 2 bilhões.**

Precisamos ainda ver que, pela própria nota de fatos relevantes do Banco do Nordeste, já há, nos R\$ 2,1 bilhões, para aumento de capital, R\$ 300 milhões de perdas do FNE, sobre empréstimos feitos a partir de dezembro/1998 até hoje; isso porque o risco do BNB é só 50%. Portanto, já se perdeu em empréstimos do FNE de 1999 até hoje, R\$ 600 milhões, a metade dos quais já significam perda para a região, pois o inadimplido já se debita ao FNE.

Tudo o que estou fazendo, a respeito de números, é dedução, porque isso não está explicado nos fatos relevantes. Essa situação gerou muito pouca transparência nos demonstrativos financeiros do Banco do Nordeste; qualquer economista que vá fazer projeções com base nos números dos demonstrativos do Banco do Nordeste terá um problema sério porque eles não representam a verdade.

A atual administração, ademais, diz que as despesas, que ora se cobrem com recursos orçamentários, referem-se a empréstimos anteriores a 1995. Se isso é verdade, deveria

ter feito igual ao Banco do Brasil, que apurou um prejuízo de R\$ 12 bilhões em 1994. Isso não foi feito, portanto se escondem esses dados da sociedade nordestina durante esse tempo todo. Entretanto, isto não é verdadeiro. As perdas referem-se a operações feitas nesta gestão também.

A armadilha, a que me referi no começo desta explicação, é que a sociedade nordestina precisa saber que, se não devolver esses recursos, você não tem capacidade de trazer novos recursos. O Banco do Nordeste está seco de recursos oficiais. E como é que ele vai operar outros recursos? Recursos externos e internos privados existem para vir para cá; mas é preciso que a estrutura produtiva nordestina deixe de ser só produtiva e se ajuste institucionalmente ao conceito de risco, ao conceito de transparência. Então, se não existe transparência, só conseguiremos estes poucos recursos oficiais, que são desviados de sua função original. No futuro, nossos filhos, pobres ou ricos, sentirão falta desta postura que precisa ser iniciada agora.

Ademais, o PROER II não resolve, não cobre nem resolve nem todas as pendências. Existem ainda créditos tributários de R\$ 400 milhões que são ativos fictícios, que só serão ativos bons se o Banco recuperar todas essas perdas de empréstimos que foram registradas.

Ainda, vai o BNB continuar operando com a mesma equipe, com os mesmos métodos, com os mesmos clientes. Então, R\$ 2,1 bilhões vão ser recursos novos para o Nordeste, mas vão ser emprestados a quem? De novo da mesma forma? Vai acontecer o mesmo!

Se você não transmite para os agentes privados uma idéia de risco, de sanção, eles vão continuar não devolvendo esses recursos. Então, teria que alterar padrões de riscos e de análises nessas instituições. Essa proposta do Dr. Nilson de uma instituição financeira e de outra não financeira, as duas em funções coordenadoras, assino embaixo, mas tais instituições completamente rediscutidas, principalmente quanto a COMO ASSUMIR OS RISCOS DE CRÉDITO, porque agora não é mais dar recursos a qualquer custo, dar recursos a qualquer preço.

O setor privado está com a economia integrada. O problema não é de economia real, a menos do problema de

tecnologia, o qual, como disse o Dr. Lima Matos, se resolve. Mas esse problema institucional é que deve ser equacionado. Outro exemplo, trazer indústrias e colocar aqui no Ceará não resolve, porque está vindo a planta, está vindo a fábrica. A decisão institucional e financeira continua faltando. Ficou fora da região, só sugando subsídios.

Talvez, noutra lógica a ser discutida, fosse melhor se reexaminar a forma de uso dos recursos do FNE, os quais não se destinariam mais a empréstimos e seriam direcionados (os recursos oficiais orçamentários do FNE) para reduzir custos de externalidades, custos do Brasil, do Nordeste.

E como se teria recursos para as empresas? Através do mercado de capitais, de modo que haja uma organização institucional de promoção, de fomento de investimentos com recursos privados; mas para isso é necessário que haja uma mudança institucional, seja nas instituições oficiais, seja na sociedade nordestina, de perceber que não pode continuar recebendo recursos, sendo financiado de forma distributiva.

A melhor forma de financiamento é uma forma intermediativa, em que se paga em custos financeiros, segundo a escassez dos recursos, segundo a capacidade de produzir retornos das empresas. Muito obrigado e desculpe, Jorge, pela extrapolação do tempo.

Outras manifestações

SR. JORGE PARENTE (Presidente da Mesa): Bem, antes de ter aqui a participação das duas outras pessoas na Mesa, no caso o deputado Bosco Costa se quiser participar, e o dr. Arnaldo Meneses, vamos então ratificar que tem cinco pessoas com direito a participar do Plenário, mas só há duas escritas até agora, que terão três minutos para apresentar as suas idéias, e os da Mesa terão cinco.

Eu gostaria só de fazer um adendo aqui, o dr. Antônio Carlos, quando fez referência a FIEC, que o posto avançado do BNDES da FIEC, foi colocado numa política que existe hoje aproximação do BNDES com o setor produtivo de uma forma geral, e que ao mesmo tempo em que a idéia é de se tirar a desconcentração e o grande risco que estava havendo pelo próprio Banco do Nordeste, estava com mais de 75% dos financiamentos alocados via Banco do Nordeste, então era uma forma de fazer um financiamento direto, e diminuindo um pouco o risco do Banco do Nordeste. E quanto ao Banco do Brasil, não tem agência nenhuma... o Banco do Brasil que tem na FIEC é uma coisa antiga para atender os funcionários da FIEC, com posto só de atendimento simplesmente bancário.

Eu passo então a palavra ao deputado Bosco Costa para suas considerações. Cinco minutos, Deputado.

SR. DEPUTADO BOSCO COSTA (Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Sergipe): Deputado Eudoro Santana, Presidente da Mesa dos Trabalhos, em nome de quem saúdo os demais membros da Mesa, Senhores deputados federais, deputados Estaduais, Vereadores, Profissionais da Imprensa, Profissionais Liberais. Apenas para registrar a presença nossa como Presidente da Assembléia

do menor Estado da Federação, e também assim como o colega deputado Presidente da Casa, Welinton Landim está criando uma Comissão para debater o Fórum Sobre o Nordeste, vamos propor e vamos criar também uma Comissão lá na nossa Assembléia, e acho que seria importante companheiro Deputado, que as demais Assembléias do Nordeste criassem também essas Comissões, para que, juntos a gente pudesse sem dúvida alguma melhorar a condição de vida do povo Nordestino. Existe na nossa Assembléia uma proposta nossa como Presidente da Casa, e com o apoio dos demais Deputados Estaduais, dos 19 deputados estaduais e 4 deputadas estaduais, que o grande problema do Brasil e do Nordeste não é diferente de Sergipe e do Ceará, o maior problema que a gente enfrenta hoje é a falta de novos empregos, e precisamos discutir essa questão de gerar emprego e renda. Existe uma proposta na Assembléia, para junto com o Orçamento das Prefeituras, Orçamento do Governo do Estado e até do Orçamento da própria União, a gente possa em cada região, apesar de Sergipe ser um Estado muito pequeno, mas temos um Estado dividido em seis regiões diferentes, e temos que criar projetos para gerar emprego e renda, que é o grande mal ao nosso entender que assola o nosso País e principalmente o Nordeste. Gostaria também de dizer, deixar registrado aqui que, apesar das dificuldades, o Banco do Nordeste do Brasil lá em Sergipe é o grande parceiro nosso. Ainda posso afirmar que se não fosse o trabalho do Banco do Nordeste do Brasil em nosso Estado, temos um eficiente e preparado Superintendente lá do Banco do Nordeste, dr. Jair, que vem dando uma grande contribuição ao Estado de Sergipe. Também um outro assunto serei breve, o que nos preocupa muito hoje, é justamente a falta de credibilidade política que a sociedade, o povo, o eleitor, não acreditam muito no político e nós, políticos, temos que procurar urgentemente fazer algo para que a sociedade possa acreditar na nossa classe política.

A SUDENE, acredito que se todos os nordestinos, cearenses, baianos, pernambucanos, somados, unidos, tenho certeza que esse quadro será revertido, porque não é admissível que um órgão como a SUDENE, que tanto contribuiu para o desenvolvimento do Nordeste, esse órgão seja extinto atra-

vés de uma Medida Provisória, que acredito eu, que os senhores deputados federais aqui presentes, senadores, tem que fazer o possível para diminuir esse número de medidas provisórias que o Governo federal edita a cada mês, a cada dia.

Por fim, na exposição do empresário Lima Matos, parabênize-o, quando tive conversando aqui com ele e, na explanação dele, ele me falou sobre o bom gerenciamento. Quero dizer que o Governador Albano Franco quando assumiu o Governo do Estado em 1995, o Banco do Estado de Sergipe estava sob intervenção federal, e ele valorizou a prata da casa, e hoje o Banese é um dos bancos que dá mais lucro neste País. Quero dizer que o gerenciamento ao nosso entender está acima de tudo.

Com referencia ao rio São Francisco, não podia deixar de registrar aqui também, que muitas das vezes até parte dos cearenses, dos paraibanos, dos rio grandenses, acham que os sergipanos, os alagoanos e os baianos têm algo contra o Ceará; pelo contrário, acredito que, quando os Senhores deputados, Vereadores forem a Sergipe, quero fazer questão de que nos procurem, para fazermos uma visita ao Rio São Francisco, e a cinqüenta quilômetros do rio São Francisco já se pega peixe de água salgada. Então, o que deve ser feito? É nos somarmos também, deputados federais, senadores, governadores, para que o Governo federal possa investir, possa revitalizar o rio São Francisco, faça a transposição do Tocantins para o São Francisco e, depois, fazer a transposição do Ceará para o Rio Grande do Norte e, depois, para a Paraíba.

E afinal quero agradecer aos organizadores, ao Presidente da Casa, ao deputado Eudoro Santana, parabênizá-los por este Fórum, que tenho certeza que deste Fórum hoje aqui, com as exposições de várias pessoas que fizeram as suas exposições aqui, tenho certeza que vai ser um momento histórico para o Ceará e para o Nordeste. E afinal, agradecer pelo convite; obrigado.

SR. JORGE PARENTE (Presidente da Mesa): Com a palavra o dr. Arnaldo Meneses, Superintendente do Banco do Nordeste, que disporá de cinco minutos.

SR. ARNALDO MENESES: Distinta Mesa, queria inicial-

mente em nome do Presidente do Banco do Nordeste, dr. Bayron Queiroz, agradecer o convite do deputado Eudoro Santana, pela nossa presença aqui neste Evento. E fico a imaginar que impressão não levaria para o Sergipe o deputado Bosco Costa, que foi testemunha de um papel importante que o Banco do Nordeste desenvolve lá no seu Estado, chegando a afirmar que não sabe qual seria a situação do seu Estado não fora a assistência que o Banco do Nordeste empresta, estando aqui e ouvindo um ex-funcionário do Banco falando do Banco, e se ele não tivesse os esclarecimentos que vamos dar-lhes agora.

O dr. Nilson Holanda, com quem tive a honra de trabalhar, quando ele foi presidente - a propósito, vamos falar aqui não só para as pessoas que estão aqui, no entendimento de que os deputados representam a sociedade, e o colega Antônio Carlos falou muito em sociedade nordestina - vamos falar para a sociedade nordestina, na expectativa de que o que foi discutido aqui e o que vier a ser discutido aqui, não ficará aqui dentro; isso será expandido para toda a sociedade nordestina; por isso, vamos dar alguns esclarecimentos, esclarecimentos atuais, esclarecimentos de quem é também funcionário da Casa. Somos funcionários da Casa; entramos no Banco, como disse o Matos pela manhã, com quinze anos de idade, participamos de diversos eventos, de diversas administrações do Banco do Nordeste, e assistimos e participamos também da administração do dr. Nilson Holanda, que ele foi Presidente do Banco, que éramos ainda naquela época simples funcionários. Mas o dr. Nilson Holanda falou que o Banco do Nordeste era conhecido como uma instituição financeira que nunca deu prejuízo ao Tesouro Nacional até 1980, e que era uma renomada instituição, e que infelizmente - usando a expressão dele - a suposta modernidade não foi suficiente para manter essa fortaleza do Banco do Nordeste. Eu tenho o prazer de dizer ao dr. Nilson - infelizmente, ele está ausente, mas haverá de ouvir posteriormente - que o Banco continua sem dar prejuízo; nunca deu nenhum prejuízo; a informação que ele deu continua válida, nunca deu um prejuízo. A informação que ele deu, que até a década dos anos 80 o Banco era de renome, o Banco continua graças a Deus de renome. A prova

disso, recentemente, a menos de um mês, o BID, Banco Interamericano de Desenvolvimento, aprovou um repasse para o Banco do Nordeste de US\$ 150 milhões; foi aprovado pelo Congresso Nacional, pelo Senado a menos de um mês. Nós todos sabemos o quanto o gringo, o estrangeiro é desconfiado, jamais o BID emprestaria ao Banco do Nordeste US\$ 150 milhões a menos de trinta dias, se não tivesse segurança do que estava fazendo, o que ocorre é que a coisas mudaram. Por exemplo, na época em que o dr. Nilson Holanda foi Presidente do Banco, existiam muitas opções, muitas alternativas para banco de uma forma geral e especialmente para banco público. Eu me lembro, o Banco era gestor do 3418 na época do dr. Nilson, e do PIN e do PROTERRA, citados aqui pela manhã pelo Lima Matos, e o Governo de repente numa canetada, cortou um dos dois ou os dois; não sei bem; o dr. Nilson foi a Brasília; foi de manhã e voltou à tarde, trazendo a notícia de que o Banco ia ser depositário do IOF; ou seja, essa decisão conseguida numa manhã, em Brasília, compensou a perda que o Banco do Nordeste acabara de ter com a saída do PIN ou do PROTERRA, isso não ocorre mais. Assistimos o colega Antônio Carlos Dias Coelho, que foi Superintendente Financeiro do Banco por alguns anos, assistimos o Coelho, especialmente o Coelho e outras pessoas da área financeira, dizerem abertamente, fui diretor do Banco, eu e o Arnaldo, fui diretor do Banco durante oito anos, fui diretor da parte mais crítica, Recursos Humanos, e ouvimos a equipe competente do Banco, da área financeira capitaneada algum tempo pelo Antônio Carlos Dias Coelho, dizer que o Banco do Nordeste, quando a inflação baixasse de 12% ao mês, o Banco se tornaria inviável, a ponto de não poder pagar sua folha; ou seja, o ponto de nivelamento, o equilíbrio do Banco do Nordeste, o Banco do Nordeste ganhava dinheiro na inflação, era 12% ao mês, sabemos que a inflação chegou a ser 80% ao mês, as coisas mudaram, dr. Nilson; as coisas mudaram, Coelho. Em meados de 1994, a inflação foi zerada neste País, e o Banco do Nordeste, este que quebraria quando a inflação baixasse de 12% ao mês, sobreviveu numa nova mentalidade, mentalidade que não existia mais inflação, ou seja, aquilo que era o ganha pão dos bancos, especialmente dos bancos públicos

que geriam fundos públicos deixou de existir, e o Banco teve que se virar por sua conta, por sua própria conta. O que foi que fez o Presidente que assumiu então, o Presidente Bayron Queiroz? tentou conseguir que o Banco tivesse um papel diferente, um papel onde a sociedade nordestina na verdade o encarasse como tal, para depois de consolidada essa condição, ou seja, a sociedade defender a existência do Banco do Nordeste, pudesse ir ao Governo federal e mostrar os números. dr. Nilson, o Banco do Nordeste continua de renome paradoxalmente, dr. Nilson, só se fala do Banco do Nordeste aqui no Ceará, e paradoxalmente mais ainda, só falam do Banco do Nordeste ex- funcionários, como agora expressou alguns nomes o Coelho. Nós ouvimos o deputado de Sergipe falar qual é a impressão que se tem do Banco do Nordeste lá, e aí é preciso explicar para a sociedade; pelo menos isso vou dizer nesses dois minutos que me restam; é preciso que a sociedade entenda, porque é que se fala tanto do Banco do Nordeste e mais especificamente no Ceará, e exclusivamente pelos ex-funcionários aposentados; é preciso que a sociedade saiba disso; a sociedade hoje conhece o papel do Banco, haja vista um exemplo citado pelo deputado de Sergipe; pergunte ali ao Sr. Joaquim Feitosa qual é o papel do Banco lá em Tauá; pergunte ali ao Secretário Dedé qual é o papel do Banco lá no Horizonte, onde ele é Secretário de Indústria e Comércio. É porque na época que o Sr. foi Presidente, dr. Nilson, o Banco era muito pequeno, vivia para um grupinho de quarenta mil pessoas, clientes, era pequeno, e o Banco servia muito para nós, funcionários, a sociedade não se dava conta disso. O Banco passou de quarenta mil clientes, em 1994, para hoje ter um milhão e duzentos mil, aí sim, o Banco pode se expor a sociedade. Qual é o motivo desse ódio? Por que se fala do Banco do Nordeste e no Ceará? É preciso dizer, que a atual administração do Banco quando assumiu o Banco em março de 1995, encontrou um passivo referente a compromissos do Banco, compromissos do Banco perante a Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste, no valor equivalente, números grossos, pesados, não refinados, de quinhentos e cinquenta milhões de reais, maior do que o patrimônio líquido do Banco, que era aproximadamente de quatrocentos e setenta milhões

de reais. Está aqui uma prova de como esse Banco era útil a poucas pessoas e especialmente aos seus funcionários. O Antônio Carlos Dias Coelho falou muito em sociedade nordestina. Será que o Banco foi criado para servir a nós, funcionários? Ou seja, o Banco valia quatrocentos setenta milhões, e já devia só à Caixa de Previdência dos Funcionários R\$ 550 milhões? Foi para isso que o Banco foi criado? Não, a visão moderna de que falou o nosso dr. Nilson da atual administração, foi moderna no sentido de modernizar o Banco, de transformar o Banco, o Banco da sociedade, e não Banco de grupinhos de quarenta mil pessoas, dentre as quais muitos beneficiados os seus funcionários, dentro dos quais me incluo como funcionário, era mais útil a sociedade, e resolveu essa pendência, esse passivo contingencial com a CAPEF, e isso causou magoas; daí a raiva, o ódio das pessoas aposentadas do Banco do Nordeste, cuja grande maioria fica aqui no Ceará. Explicado, Deputado, porque que lá você vê um Banco, e aqui o Sr. hoje assistiu essas críticas. Mas na verdade o que se fez agora, o Banco conviveu esses cinco anos, o Banco do passado, o Banco procurando uma entidade melhor, e todos somos testemunhas. Vá ao seu Município você que mora aqui na Capital, vá ao seu Município e pergunte e escute se o Banco hoje não tem uma identidade melhor com a sociedade.

A última frase, o Coelho falou da transparência do Banco, todos os números que ele citou são tirados das notas explicativas que o Banco publica junto, apenas aos seus balanços. Fatos relevantes publicados agora no dia 22 de Junho, por conta desse fortalecimento financeiro que o Governo federal fez nos bancos federais, dentro dos quais o Banco também diz taxativamente o seguinte: *Carteira própria, reclassificação dos créditos das carteiras próprias, contemplando operações contratadas antes de 1995, que pelos novos critérios de reconhecimento de risco, passaram a exigir como complementação na ordem de um bilhão trezentos e setenta e cinco milhões de reais.* Ou seja, o Coelho viu a nota, mas não viu isso, e estou lendo a nota aqui. Ou seja, temos problema? Temos sim, Coelho, temos que fazer autocrítica, e todos dias tentamos fazer; erros tem demais, vão continuar existindo. Precisamos dizer, precisamos de ter a coragem, a

hombridade de dizer: o Banco tinha problemas, não problemas por força de pessoas ou de coisas mal feitas, problemas circunstanciais, zerou a inflação num País, a ineficiência empresarial passou a ser mais vista, mais aguçada. Aquilo que o Banco emprestou num conceito no passado, mudou os conceitos, vivemos de repente um País sem inflação, com a globalização atemorizando todo mundo. Então, o Banco tinha sim em 1995, um estoque de créditos complicado, não por culpa de ninguém, pelas circunstâncias, pelos diversos planos econômicos mal sucedidos, por uma série de fatores. Desde que o Banco é Banco, o Banco foi dito aqui, tem 49 anos, havia motivos sim, sem que isso constitua nenhum demérito, nenhum descrédito para os administradores anteriores, dentre dos quais me incluo, porque fui diretor durante oito anos, esse estoque existia com a condição de não muita liquidez, pois os números, a que o Coelho se refere, querendo dizer que o Banco está quebrado. Está quebrado ou estaria quebrado porque agora o Governo já fez o saneamento financeiro, por conta dessas operações contratadas antes de 1995. A gente diz, faz questão de dizer e por isso está explícito na nota, que foi antes de 1995, porque o ódio, o veneno derramado em cima da atual administração é tão grande, querem por fina força como disse o Coelho agora, ficou bem claro, o Governo saneou mas ficou a mesma equipe. Não, Coelho, a mesma equipe saiu a partir de 1995; a equipe que está hoje é a equipe que encontrou problema e agora solucionou, e solucionou de duas formas: solucionou especialmente mostrando à sociedade um Banco diferente, ou seja, fazendo que o Banco fosse da sociedade e não de um grupinho dentre os quais incluía nós, funcionários, com muita vantagem, com muitos penduricalhos; o Banco não foi criado para isso. A primeira coisa que o Presidente Bayron disse ao chegar ao Banco foi: *o Banco precisa servir a sociedade e não dela se servir*. Por isso é que temos hoje um milhão e duzentos mil clientes; então, o Presidente encontrou um Banco com problemas, não interessa, não estamos entrando no mérito se por culpa de ninguém, e solucionou esses problemas agora definitivamente com esse saneamento financeiro.

SR. JORGE PARENTE (Presidente da FIEC): Vamos

ouvir então a palavra do engenheiro agrônomo Joaquim de Castro Feitosa; tem três minutos.

SR. JOAQUIM DE CASTRO FEITOSA: Presidente Wellington Landim, o Sr. vem dando uma nova dimensão nesta Casa; lutador deputado Eudoro Santana, Presidente do Fórum; aos Conferencistas Nilson Holanda e a professora Barcelar, que nos deram verdadeiras aulas, especialmente aquela Senhora, e aqui tive a satisfação de ouvir dela, que o primeiro fundador da SUDENE, paraibano, nosso amigo Celso Furtado, efetivamente deu uma importância muito grande as classes produtoras, com exceção das mais humildes. A SUDENE inicialmente rejeitou os projetos de caprinos, dizendo ela que caprino é de terra pobre. enquanto na Europa está formando raças nobres de caprinos e ovinos, ficamos com essa assertiva da SUDENE completamente equivocada. Depois de alguns anos ela me deu a mão, mas os recursos já estavam corroídos, e os poderes mais altos, os banqueiros, os comerciantes, por aqueles que ocupam cargos públicos importantes, que fizeram inicialmente seus projetos, e aí a SUDENE foi se esvaziando e foi perdendo folêgo. Os escritórios regionais, escritórios não regionais da SUDENE, mas os escritórios que fazem os projetos, esses passaram a tomar conta praticamente da SUDENE. Era tanto, que os escritórios é que diziam quanto o proprietário ia receber e o que vinha descontado. Um amigo meu teve uma decepção muito grande quando de uma liberação de recursos da SUDENE, ele viu no documento que tinha de descontar 45% daquela liberação, ele indignado deixou praticamente o Projeto caducar, porque aquilo era uma sacanagem no bom termo atual, essa é que é a verdade, e não sei como vai ficar. Então, os caprinos hoje constituem uma força importante na pecuária Nordestina, e que precisa efetivamente cuidada, para que possamos tirar dela o melhor que o nosso clima nos oferece.

A dra. Tânia Barcelar falou nos diagnósticos equivocados. Efetivamente, grande parte dos nossos diagnósticos que são feitos de encomenda e ajustados para uma situação qualquer, para denegrir ou enaltecer, nunca é a verdade, quase sempre são mentirosos. É preciso recompor esse quadro, para que possamos ter o crescimento do Nordeste na sua exatidão.

Com relação ao clima, o que existe muito é mentira. Numa pesquisa que fiz, em 148 anos aqui em Fortaleza nunca

passou um ano que não chovesse. A seca não está mais nas nossas ações do que propriamente no clima. E quando você compara a quantidade de inundações que tivemos - teve inundações e não seca - haja vista que aqui em Fortaleza construído completamente errado.

Os projetos antigos da SUDENE, dizia um amigo meu que fazia Projeto, 75% do Projeto tem que ser na capa, e só 25% de conteúdo. A capa dava um embalo muito grande para aquilo.

SR. JORGE PARENTE (Presidente da Mesa): dr. Feitosa, um minuto.

SR. JOAQUIM DE CASTRO FEITOSA: Com relação ao Banco do Nordeste, quando cheguei no Tauá, na época a salvação da lavoura era o Projeto. O BNB hoje está com outra qualificação. Os cientistas políticos e filósofos discutem o que é moral, amoral, ou imoral. Mas o que é definitivamente imoral é a fome do nordestino da cidade e do campo.

SR. JORGE PARENTE (Presidente da Mesa): Antes de passar a palavra ao dr. Nilson Holanda que foi nosso expositor, que terá dez minutos, o dr. Valdemar Barros.

SR. VALDEMAR BARROS: dr. Jorge Parente, gostaria de ceder minha palavra ao dr. Marcelo Pelágio e, numa outra oportunidade, ainda tendo hoje me inscrevo.

SR. JORGE PARENTE (Presidente da Mesa): Não tem mais outra, tem dois minutos. Então o dr. Marcelo tem dois minutos.

SR. MARCELO PELÁGIO: Boa tarde a todos, é uma grande satisfação estar aqui. Eu gostaria de colocar alguns pontos relacionados com o que já foi mencionado. Esse processo de transição vivenciado por todos nós, pela sociedade nordestina, pela sociedade brasileira, com relação a migração de uma economia inflacionária para uma economia não inflacionária. E os impactos advindos dessa migração, dessa transição para as instituições financeiras, para todo o sistema financeiro nacional, mormente as instituições financeiras públicas, e no caso específico do Banco do Nordeste que atua fortemente com operações de médio de longo prazo, com mais de 90% do seu ativo total direcionado para operações de crédito.

Gostaria também de aproveitar a oportunidade, se o tem-

po me permitir, para colocar para todos os presentes e para toda a sociedade, algumas divergências que foram apontadas aqui.

Os ajustes do Banco do Nordeste, os ajustes das instituições financeiras oficiais, e mais precisamente do Banco do Nordeste, ele não ocorreu a partir dessa Medida Provisória, ele vem ocorrendo desde 1995, com um conjunto de medidas que vêm sendo adotadas no sentido de fazer com que a organização Banco do Nordeste se ajustasse a esses novos ditames, aos ditames de uma economia estabilizada. Ditames bem diferentes daqueles vivenciados antes de 1995, antes do processo inflacionário que, aí sim, a transparência não era permitida à sociedade porque os recursos canalizados para essas instituições eram utilizados nas suas mesas, nos mercados financeiros, em detrimento daqueles que efetivamente precisavam. Hoje, diferentemente, temos apontado nas demonstrações contábeis, as deficiências necessárias, para que o controlador adote os procedimentos para enquadramento das novas regras ditadas no âmbito internacional.

A partir de 1995 várias medidas vêm sendo administradas pelo Banco Central do Brasil, justamente para provocar a transparência nas demonstrações das instituições financeiras, para melhorar as questões relacionadas com os controles internos. Uma delas é justamente a Resolução 2682, a Resolução que substitui a anterior 1748, que dá um tratamento diferenciado no trato das operações de crédito.

Quando se fala desobrigar o Banco do Nordeste do Fundo Constitucional, é bom que fique claro; isso aqui não significa anistiar essas operações de crédito; não significa deixar de receber as operações de crédito, significa dar um tratamento de exigência patrimonial para enquadramento na Resolução 2682, que inclusive exige provisionamento de operações ainda até em fase de carência, a depender da situação desse empreendimento, a depender dessa situação desse grupo econômico, a depender dessa situação desse cliente, junto a todo sistema financeiro nacional. Ou seja, se um cliente deve no Banco do Nordeste com operação de 10 anos ou 12 anos de prazo, está em fase de carência e deve um cheque especial num banco privado, de acordo com

a Resolução 2682, essa operação merece uma classificação diferenciada, e por isso exige um nível de provisionamento, e esse nível de provisionamento logicamente que tem a ver com a existência de capital mínimo. Dentro desse contexto, a desobrigação do fundo constitucional, repito, não significa dizer que o Banco vai deixar de continuar cobrando, ou por vias administrativas ou por vias judiciais os seus créditos. As operações da sua carteira própria, repetindo sempre, operações antecedentes a 1995, que vinham sendo administradas de acordo com a Resolução 1748, são operações até de 1988 que sofreu todas essas diversidades a que se referiu o Arnaldo com relação aos pacotes econômicos, as políticas adotadas, que naturalmente geram desequilíbrio dos entes econômicos.

A captação, o Banco é um intermediário financeiro, dr. Coelho. Ele só vai captar recursos, principalmente se os recursos de curto prazo são recursos com taxas elevadas, se esses recursos puderem ser alocados à atividade produtiva, em taxas consentâneas com a realidade nordestina. Não tem cabimento um Banco do Nordeste estar captando recursos a taxas selicadas, taxas SELIC, a taxas elevadas, para colocar em empreendimentos produtivos. E nesses empreendimentos que sofrem com todos os processos climáticos e coisas dessa natureza.

Uma outra questão são os novos recursos e promoção de investimento. O Banco do Nordeste, nesses últimos anos, só com relação ao programa de desenvolvimento de turismo, injetou na economia nordestina US\$ 670 milhões. E esses US\$ 670 milhões, permitiu a vinda de investimentos privados nacionais, de outros Estados e internacionais, superiores a R\$ 5 milhões. É uma pena que não tenhamos tempo para esclarecer à sociedade o trabalho que vem sendo realizado.

SR. JORGE PARENTE (Presidente da Mesa): Vai ter tempo no outro painel, é porque o Arnaldo estourou o tempo de vocês aí.

Com a palavra, para concluir, o prof. Nilson Holanda.

SR. ANTÔNIO CARLOS COELHO: Eu gostaria só de dizer, que é muito difícil nessa discussão, com pouco tempo, se acreditar num ou no outro, mas gostaria só de dizer três coisas.

SR. JORGE PARENTE (Presidente da Mesa): É que temos que cumprir o horário aqui.

SR. ANTÔNIO CARLOS COELHO: Não é sobre isso, não. É sobre o que foi respondido sobre isso. Os recursos do FAT, que são públicos, do FNE, e a captação de recursos externos, são todos risco do Tesouro Nacional. Os gringos não são tolos, como disse o dr. Arnaldo, eles emprestam porque é com aval do Tesouro Nacional. Portanto, não é risco o Banco do Nordeste. Depois, o saldo de aplicações do Banco do Nordeste em 30 de junho de 1995, era de 1 bilhão e 900 milhões de reais. De 1995 até hoje, foram levados para despesa 3 bilhões de 600 milhões. Com esses 1 bilhão e 300 agora do fato relevante que li. Portanto, não se refere somente as operações antes de 1995. Terceiro, quanto ao problema da CAPEF o BASA, respeitando a justiça, despesou, e podem ver o fato relevante do BASA, assumiu como despesa R\$ 300 milhões de déficit atuarial da CATAF, que é a Caixa, onde o Governo vai entrar com títulos do Tesouro, porque o problema não foi dos aposentados, foi dos dirigentes que não souberam capitalizar e dilapidaram o patrimônio da CAPEF.

Finalmente, se o sr. diz que a essas taxas não adianta capitar, por favor devolva o que a CAPEF tem lá emprestado, porque com certeza está dando prejuízo aos Senhores, porque desse 1 bilhão, 200 a 300 milhões é da CAPEF.

E finalmente só para terminar e devolver ao dr. Nilson, só parafraseando Shakespeare, "*Se a rosa não se chamasse rosa, não perdia o seu perfume*". Portanto, trazer 2 milhões e 100 novos para cobrir o rombo do Banco do Nordeste pode não ser chamado de prejuízo, mas não perde o seu perfume. Obrigado.

SR. JORGE PARENTE (Presidente da Mesa): Com a palavra dr. Nilson Holanda.

SR. NILSON HOLANDA: Vou fazer um apanhado final, creio que há um consenso que as instituições regionais são indispensáveis para o desenvolvimento da região. Estas instituições precisam ser reformadas e fortalecidas. O ideal teria sido que esse processo não tivesse passado pelo trauma da extinção da SUDENE e desses problemas que tem sido apontados em relação ao Banco do Nordeste.

Eu acho que as elites políticas da região tem que estar muito atentas para o que vai acontecer daqui para frente. Essa ADENE que foi criada pelo Governo, como disse, tem um contorno muito nebuloso. Se for bem trabalhada pode ser uma oportunidade de se recriar a SUDENE sob novos moldes

Há uma coisa bastante estranha que foi mencionada aqui, quando se cogita de transferir a administração dos recursos fiscais para outros bancos que não o Banco do Nordeste. Eu acho que se o Governo quer realmente fortalecer a região, o normal é que essa atribuição fosse do BNB, inclusive porque historicamente foi a instituição que demonstrou conhecimento e competência para administrar incentivos regionais, muito mais que o BNDES que é um banco de segunda linha e atua na área de grandes projetos, e na região opera somente através de agentes. Então, acho que esse é um tema que merece receber a maior atenção das elites regionais, especialmente, como mencionei, em função desse pífio relatório que foi produzido pela Booz Allen sobre o papel de bancos federais.

Saí do Banco do Nordeste há mais de 20 anos e, obviamente, talvez, quando falo em Banco do Nordeste, penso ainda muito no passado. E tenho feito questão, sempre que me refiro ao Banco, de elogiar o que foi seu desempenho, e, como disse aqui hoje, somente depois que conheci mais profundamente a administração pública do Brasil foi que pude apreciar o que foi o grande milagre do Banco do Nordeste ao longo de muitos anos de sucesso.

Mas o Arnaldo fez aqui uma referência que não posso deixar sem resposta. Em primeiro lugar levantou uma tese psicológica, Freudiana, de que há um problema com os aposentados, etc. Também sou aposentado do Banco do Nordeste, com uma complementação de aposentadoria da CAPEF que foi reduzida arbitrariamente para 2 mil e 600 reais mensais, mas sou talvez o único funcionário que não entrou com ação na justiça contra a CAPEF, jamais entrei na justiça contra a CAPEF.

Em segundo lugar, o problema das caixas de previdência não é um problema do Banco do Nordeste. Praticamente todas as caixas de previdências no Brasil têm problemas de déficit. Ainda agora foi demitida a Secretária de Previdência

Complementar, porque o Ministro não concordou com a divulgação, que ela fez, de que cerca de 80 caixas de previdência estão com problemas financeiros.

Em terceiro lugar, o que nunca falei e vou falar aqui agora, é que os problemas de gestão do Banco do Nordeste não são só de hoje; sempre tivemos problemas. Hoje temos os problemas da estabilidade, mas no passado tínhamos os problemas da inflação. Eu me lembro da época em que aplicávamos recursos próprios em crédito rural, e tínhamos um prejuízo imenso. Uma vez fizemos um pequeno estudo de custos e receitas por linhas de créditos, verificamos que ganhávamos dinheiro no crédito industrial, onde os projetos eram de grande porte, perdíamos uma brutalidade em crédito rural e apenas empatávamos no crédito geral, que todo mundo achava que era a grande fonte de lucro do Banco. Então problemas sempre tivemos. Em 1995, na minha gestão, quase o Banco dava prejuízo. Ele vinha numa trajetória de queda de rentabilidade, e tivemos que fazer um esforço muito grande para reverter essa tendência e preservar aquele recorde histórico de nunca dar prejuízo;

Um outro fato, que nunca falei. Quando assumi a Presidência do Banco encontrei a CAPEF com um déficit atuarial de 30%. Durante cinco anos fizemos um esforço enorme e deixamos a caixa com superávit. Aumentamos as contribuições dos funcionários, no regime militar, na famosa ditadura, e isso foi feito da forma mais democrática possível. Nós levamos seis meses para conseguir a anuência dos funcionários. Fizemos o ajuste, parte pago pelos funcionários, parte custeado pela administradora, como fizeram outros bancos, como fez o Banco do Brasil.

Agora, acho que o Arnaldo fez uma afirmação que não pode ser deixada sem resposta. Ele disse que o Banco existia para seus funcionários, e isso não é verdade, pelo menos para o Banco da minha geração. Nós não podemos denegrir o funcionalismo do Banco, especialmente aqueles como eu, como o Firmo, que participaram da sua construção, que fizeram dela a instituição que foi e tem conseguido se manter até hoje. Os funcionários, os recursos humanos do Banco sempre foram os seus recursos mais valiosos, sempre foram seu ponto mais alto. O Banco do Nordeste tinha um

padrão de qualidade de recursos humanos superior a de qualquer outro banco federal . Então, não podemos dizer aqui, criar essa falsa impressão de que as reformas, os problemas do Banco decorrem de que o banco era administrado para os seus funcionários. Era esse o registro que queria fazer.

E mais ainda um reparo. Infelizmente no Brasil tendemos a confundir muito as coisas. No momento o Governo adota uma política muito interessante, muito curiosa. Quando há um problema institucional, as instituições é que são punidas. Nós temos que separar as instituições dos seus administradores, temos que separar as instituições dos seus bons ou maus administradores. Hoje quando existe um problema institucional o que faz o Governo? Extingue a instituição, não pune o mau administrador, pune a instituição.

Eu me recordo que estava na Secretaria Especial de Políticas Regionais, que era vinculada ao Ministério do Planejamento (depois que foi extinto o Ministério da Integração Regional) e perguntei ao Secretário Geral do Planejamento: Por que vocês extinguiram o Ministério do Interior, Ministério de Integração Nacional? Ah! porque aquilo era um balcão do clientelismo. Eu digo: Ora, mas a instituição não tem culpa, vocês colocam um ministro que a vida toda foi clientelista, ele só sabe fazer clientelismo, ele vive disso, precisa disso para ter voto. Como é que agora você vai punir a instituição pelo comportamento do seu administrador. Eu digo, isso é muito parecido com a prática dos reis medievais. Na Idade Média alguns reis quando recebiam mensageiros que lhes traziam más notícias mandavam executar o mensageiro. Então temos que separar as instituições, as instituições tem de ser preservadas. Os países que se desenvolveram no mundo foram aqueles que criaram instituições sólidas, que resistem de gerações a gerações. No Brasil no entanto temos essa mania de despir as instituições, muitas vezes com propósitos escusos, como já foi dito aqui que o objetivo é queima de arquivo, esse tipo de comportamento é que tem se modificar. Não iremos promover desenvolvimento sem instituições sólidas, e para isso precisamos separar claramente, precisamos criar um ambiente de transparência, em que as coisas possam ser explicadas. Eu mencionei aqui um prejuízo do Banco do Brasil, e tenho abso-

luta certeza que o Banco do Brasil não tem culpa disso, foram operações impostas pelo Governo federal, mas isso não pode ficar sem explicação. Veja o caso do Banco Central, ninguém lê balanço do Banco Central. Eu, por curiosidade, fui verificar esse balanço, e está lá em 1999, 13 bilhões de prejuízos, imediatamente transferidos ao Tesouro Nacional, porque também resultaram de operações cambiais feitas por ordem do Governo federal. Mas estas coisas tem que ser discutidas, vamos separar claramente o que é problema da conjuntura, o que é problemas de orientações equivocadas do Governo, e aquilo que é responsabilidade do administrador daquela instituição, porque as instituições tem que ser preservadas.

E queria também aqui mencionar que precisamos fazer a nossa auto crítica. A SUDENE desapareceu, e em grande parte isso pode ser atribuído ao fato de que ela foi abandonada pelas lideranças políticas da região. No momento em que a SUDENE não teve recursos para distribuir, todos a abandonaram e quando vem a sua extinção, todos lamentam e resolvem verificar o que pode ser feito. As coisas tem que ser feitas com antecedência. É preciso que se pense o futuro, é preciso que se desenvolva uma visão estratégica, porque sem a visão estratégica vamos continuar a patinar na dificuldade de sempre.

Quando falei aqui em modernidade, está aqui no meu texto, eu mencionei o caso da abertura econômica, que foi feita porque o Brasil era um país do atraso, protecionista. Mas no atraso do protecionismo, o Brasil conseguiu gerar, por mais de uma década, 10 bilhões de dólares anuais de superávit da balança comercial. Hoje temos déficit da balança comercial e o maior déficit (anual) de transações correntes do mundo, US\$ 33 a US\$ 28 bilhões nos últimos 4 anos, em média, o que é uma situação desastrosa. Entramos na globalização; a globalização existe; não podemos ignorá-la, mas a maneira como nós nos inserimos é que é importante; nos inserimos de forma passiva, de forma incompetente, de forma irresponsável, e estamos pagando o custo. Antes era um País fechado, economia fechada. O que aconteceu em 20 anos? Hoje a nossa economia é mais fechada do que há 20 anos. Em sentido contrário, temos exem-

plos muito interessantes. Existem dois países no mundo que, comparados com o Brasil, o Brasil pode ser considerado um paraíso, um é a China; o outro, a Índia. A China era um País que não exportava nada; hoje é um dos maiores exportadores, e o maior exportador dentro das economias emergentes, logicamente numa situação muito particular, porque a China aderiu a um regime de economia dual. Aquelas ZPES's que não conseguimos implantar no Brasil, foi num sistema de grandes ZPE's que a China conseguiu conciliar a transição da economia socialista para uma economia de mercado; um processo que não sabemos até quando vão poder controlar. Mas, temos outro exemplo muito interessante, que é o da Índia. Em 1991 foi feito aqui em Fortaleza um Seminário Internacional sobre Variações Climáticas – ICID, um seminário preparatório para a ECO 92, e veio um professor da Universidade de Atenas, e temos um amigo comum, o professor Panagydes que trabalhou no Brasil; e como o Seminário era em Fortaleza, escreveu para seu conterrâneo, professor Michael Kottis dizendo que ele vinha para o Brasil, para a parte pobre do Brasil, o Ceará. E o professor Kottis, da Universidade de Atenas, dava umas aulas, como professor visitante na Universidade do Punjab, na Índia. Quando se falou em pobreza ele esperou encontrar aqui algo semelhante ao Punjab. E quando chegou a Fortaleza ficou hospedado no Hotel Praia Verde, e disse: *vocês chamam isso de pobreza; isso aqui é um paraíso; o Brasil, comparado com a Índia, é um paraíso*. A Índia começou suas reformas há apenas 10 anos; com um atraso de 10 anos em relação ao Brasil. A Índia tem mantido nos últimos 10 anos uma taxa de crescimento superior a 6%. A Índia não tem problemas cambiais; ninguém ouve falar em crise na Índia. Houve a crise do sudeste asiático e não afetou a China nem a Índia. Por quê? Porque são países que tem projeto de desenvolvimento, com seus erros e acertos, mas tem uma visão clara do que pretendem ser. E o Brasil simplesmente se entregou de forma passiva e irresponsável. Nós hoje vemos o Brasil, já não digo caudatário do Paraguai por causa de Itaipu, mas agora também dependente da Bolívia. O Presidente, um homem que já não é tão moço, arriscou-se a ir a La Paz a 4 mil metros de altura, podendo ter até um problema de saú-

de, para resolver o problema do abastecimento de gás da Bolívia, sendo que somos o único comprador desse gás, e a Bolívia está querendo dobrar o preço do gás. Ainda agora no Mercosul está se falando em reduzir a tarifa externa comum. Ora, como é que um País, que tem um déficit de transações correntes do nível que temos fala em reduzir tarifas. Então isso mostra que há uma falta de rumo, falta de qualquer plano. Temos um plano plurianual que é uma coisa muito interessante, porque se alguém analisar o plano plurianual vai observar que 80% dos investimentos são privados, então você está planejando agora para o setor privado. Ora, o setor privado não precisa que o Governo planeje para ele, basta que o Governo crie as condições macroeconômicas e de infra-estrutura que o setor privado vai fazer os seus planos. Então, esses desacertos é que precisam ser analisados.

Agora, no plano regional, eu insisto, quaisquer que sejam os problemas que possamos ter, e independentemente do que fizerem eventuais maus administradores, temos que preservar as instituições que foram fundamentais para o crescimento do Nordeste. E se não as restaurarmos e fortalecermos, obviamente em novas bases, porque os tempos são diferentes, iremos entrar num retrocesso que vai durar no mínimo de 50 a 100 anos. Muito obrigado.

Painel

3

Expositor

Francisco Oliveira

O Nordeste do século XXI: potencialidades e limitações

Muito obrigado por esse grande currículo, sobretudo pela indicação da minha filha cearense. Eu agradeço muito à Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, na pessoa do deputado Welington Landim, sr. Presidente, e dos demais deputados. Na pessoa do deputado Eudoro Santana, Presidente da Comissão que organiza este Fórum, pelo convite para estar aqui, unindo-me aos meus conterrâneos, nessa tentativa de revitalizar e reorganizar suas instituições mais importantes desde os anos 50. Estou complementemente de acordo com o professor Nilson Holanda, de quem fui colega nos anos 50, a respeito da importância das Instituições; Instituições que já têm

É sociólogo formado pela Universidade Federal de Pernambuco, professor titular da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo, diretor do Centro de Estudos dos Direitos e da Cidadania da Universidade de São Paulo, ex-Superintendente substituto da SUDENE, na gestão Celso Furtado. É autor dos livros: Crítica a Razão Dualista, A Economia na Dependência Imperfeita, Elegia Para uma Religião, O Elo Perdido, Celso Furtado Antologia, Collor, A Falsificação da Ira, Os Direitos do Ante Valor, Os Cavaleiros do Ante Apocalipse, e Os Sentidos da Democracia. Francisco de Oliveira morou no Ceará, trabalhou no Banco do Nordeste e tem uma filha cearense.

meio século e que não podem ser jogadas na lata do lixo por penas de quem quer que seja. Mesmo que esse quem quer que seja seja o Presidente da República. Pediram-me para abordar uma questão, o tema "Nordeste, Potencialidades e Limitações". Evidentemente estamos nos referindo a questão do Desenvolvimento do Nordeste. O meu ponto-de-vista é o seguinte: em primeiro lugar, precisamos fixar que o Nordeste não é uma economia autárquica. E, não sendo uma economia autárquica, o que é uma felicidade, não se trata de um handicap; ao contrário de uma vantagem, é preciso insistir que as possibilidades e limitações do Nordeste no seu desenvolvimento, devem se dar e devem se referidas ao desenvolvimento da Federação Brasileira.

Hoje, nos tempos da globalização, é muito tentador pensar que uma região como o Nordeste, como outras regiões no mundo, podem aspirar a ligar-se diretamente aos centros mais desenvolvidos, sem a mediação nacional; isto pode ser uma perigosa ilusão. O Nordeste sozinho não tem cacife nem recursos nem tamanho, para enfrentar as grandes economias desenvolvidas. Portanto, nossa perspectiva é mais uma vez e deve ser uma perspectiva de integração com o desenvolvimento, e portanto, com as possibilidades e limitações do próprio Brasil. Para fugir das tentações da globalização, nela estamos inseridos numa grande federação; o destino do Nordeste pode ser a de uma província do império, uma província em processo de desintegração. Porque as formas atuais da globalização, exatamente não respeitando fronteiras, elas pouco obedecem às dinâmicas regionais. Ao contrário, o que se dá é que as regiões se integram e passam a ser complementemente dependentes da dinâmica mais global. Então, creio que nos do Nordeste, cujo papel na construção e na formação deste País, não pode ser minimizado, alguns até em delírio ufanista, às pensam que foi o Nordeste que fez o Brasil. É preciso relativizar. O Brasil é uma enorme construção dura, sofrida, mas diversa, complexa. Para ela a contribuição do Nordeste foi sem dúvida fundamental. Pode se dizer, sim, agora sem ufanismo, que sem o Nordeste o Brasil não seria a mesma coisa. Com suas potencialidades e suas deficiências. E portanto, mais uma vez preciso reafirmar a nossa vocação nacional, sem a qual estaremos em um

mundo globalizado, em condições de sermos mais explorados do que já fomos na história mundial. E a história brasileira como é bem sabido, passa por diversos ciclos. Na verdade, no primeiro grande ciclo de expansão, da economia e da sociedade que veio a se chamar Brasil, o Nordeste era um polo desenvolvido. Enquanto que o Sudeste e as demais regiões, hoje regiões brasileiras, eram os pólos subdesenvolvidos. A história, evidentemente, e a expansão do capitalismo na forma como se deu na periferia, inverteu esse processo a tal ponto que o Nordeste passou a ser a região chamada problema por excelência. Isto não aponta para nenhum destino irrecuperável, nenhum destino que não possa ser trabalhado pelas forças da sociedade. O problema de hoje de pensar as condições, possibilidades e limitações do Nordeste, não está entre nós, o problema está em que o País está sem rumo, sem projeto e sem programa de desenvolvimento. O País entregou-se passivamente a uma globalização da qual ele retira muito poucas vantagens, e por isso os próprios projetos regionais brasileiros entraram em crise acelerada. Uma crise que não se explica, pelos problemas regionais, mais só se explica pela derrapagem que o processo de desenvolvimento brasileiro conhece desde o começo da década dos 90. Isto não quer dizer que as questões de suas instituições, dos seus problemas da miséria gritante que ainda é o lado mais negativo do Nordeste, não devam ser examinados, questionados, problematizados. Mas quer dizer, sim, que o declínio das instituições regionais e o afastamento que já hoje é visível, uma espécie de aumento do afastamento entre as regiões brasileiras, deve-se ao fato de que o Governo federal e a União estão mais perdidos - como se dizia do folclore no Nordeste - do que cachorro em procissão. É absolutamente, e fala-se aqui e fala-se em todos os dias na chamada estabilidade monetária. Isto é uma ficção, uma ficção de um mau autor. Uma ficção que não merece ser colocada entre as grandes ficções construídas pela inteligência brasileira. Trata-se de uma estabilidade falsa, uma estabilidade aqui que o professor Nilson Holanda acabou de referir-se, a estabilidade dos 28 bilhões de dólares de déficit externo. Esta a estabilidade da chamada moeda real que não faz jus ao seu nome, porque ela é uma mo-

eda realmente irreal. Custa muito os graus de passividade e de inserção subordinada na globalização. Está custando a sociedade brasileira a perda do seu dinamismo, o aumento das desigualdades, incluindo as desigualdades regionais.

Nos anos 70 foi uma espécie de auge dos sistemas de incentivos fiscais, quando a SUDENE e Banco do Nordeste atuavam em conexão. A primeira, com uma larga fatia de incentivos fiscais. E o segundo, como o professor Nilson Holanda remarcou, aqui também está José Nicácio de Oliveira, um dos fundadores do Escritório de Estudos Econômicos do Banco do Nordeste, quando essas duas inserções entraram em sincronia. E o segundo tem razão, como uma das mais qualificadas burocracias, não no sentido pejorativo, mais no sentido verberiano, de que o Nordeste foi dotado em toda a sua história, conseguiram fazer através dessa atuação, com que as diferenças regionais diminuíssem, encurtassem, chegando em uma década, por exemplo, a economia do Nordeste crescia mais do que a economia brasileira. Vejam bem, isso não é pouco, porque era no momento em que a economia brasileira crescia a taxas de 8% ao ano. O crescimento da economia do Nordeste, superou o crescimento da economia brasileira. O nosso Projeto, portanto, é um Projeto Federativo. E ele só tem viabilidade se for encarado e orientado dessa forma. Antes do BNB e da SUDENE, qual era a situação geral da economia do Nordeste? Uma situação um tanto paradoxal. A economia mais pobre do País, economia regional menos desenvolvida, era um nítido exportador de capitais. Através dos trabalhos feitos pelo Banco do Nordeste, no Grupo de Trabalho e Desenvolvimento do Nordeste, de que Celso Furtado viu-se da base de estudos criada pelo chamado GTDN, mostrava que o mecanismo, através do mecanismo cambial, a região mais pobre exportava capitais. A que se devia isso? Se devia ao fato de que estávamos numa federação, dirão, um lado negativo da federação. Cuidado, nas duas décadas seguintes, quando entraram em funcionamento as duas grandes instituições, o Banco do Nordeste já com duas décadas de existência, reforçado em seu papel de canalizador de investimentos, nas duas décadas seguintes a relação inverteu-se, o Nordeste passou a ser importador líquido de capitais. Houve anos, através

dos estudos feitos pelas duas instituições, através da série de estudos do produto interno bruto da região, em que o coeficiente de inversão da economia do Nordeste alcançou cerca de 30% do produto regional. Para termos uma idéia do que é 30% do produto Regional, comparamos hoje com a situação brasileira em que o coeficiente de inversão da economia brasileira não passa de 17%. E durante anos seguidos, Países que conseguiram manter uma taxa de inversão desse tamanho, conhece-se apenas dois: a ex-União Soviética no período máximo de sua aceleração, e o Japão no período glorioso do Pós Segunda Guerra Mundial. Na história mundial, portanto, incorporar e reproduzir a cada ano 30% do produto é uma façanha que poucas regiões no mundo alcançaram. De que se tratava? De vantagens da federação, posto que eram capitais vindos do Sul e do Sudeste, de outras Regiões do Brasil, que fizeram com que a inversão do Nordeste pudesse chegar a ser desse tamanho. De um lado ou do outro, na fase má e na fase boa, aparece o enquadramento na Federação, como aquilo que pode responder pelas nossas possibilidades e pelas nossas limitações. Dois fatores, portanto, inteiramente ligados às vantagens da Federação.

Agora, estamos em um período de desvantagem, mas não desvantagem da Federação, porque o que está em risco é ela mesma, com uma política inteiramente submissa, uma política de inserção subordinada no processo da globalização. Não se trata propriamente, portanto, de uma questão federativa, mas sobretudo da questão nacional.

É possível voltar a crescer? Voltar a apresentar taxas de crescimento do tipo das que se observou em décadas atrás? Não há nada que diga que não. Não há bola de cristal capaz de dizer: não, não é mais possível. Como não é possível dizer que as possibilidades de crescimento da economia Brasileira também estão limitadas.

A Irlanda era um País tradicionalmente conhecido, historicamente conhecido como exportador de mão-de-obra. A Irlanda figurou entre os grandes exportadores de população para criar os Estados Unidos da América. Boa parte da imigração Norte Americana no Século XIX, deveu-se a imigração de irlandeses. A Irlanda integrou-se à União Européia. Aceitou participar de um processo que não era o mercado

que ditava, mas a vontade política das nações. A Irlanda, este tradicional exportador de mão-de-obra, é hoje uma economia cuja renda per capita é mais alta que a da Inglaterra. Parece ironia que a antiga matriz que expropriou a Irlanda na verdade, desde o século XVI, a revolução gloriosa inglesa foi uma operação de pilhagem sobre as terras da Irlanda, é irônico hoje, que um país como a Irlanda, tenha se integrado à Europa e desfrute de uma renda per capita e de uma qualidade de vida que hoje são superiores à da própria matriz. Estou dando dois exemplos de países pequenos, que no contexto mundial parecem insignificantes, para mostrar que não é só um problema de tamanho; é uma questão de como suas elites políticas, seu povo, suas direções políticas orientam os processos de desenvolvimento.

O outro pequeno país da Europa chama-se Finlândia. Finlândia, a conhecemos sobretudo através das saunas; as saunas finlandesas ficaram famosas no mundo todo e aqui mesmo no Nordeste tão quente há lugares em que se pode tomar uma bela sauna finlandesa. Pois agora a Finlândia não deve mais ser conhecida pelas saunas, apesar de que continuam lá. E para quem se arisca a um banho de menos 5 graus, depois de sair de 39 graus de temperatura, continua sendo das mais saudáveis atividades, e não posso porque sou cardíaco. A Finlândia deve ser conhecida hoje como o País da mais alta tecnologia em telecomunicações. Alguns aqui nesta sala deverão está usando telefones celulares finlandeses. De novo o exemplo de como escolher os caminhos, não abrir mão da sua soberania, não abrir mão da sua autonomia, torna o desenvolvimento inteiramente compatível com o mundo globalizado. Muito mais vantagens em um mundo desses tem o Brasil e tem o Nordeste. Muito mais do que a Irlanda teve no início do processo de integração, e muito mais do que a Finlândia. Até mesmo alguns louros temos no Ceará, em várias partes do Nordeste, ilusão que alguns pensam que na verdade deveu-se a presença dos holandeses, é que conhecemos pouco a nossa própria história. Esses louros que existem tantos no Ceará, e que as pessoas do Sul se surpreendem, deve-se ao fato de que a imigração portuguesa para o Nordeste foi sobretudo de pessoas do Norte. E o Norte do Portugal é louro. Portanto, até

louros temos. Essa vantagem, se é que há vantagem nisso, também não precisamos nos humilhar. A questão toda está na forma pela qual se conduz o desenvolvimento econômico. O Brasil é um belo exemplo. É um belo exemplo porque o Brasil foi o País que do Século que foi de 1870 a 1970, é um País capitalista. Eu estou dizendo um País capitalista, que acusou as mais altas taxas continuadas de crescimento econômico. Onde teve o problema? Por que essa economia que cresceu durante um Século nas taxas mais altas que o mundo capitalista conheceu, transformo-se em um País de miseráveis. Um País cuja desigualdade social e desigualdade regional, o recorde é uma vergonha, o problema está no estatuto que o trabalho tem na sociedade brasileira. O estatuto subordinado, o estatuto que partiu do trabalho escravo, o estatuto que negou direitos até os anos 40, quando o direito do trabalhador pela primeira vez emergiu na história brasileira, o estatuto do trabalho que em muitas regiões brasileiras, na quase igual a servidão, como a situação do camponês no Nordeste do Brasil em geral, deve-se a isso o fato de que a economia que mais cresceu no mundo ocidental durante um século, transformou-se numa economia que comparece nos lugares mais baixos dos indicadores de desenvolvimento humano do mundo. A questão, portanto, outra vez, não é se podemos ou não crescer, a questão agora é como deveremos crescer? E desse ponto de vista, é preciso em primeiro lugar um nova fase de desenvolvimento no Nordeste e de reorganização de suas instituições, dar toda prioridade total a questão social, porque essa questão social que amarrou o desenvolvimento do Nordeste durante um século depois que ele perdeu a liderança na sociedade brasileira, é esta a questão.

Quando as indústrias começaram a se criar no Centro Sul, depois da grande crise dos anos 30 pode fincar-se em São Paulo, não por nenhuma vantagem de tipo de matéria prima ou qualquer outra vantagem vocacional, pode fincar-se porque existia lá aquilo que os economistas chamam mercado. Existia uma distribuição de renda mais propícia as atividades industriais, por isso o desenvolvimento industrial da Segunda e Terceira Revoluções Industriais, localizou-se no Centro Sul e só fez reforçar as desigualdades regionais brasilei-

ras. Não se trata, portanto, de impossibilidades, trata-se do tipo de desenvolvimento que é preciso escolher. E neste novo ciclo que pode se iniciar, dá total prioridade a questão social, sem a qual não passaremos de uma Fortaleza de Aldeota e de outras regiões, de outras cidades do Nordeste, onde a ostentação do luxo é a vergonha da Nação, é a vergonha regional mais escalavrada. Falo isso com o direito que me concederam ao me anunciarem de que tenho filha nascida aqui, portanto ela virá cobrar em algum momento essa espantosa desigualdade que as grandes cidades do Nordeste refletem nessa enorme concentração de renda e de poder que é uma desfaçatez das mais enorme na sociedade brasileira.

A segunda questão, é repensar o modelo regional. As regiões não estão condenadas. As duas tendências formidáveis no mundo contemporâneo, são por um lado a globalização e por outro lado a regionalização, ao contrário do que os corifeus da globalização dizem, não é verdade que o mundo não contempla mais recortes regionais. A velha Inglaterra de novo, que foi o império colonial onde o sol nunca se punha do pacífico ao Atlântico, a velha Inglaterra nos últimos cinco anos concedeu autonomia e parlamentos a Escócia e ao País de Gales, portanto o mundo não caminha para nenhuma homogeneização e para nenhuma subordinação total das regiões, ao contrário, ele caminha para uma diversificação dentro do processo global, que será benéfica se as elites, os políticos - e estou falando numa casa política - se as populações, se as classe sociais forem capazes de armar um novo esquema do desenvolvimento, senão as regiões caminharão para a digladição e o que se passa nos Balcãs, por exemplo, dando lugar a revilicência de todos os ódios étnicos e religiosos. Trata-se de escolhas fundamentais que a compete fazer em conjunto com o resto da Nação Brasileira, nunca voltando as costas para ela. Portanto o modelo regional deve ser o modelo agora de autonomia, autonomia dentro do concerto federativo, no qual o Estado Brasileiro descentralize decisões, por isso que as medidas provisórias indicadas pelo Presidente da República na verdade vão contra a tendência mundial hoje, são medidas centralizadoras, quando a tendência e a escolha deve ser descentralizar e dar autonomia efetiva as regiões, dar autonomia efetiva as

duas grandes instituições, esta medida de retirar o controle dos recursos para o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) por exemplo, é claramente regressiva. É regressiva porque caminha contra uma tendência mundial, é regressiva porque as instituições aqui são capacitadas a tratar essa questão, e regressiva porque se trata de novo de estatuir para as regiões um estatuto de melioridade, é preciso dizer não a essas medidas provisórias. Autonomia para as regiões, sob a coordenação da União, evidentemente isto já foi tentado no período áureo quando o desenvolvimento regional conseguiu encurtar distâncias. O Nordeste tinha assento na SUMOC, por exemplo, que era a predecessora do Banco Central, para que medidas cambiais não fossem prejudiciais ao desenvolvimento regional. A ditadura abastardou a SUDENE e o Banco do Nordeste, ao transformá-los na verdade em disputa dos sátrapas do regime militar, retirando-lhes a autonomia, é preciso devolver essa autonomia; é preciso ampliá-la; é preciso fazer com que no Nordeste sejamos fautores do nosso próprio desenvolvimento, em conjunção e coordenação com o resto da Federação Brasileira; porque, senão, fica muito fácil, tanto aqui no Nordeste quando nas outras regiões brasileiras, dizerem: *a culpa é do Nordeste., a culpa é dos Nordestinos.* A culpa é dos políticos regionais, que só sabem chorar na época da seca. Por uma questão republicana, e uma democrática, é preciso ampliar a autonomia das regiões, ao invés de castrá-las.

Esse é o nosso "Projeto Caminhando no Mundo Diversificado", cada vez mais complexo para a complexidade, e não para o simplório, não para o simplificado: qualquer passo atrás é um passo em direção à derrota. Estamos todos convocados; é a tarefa dos políticos neste momento, mais do que nossa, porque não temos inserção direta nestes mecanismos; é descartar as Medidas Provisórias pensadas pelo Governo federal, e pensar no novo desenho para o desenvolvimento regional

Isto já foi tentado; o Projeto da SUDENE não era um projeto economicista; é uma ilusão dos que pensam assim;, o projeto da SUDENE foi, depois da instituição da Federação, a única tentativa real de reformar a Federação brasileira. O

Projeto da SUDENE, todos aqui estão lembrados, tinha no Conselho Deliberativo formado pelos Governadores e formado por representantes do Governo federal, uma espécie de federação regionalizada; agora. Com a ADENE foi dado um passo atrás, é preciso voltar a ousar, se queremos ser dignos de nossa sucessão generacional no futuro. Muito obrigado.

1º debatedor

Jorge Santana

Aceitando o desafio, que nos foi feito pela manhã, quero expressar minha indignação com o comportamento governamental no País. É difícil, porém, ser rigoroso com o tempo. De modo que, se ultrapassar alguns minutos, peço que a Mesa tenha um tanto de tolerância.

O filósofo Bertrand Russell escreveu que *"o poder é para os fatos sociais o que a energia é para os fatos da natureza"*, isto é, o poder é o motor, o fator determinante do comportamento da sociedade. As formas de organização social criam ou anulam o poder e é por isso que respondem, seja pelo desenvolvimento socioeconômico, seja pela pobreza, na medida em que são as formas de organização dos atores sociais, que orientam, direcionam os investimentos e distribuem o produto social. Daí a importância do fator político.

No caso do Nordeste, o grande capital político, de que dispomos, é representado por nada menos do que 33% dos Governadores do Brasil. E é difícil imaginar que, num País que toma consciência de si mesmo, um Governo Central não tenha que negociar com 33% do

É Geógrafo, aposentado do quadro de servidores da SUDENE, professor da Universidade Federal de Pernambuco, onde leciona: Fundamentos do Planejamento, Planejamento Regional e Geografia Política. O professor Jorge Santana tem os seguintes cursos de especialização: Planejamento Governamental e Planejamento Estratégico Situacional. Na SUDENE, o professor Jorge Santana coordenou o trabalho "Modernização Regional em Curso", comemorativo dos 30 anos daquele órgão. Sua longa experiência, como servidor da SUDENE, habilitou o professor Jorge Santana a fazer uma contraproposta à Medida Provisória de extinção da Autarquia, restaurando-a e

Continua

dando-lhe as condições adequadas de funcionamento. O professor Jorge Santana é autor de "Notas Introdutórias ao Planejamento", texto utilizado na Universidade Federal de Pernambuco. É também autor de artigos publicados sobre questões regionais.

poder político nacional! Incluídos os Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, passamos a 40% do total dos Governadores, nada menos de 41% dos Senadores (ou 33%, sem a inclusão dos dois Estados) e 40% dos Deputados Federais do Maranhão à Bahia (ou 31%, não considerados os Estados do Espírito Santo e Minas Gerais).

Pergunto, aos aqui presentes, se é possível isentar de responsabilidade todo esse poder político da Região, quando estamos vivendo a situação calamitosa que enfrentamos hoje? Região é um espaço de atores sociais organizados em torno de um projeto de afirmação política e socioeconômica. Uma região só faz sentido, quando, na realidade, cumpre duas condições básicas: ser suficientemente pequena, para poder ter factibilidade operativa, e suficientemente grande, para ter representatividade política.

Ora, com toda a densidade política nominal que o Nordeste tem, é possível aceitar-se que não venhamos a dispor dos instrumentos necessários, para fazermos o nosso próprio desenvolvimento? Que malbaratemos os nossos instrumentos, sem poder acioná-los a contento, porque não temos respaldo político efetivo, quando contamos com tamanha capacidade política?

Região, ou é política e, portanto, histórica, ou é puramente pictórica (pelo fato de constar dos mapas, dos cartogramas, dos gráficos, das estatísticas), ou folclórica (como nos faz a televisão parecer diante do Brasil) ou simplesmente utópica (como o que nos tem restado, nos dias de hoje).

Temos que fazer o Nordeste voltar a ser o que foi, no final dos anos 50, uma expressão política, no contexto da Nação brasileira, de modo que possa reconquistar instrumentos não apenas de construção do produto material, como, sobretudo, de distribuição justa desse produto, que faça a melhoria da qualidade da vida de 48 milhões de pessoas.

Por que não nos apresentamos mais com a representatividade política efetiva que tínhamos no passado? Para mim, existem duas possíveis explicações. A primeira delas é a **hipertrofia dos "donos do poder"**, para referir-me ao livro clássico de Raimundo Fado, ou seja, a prepotência centralizadora, neste País, o neo-absolutismo vigente no Brasil, hoje, a fonte do neo-liberalismo imposto pela goela a dentro dos brasileiros. O neo-absolutismo faz o Executivo praticamente dispensar o Legislativo: estatística do próprio Congresso Nacional aponta que somente 15% dos dispositivos que regem a vida do País, somente 15% (!), procedem do Congresso Nacional; os outros 85% são definidos pelo Palácio do Planalto. Para que Congresso Nacional, se as coisas se passam nessa escala? Esse neo-absolutismo redundava no completo menoscabo da Constituição.

Diferentemente de quem denuncia a Constituição de 1988 como equivocada, parto do pressuposto de que nada de mais sério foi feito, entre nós, do que a Constituição de 1988. Acontece que ela é mal interpretada, porque Constituição é, nada mais, nada menos do que um referencial finalista, que tem de ser alcançado pela comunidade nacional. O que se estabeleceu ali, pela vontade livre dos brasileiros representados no Congresso Nacional, foi o que o Brasil deveria ser no futuro. Ali estão os parâmetros. E o Poder Executivo não tem o direito de propor a mudança das regras. O que tem de fazer é trabalhar os meios, para atingir esse fim.

É por essa lógica que falamos em democracia. É também por essa lógica que, nos Estados Unidos, o único cidadão que não pode propor reforma ou emenda da Constituição é o

Presidente da República, pois, se ele jurou respeitá-la e cumprí-la, seria absolutamente inaceitável que viesse a propor, com a sua mudança, facilidades para o seu próprio governo. É por essa lógica da hipertrofia dos "donos do poder" que os organismos regionais com índole política, como a SUDENE, um caso típico, têm de ser hostilizados, têm de ser eliminados, têm de ser extintos, porque ameaçam fazer cócegas no Poder Central.

Mas, ao lado dessa hipertrofia, existe algo extremamente grave: a **convivência do "poder dos donos"**. "O Poder dos Donos" é o título de livro de Marcel Bursztyin, onde examina a chamada "modernização conservadora", que se vem fazendo neste País até agora. E é exatamente, segundo ele, o que sustenta a hipertrofia do Poder Central. Nós, na base, damos todo o apoio ao Governo, que aí está, com todas as suas medidas impopulares e impatrióticas, em boa parte dos casos. A subserviência do poder descentralizado materializa-se no pragmatismo das nossas lideranças, em particular dos nossos Governadores, e produz a ruptura da coalizão regional, que conseguimos montar no final dos anos 50. Acreditando que irão ganhar muito mais numa negociação individual com o Governo Federal, desmantelam a coalizão nordestina e recebem mil promessas, nenhuma delas cumprida.

Entretanto, há algo pior: é que todo o nosso poder político é empregado, contraditoriamente, para sancionar os absurdos praticados contra nós mesmos pelo Poder Central. Somos nós que aprovamos, nas Comissões e no Plenário do Congresso, batemos palmas e apoiamos, coniventes, todo o arsenal de Medidas Provisórias e outras coisas, que provêm do Poder Executivo Federal. Daí por que o potencial da nossa Constituição (nada menos que 24 artigos, sem contar os parágrafos, aproximadamente 10% dos dispositivos constitucionais, tratando da questão regional, em praticamente todos os seus capítulos, em todas as suas seções) fica relegado e não damos passo nenhum para empregá-lo e torná-lo realidade. É exatamente tal subserviência do "poder dos donos" que sustenta e garante a hipertrofia dos "donos do poder".

Edward Gibbon, tratando do "declínio e queda do Império Romano", escreveu um texto que eu gostaria de trazer à meditação dos Senhores. *"Ao cabo de uma guerra de cerca*

de 40 anos, empreendida pelo mais obtuso (Cláudio), continuada pelo mais dissoluto (Nero), e concluída pelo mais tímido (Diocleciano) de todos os imperadores, a maior parte da Bretanha foi submetida ao jugo Romano". Por quê? Porque "as diversas tribos de bretões tinham bravura, mas não comando, tinham amor pela liberdade, mas não espírito de união. Tomavam armas com selvagem arrebatamento, depunham-nas ou voltavam-nas umas contra as outras com selvagem inconstância. E enquanto lutaram separadamente (como os nossos Governadores fazem), foram subjugadas uma após outra."

Há 123 anos, realizou-se o "Congresso Agrícola do Recife", que os historiadores batizaram de "*canto do cisne dos barões do açúcar*". Lá para as tantas, o Sr. Coelho Rodrigues, um famoso professor da Faculdade de Direito do Recife, pronunciou um duro discurso, que valeria ainda hoje para os nossos Deputados e, sobretudo, para os nossos Governadores, quando, eventualmente, falam de o Nordeste não estar recebendo atenção governamental. "*Credes porventura que sois inocentes no sangue desse justo? Supondes, por acaso, que, nesse triste e pavoroso quadro, vós sois somente as vítimas inconscientes e de boa fé? Pois estais muito enganados. Sem a vossa cumplicidade ou ao menos culposa indiferença, as coisas não poderiam ter chegado, nem jamais chegariam a tal ponto... Uni-vos*", escreveu ele, "*e sereis fortes! Sede fortes e não carecereis de dizer o que quereis: todos virão adiante das vossas necessidades e perguntarão o que desejais. Ponde um ponto final nas vossas desarmonias. É a união que fortifica todas as classes, e é a força que impõe respeito*".

Mas, a nossa alienação e dissociação não é de graça. Queria mostrar aos Senhores qual o resultado dessa desunião nossa. Está ali nos quadros (1 e 2) e no gráfico (que elaborei). Percebam os Senhores que, no ano de 1970, o Nordeste participava com 13,4% de todos os dispêndios governamentais no País. Fomos perdendo posição, na medida da nossa desagregação política. Mas, quando chegamos à década de 80 e pensávamos ter atingido o fundo do poço, fizemos a Constituinte. E, na Constituição, ganhamos a possibilidade de sair da miséria, para atender a 28% da população

do Nordeste. Ganhamos o direito de subir a nossa participação nos orçamentos federais, segundo o art. 165, § 7º, ocorrendo essa conquista ao longo de 10 anos (isto é, de 1988 a 1998). Desunidos, estamos com 8,7% (dado relativo a 1997, último ano para o qual o IBGE tem a discriminação pelas regiões). Com 8,7%, estamos praticamente perdendo 20% dos recursos orçamentários nacionais.

E por que isso está acontecendo? Porque, logo em seguida à Constituição, os nossos Governadores, na avidez de conquistarem para seus Estados, isoladamente, maior quinhão de verbas, romperam o pacto regional, institucionalizado na SUDENE. Observem os Senhores a queda em que vínhamos; estabilizamos o processo, durante a Constituinte, e estabelecemos o marco a ser atingido e que teríamos de ter alcançado, já em 1998. No momento, estamos no nível da miséria orçamentária. A minha pergunta é: quem pagará por toda essa diferença, por toda essa perda? O que o Nordeste deixou de receber, todos esses anos, é resultado da sua própria desunião, da quebra da coalizão, do pacto regional. Enquanto na Europa, os países, com toda a sua carga histórica de inumeráveis e dilacerantes conflitos, se unem para construir um poder político, um poder militar, uma moeda nacional, em suma, uma grande região, nós, que formávamos uma região, passamos a trabalhar desagregadamente e o resultado é essa tragédia.

Como o tempo já se esgota, não devo fazer outras considerações acerca do quadro a que chegamos. Quero, porém, lembrar aos presentes, ao modo dos poetas populares do Nordeste e em homenagem a Euclides, da Federação dos Trabalhadores da Agricultura de Pernambuco, que *"no Nordeste se fala, mas emperra, / não vai nem prá frente, nem p'ra trás, / pois não é só falando que se faz / o mecanismo girar e ser perfeito. / Ou nós todos damos jeito, enquanto há jeito, / ou, depois de perdido, não dá mais"*. Obrigado.

TABELA 1

NORDESTE

PARTICIPAÇÃO NO TOTAL DAS DESPESAS DO GOV

ATIVIDADE GOVERNAMENTAL E EMPRES

1970 - 1997

| REGIÕES | PARTICIPAÇÃO | | | | |
|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| | 1970 | 1975 | 1980 | 1985 | 1997 |
| Nordeste | 13,4 | 10,9 | 10,3 | 8,5 | |
| Demais | 86,6 | 89,1 | 89,7 | 91,5 | |
| TOTAL | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |

Fontes: FGV; IBGE; SUDENE/PNUD/SIG

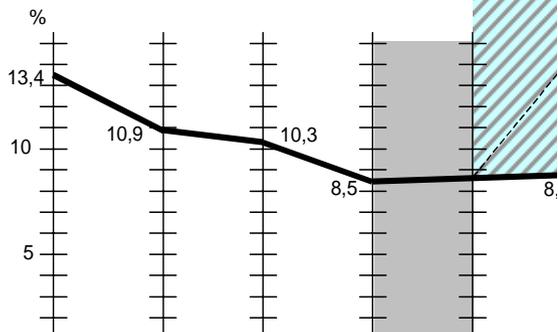
GRÁFICO

NORDESTE

PARTICIPAÇÃO NO TOTAL DAS DESPESAS DO GOVERNO FEDERAL

ATIVIDADE GOVERNAMENTAL E EMPRESARIAL

1970 - 1997



Fontes: FGV; IBGE; SUDENE/ PNUD/SIG.

TABELA 2

BRASIL

ORÇAMENTO GERAL DA UN 1999 - 2001

| | |
|---|----|
| DISCRIMINAÇÃO | 19 |
| RECEITA | 54 |
| Orçamento Fiscal | 17 |
| IR | 3 |
| IPI | 1 |
| Subtotal | 4 |
| Outros tributos | 12 |
| Seguridade Social | 11 |
| Emissão Títulos (Empréstimo) | 25 |
| DESPESA | 54 |
| Orçamento Fiscal | 17 |
| Seguridade Social | 11 |
| Refinanciamento da Dívida Públ. Federal | 25 |
| ORÇAMENTO DE INVESTIMENTOS | |
| TOTAL | 54 |

2º debatedor

Fernando Pedrão

Muito obrigado pelo convite. Os meus antecessores deixaram muito pouco para mim, porque realmente foram bastante lúcidos e abrangentes; portanto, meus comentários seguirão a mesma linha; entretanto serão mais modestos.

O primeiro comentário a fazer é ressaltar a visão histórica do problema. Nós estamos realmente trabalhando com uma problemática da História Social do Brasil; ou seja, não podemos ser ingênuos e supor que, porque simplesmente falamos do assunto, algo nos será dado, tudo aquilo que acharmos que o Nordeste deve ter. O Nordeste tem que ir buscar; e se perdeu em parte é porque perdeu a guerra, e quem perde a guerra não lamenta, sai para outra. E se não perdeu porque perdeu a guerra, então perdeu porque estava dormindo quando o inimigo avançou. Eu acho que a visão histórica é inclemente, os meus antecessores falaram dos romanos, os romanos eram bastante práticos nesse negócio da guerra. Diziam que aí dos vencidos.

É Economista, Diretor Geral do Instituto de Pesquisas Sociais, Consultor de Empresas e Consultor na área de Educação, professor do Mestrado em Análise Regional da Universidade de Salvador, e Consultor da Faculdade Integrada da Bahia, professor Adjunto aposentado da Universidade federal da Bahia, e tem vasta experiência internacional, dentro da qual se destacam: Co-diretor Internacional do Projeto de Desenvolvimento Regional e Urbano do México, Nações Unidas, Governo do México; Co-diretor Internacional do Projeto de Desenvolvimento Regional do Equador, Nações Unidas, Governo do Equador. É Membro da Associação de Pesquisadores em História Econômica, e tem várias obras publicadas.

Na nossa experiência, é conveniente colocar algo que li recentemente do José Luis Fiori, acho que o nome disso é a novíssima dependência, quer dizer, estamos vivendo uma nova modalidade de dependência mundializada. A globalização afinal de contas, não é simplesmente algo inexorável que acontece, é uma linguagem do poder, e uma linguagem de um poder comandado pela hegemonia Norte Americana, ou melhor, pela supremacia Norte Americana. É um processo que contém contradições, e em cujo contexto como o Chico de Oliveira dizia antes, a Federação é a nossa tábua de salvação: temos que encontrar o caminho da vitalização da nossa federação.

Internamente, entretanto para o Brasil, é difícil acompanhar os eventos, os fatos, e não imaginar ou não concluir de que na verdade vivemos uma crise ideológica, e uma crise de identidade. Ficar sem rumo não é de graça, a aparente falta de rumo na verdade, sinaliza um rumo equivocado. A nação deve ter um rumo, ela própria é um rumo, só que acho que na realidade, na medida em que a adesão subalternizada ao pacto internacional representado pela globalização, ela consiste numa estratégia, que é uma estratégia negativa, mas que a rigor não é uma ausência de estratégia, Esse é, talvez o único ponto em que me distancio, faço uma diferenciação como o Chico colocou, o resto estou de acordo com tudo. É que acho que há uma estratégia negativa da subalternidade. Que é a identidade negativa que antes se atribuía aos cipaiois, que eram os soldados indianos que lutavam a favor do Império Britânico. Anos atrás, agora não, tinham determinado a personagem do Governo Brasileiro havia alguns cipaiois que representavam a política subserviente ao estrangeiro; e a expressão cipaio era pejorativa. Hoje, isso se generalizou e há muita gente que merece esse adjetivo. O problema da estratégia negativa, é que na verdade ela redefine os espaços das relações políticas. Assim, quando o meu colega Jorge Santana diz: "*olha, nós temos tanto, tanta proporcionalidade de poder*", eu diria que sim, só que de poder aparente, porque se tivéssemos 33% efetivos de poder, estaria sendo negociado. Se o governo federal pode não negociar, é porque evidentemente os 33% são de poder formal, e em termo de *Real Polítik* há

uma diferença substantiva entre poder formal e poder real. Na verdade, precisamos sim, retornar uma reflexão sobre o Nordeste, de outra maneira, porque já como se disse, afinal de contas que Nordeste é esse? Por que é que diante de um problema tão grave não exhibe a união necessária para lutar por seus interesses? Evidentemente porque há contradições internas, há grandes temas fundamentais do Nordeste que nós Nordestinos não discutimos, e quando discutimos é pela metade, de modo inconsistente ou parcial.

Não posso deixar de comentar que temos discutido muito sobre a transposição do Rio São Francisco. Naquela oportunidade escrevi um artigo em Salvador sugerindo a transposição do Ministro, porque já sabíamos há muito tempo que não havia água para transpor. Não é que não deve transpor água para o Nordeste, é que tem que ter uma política de Recursos Hídricos para o Nordeste e não tem, digamos, esse é que é o verdadeiro nome do problema, é uma política de Recursos Hídricos Integrada, compreendendo água de superfície, subsolo. Hidrometria é uma coisa séria. Além disso, sabíamos - eu que sou um curioso sabia, imagina quem é do ramo - sabíamos desde 1991 que estávamos entrando num período de escassez hídrica, isso foi reiterado em 1994, então é inconcebível que alguém diga que não sabia disso. Assim, essa desejada reunião do Nordeste, não surgirá em termos ideais. Por quê? Porque para que ela existisse em termos ideais, seria preciso que não houvesse contradições dentro da consistência do Nordeste. Ora, como as contradições são históricas e concretas, são reais, acho que só tem um caminho, nós nessa reunião estamos precisando é disso, é de uma estratégia na direção de um jeito de nos reencontrarmos. Eu acho que só podemos nos reencontrar em torno de questões concretas. Digamos, se nós aqui nessa reunião compreendermos que uma mobilização do poder político Nordeste é indispensável e urgente, ela só pode acontecer em torno de temas concretos, por isso cito esse tema, cujo a importância acho que ninguém discordará de mim, há necessidade de uma política hídrica para a região. Uma política de Recursos Hídricos para o Nordeste é a ante-sala de uma política energética para o Nordeste que tão pouco tem. Na realidade, estamos diante de uma crise energética ou

estamos na crise energética, cujas conseqüências podem significar a destruição do capital acumulado durante esse período positivo que o Jorge mostrou. A gravidade da questão energética no Nordeste é muitíssimo maior do que aqui se falou. Agora sabíamos que ela estava a caminho, não só porque existe essa situação hídrica negativa. A crise energética está a caminho porque o País embargou numa política de desnacionalização e de privatização do setor elétrico que é completamente infantil, para não usar outro adjetivo. Contratar uma consultoria inglesa, um País que não tem energia hidrelétrica, para nos dizer como devemos privatizar ou como devemos manejar a energia elétrica brasileira, eu diria que é uma piada de mau gosto, entretanto fizemos isso, e pagou-se muito caro pelo relatório. Então, caminhou-se na direção de produzir o problema elétrico, evidente que para o Nordeste em seu conjunto, alguma das alternativas mais faladas, por exemplo, podemos importar energia, o que significa importar energia, trazer energia do Pará para cá? Olha bem, o Brasil está vendendo um terço da capacidade instalada em Tucuruí para uma indústria no momento em que o País está na beira do apagão. Nós estamos vendendo 1/3 da capacidade de Tucuruí para produção de alumínio, subsidiado além disso, assim como vendemos energia subsidiada dentro do próprio Nordeste, que criou-se toda a capacidade de produção concentrada em menos de 100 Km de um único rio, não tem política de PCH, não tem produção de energia alternativa. Então, como é que não vamos ter crise? temos que ter crise. Desde o começo da década de 80 que se discute se vai ser necessário ou não ter energia nuclear no Nordeste, ou seja, toda a discussão deste tema, é obvio, é uma discussão de profunda complexidade técnica e de enorme significado social e político. Então, esse proposto reencontro das classes políticas Nordestinas para discutir o Nordeste, é muito mais do que discutir SUDENE, é discutir a vida ou morte do Nordeste mesmo, porque se o Nordeste perder a briga em termos de água e de energia, perde a briga de terras também, e nos tornaremos realmente uma região problema, no sentido de que a formação de capital, a acumulação de capital, passará neste País muito longe do Nordeste, e seremos descartáveis. Eu acho que diante de

semelhante crise, essa sim crise histórica,, a mobilização política não deve ser uma mobilização política casuística, ela deve significar sim, um esforço para que tenhamos a coragem de entender qual é realmente o problema de sobrevivência da sociedade nordestina. Muito obrigado.

Outras manifestações

SR. BOSCO COSTA (Presidente da Mesa): Com a palavra o deputado federal José Pimentel, por 5 minutos.

SR. DEPUTADO FEDERAL JOSÉ PIMENTEL (PT): Eu quero começar registrando, que o professor Jorge Santana fez toda uma leitura da força política da Região Nordeste, acrescentando ainda Minas Gerais e o Espírito Santo. Eu queria registrar, Professor, que além disso temos o líder do PSDB da Câmara é o deputado Jutai Magalhães da Bahia; o líder do PMDB na Câmara é o deputado Inocêncio Oliveira do Pernambuco; o líder do PMDB na Câmara é o deputado Jedel Vieira Lima do PMDB da Bahia; o líder do PT na Câmara, o meu partido, é o deputado Walter Pinheiro da Bahia; o líder do PSB na Câmara é o deputado Eduardo Campos do Pernambuco; o líder do PCdoB na Câmara é o deputado Inácio Arruda, do nosso Ceará; e o líder do PPB na Câmara é o deputado Odelmo Leão de Minas Gerais. Portanto, a força política da Câmara está no Nordeste. Se analisamos na sucessão do Poder Executivo, o vice-Presidente da República é o dr. Marco Maciel do Pernambuco, e na sua sucessão o Presidente da Câmara na seqüência é o deputado Aécio Neves, que hoje está na Presidência da República, também de Minas Gerais. Se analisamos a questão legal, a Constituição tem mais de 20 artigos, como muito bem o senhor aqui expôs, que contempla a nossa região. E por que tudo isso não se transforma em força concreta para mudar a nossa realidade? É porque não temos unidade política nas questões estratégicas da região. E a SUDENE que deveria ser o grande instrumento de acumulação de conhecimento, de unificação dessas visões diferenciadas para fazer a mediação no seu conselho deliberativo e ali implementar essas políticas, ela foi esvaziada ao longo de sua história, particularmente

da metade da década de 80 para cá, e ao lado dessa política de planejamento demos prioridade a uma política pontual ou individual de cada Estado Nordestino, e as bancadas passaram a atuar não mais como uma força política regional, mas a partir dos interesses do seu Estado, daquele que financia sua campanha, em detrimento da região e das políticas do País. Eu estou no segundo mandato, por ser bancário tenho o hábito de trabalhar com estatística e com planejamento, até porque não poderia ser diferente, e nesses 7 anos, já estou indo para 8 anos, 85% da Bancada federal Nordestina vota sempre contra o Nordeste, contra a Nação, e de acordo com os interesses do Presidente da República, estão nos números, pode abrir, a votação do Congresso Nacional. Portanto, acredito que o nosso velho poeta Carlos Drummond de Andrade tem razão, as Leis não bastam, pois os líderes não nascem das leis, e começar a pensar como fazer para envolver as várias forças vivas da política e da sociedade Nordestina nesse debate, nesse momento de crise, para que possamos superar essa dificuldade. Da maneira que está, todos estamos perdendo, e nada melhor do que num momento de crise, para se fazer um novo pacto de convivência e de encaminhamento, e nesse sentido acredito que é necessário revitalizar urgentemente a SUDENE, e que essa nova SUDENE, ela tenha no seu Conselho Deliberativo uma gestão quadripartite, onde estejam ali assentados os interesses dos 11 Estados que hoje integram a área de abrangência, os 9 do Nordeste, mais Minas Gerais e Sergipe. Entendam ainda aí, as Assembléias Legislativas, as nossas Prefeituras não podemos mais pensar política regional apenas a partir dos Senhores Governadores, precisamos introduzir a questão do poder local que é muito forte, e normalmente a SUDENE tem feito isso mas não tem aparecido nos grandes debates da região. O segundo segmento são os Ministérios afins do Governo federal . O terceiro são as entidades representativas do empresariado. E o quarto são as entidades representativa dos trabalhadores, com o apoio da Academia e do chamado terceiro setor. Se não tivermos a capacidade nessa nova reestruturação de incorporar essas forças vivas, a SUDENE continuará esvaziada como terminou sendo extinta.

Precisamos também ter uma clareza dos papéis do DNOCS, uma instituição de mais de 90 anos, entre um copo de whisky e uma taça de champanha, no dia da posse da Presidência da República na sua reeleição, essa instituição de 90 e tantos anos, foi extinta no dia 4 de janeiro de 1999, as luzes de um apagão e de uma seca, já que o nosso sistema energético é baseado exatamente na água. Temos que discutir sim, política e Recursos Hídricos, somos uma região de 42 milhões de habitantes e temos apenas 5% da água brasileira, e quando você totaliza esta água, 68% dela está na Bacia do São Francisco, aonde tem 17,5% da nossa população. Na Bacia do Parnaíba, temos 8% da água Nordeste e 7% da população. Nos Estados setentrionais do Ceará, do Rio Grande do Norte, da Paraíba e parte do Pernambuco, temos 17,5% da população, e apenas 5% da água. Portanto, essa questão hídrica o professor tem toda razão, precisamos sentar, precisamos discutir e ver como enfrentar.

A outra questão é a matriz energética. No Nordeste não podemos e nem devemos deixar a matriz energética apenas dependendo do setor hidráulico, temos que trabalhar outras fontes, a energia eólica, energia solar, temos outras fontes que precisamos repensar, discutir o papel da CODEVASF (Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco), e não apenas ampliar para a Bacia do Parnaíba como fizemos, mas sim uma real política, e acima de tudo o papel do BNB e das nossas Universidades, e dando prioridade a questão do conhecimento, da ciência e tecnologia, e da qualificação dos nossos doutores. Quando abrimos a quantidade de doutores que estão na região Nordeste, com a região Sul e Sudeste, é um fosso muito grande, e sem conhecimento não vamos mudar a política e nem tampouco a qualidade da nossa política.

Portanto, quero aqui registrar, que os painéis de hoje a tarde enriquecem muito os vários seminários que foram feitos hoje, e está de parabéns a nossa Assembléia Legislativa.

SR. BOSCO COSTA (Presidente da Mesa): Com a palavra o Magnífico Reitor René Barreira, da UFC, por 5 minutos.

SR. RENÉ BARREIRA: Meu caro deputado Eudoro Santana, na pessoa de quem saúdo os demais membros da Mesa. minhas senhoras. meus senhores.

Inicialmente, desejo destacar o importante papel da nossa Assembléia, como Fórum de Debates dos nossos grandes problemas nacionais e regionais, bem como aqui do nosso Estado. E reafirmar neste momento, o compromisso da Universidade federal do Ceará, com a chamada, digamos assim, questão regional. Mas entendemos que esse compromisso não pode continuar sendo apenas acadêmico; ele também deve ter uma dimensão que eu chamaria de política.

No plano acadêmico, as Universidades do Nordeste, através de seus diversos programas de pós-graduação e pesquisa, têm efetivamente até analisado, digamos assim, muitos temas regionais, mas achamos que precisa haver um compromisso mais forte de natureza política.

E quero aqui no momento, também dizer que a nossa Universidade, diria que ela se associa ao que foi aqui sugerido pelo Presidente da FIEC, dr. Jorge Parente, no sentido da importância, necessidade urgência de uma maior mobilização do nosso Estado e na nossa região, em torno da questão regional, que evidentemente não pode ser tratada como um problema regional, mas como uma questão nacional.

Dizer ainda, que reconhecemos a responsabilidade da nossa elite, digamos assim, política, dos políticos. Mas a responsabilidade também não é apenas da chamada elite política, dos políticos. Eu acho que há também uma responsabilidade das outras elites, das elites acadêmicas, das elites empresariais, das elites profissionais.

E dizer ainda, que a Universidade federal do Ceará tem sido testemunha do enorme esforço que a Assembléia vem realizando nos últimos anos, em torno de maior aprofundamento das análises, das reflexões em torno de toda essa temática.

E aqui ressaltar, o importante papel do deputado Eudoro Santana na realização deste importante Evento.

E por fim, também expressar aqui a nossa homenagem ao grande nordestino e cidadão do mundo, Celso Furtado, que já foi agraciado pela nossa Universidade com o título de dr. Honoris Causa, e por esta Assembléia com a Cidadania Cearense. Muito obrigado.

SR. BOSCO COSTA (Presidente da Mesa): Com a palavra o Sr. Marcelo Belágio, com 3 minutos.

SR. MARCELO PELÁGIO: Agradecer e parabenizar os palestrantes pelas brilhantes apresentações, e voltar ao tema relacionado com o fortalecimento das instituições. Nós entendemos que o Nordeste só conseguirá vencer essas disparidades, esse ato existente com as demais regiões desenvolvidas, a partir do fortalecimento das suas instituições de desenvolvimento. E no caso específico do Banco do Nordeste como um instrumento valioso para esse processo de alavancagem e desenvolvimento, temos a plena convicção, que a partir de 1995 iniciamos o nosso dever de casa, adotamos todos os procedimentos necessários, para internamente nos posicionarmos de forma adequada a esse novo cenário, a essa nova ambiência, a partir de todos os instrumentos diferenciadores que tem sido colocados, buscando a capilaridade, a interiorização, buscando a concatenação dos processos de desenvolvimento em nível municipal, estadual e naturalmente em nível regional. E acima de tudo, conseguindo a percepção da importância dessa instituição perante a sociedade. Acima de tudo quem define se o Banco do Nordeste deve ou não continuar a existir, é a sociedade brasileira. E queremos crer, que pelo trabalho, pela alavancagem, pela interiorização, pela democratização do crédito, isso já passa a ser visto.

Alguns pontos que foram destacados aqui, e que entendo, aí no particular, que eles não caracterizam essa ênfase, esse interesse, essa vontade de fazer com que essas instituições se tornem perenes. A partir do momento em que utilizamos alguns dados de forma equivocada, por exemplo, que o Banco do Nordeste com um ativo de 16 milhões de reais vem aplicando apenas um bilhão de reais na carteira de curto prazo, e que por esse motivo está trabalhando com curto prazo, operações em capitação de valores inferiores a um bilhão, significa dizer que não vem sendo percebido pela sociedade, não vem sendo acreditada pela sociedade, quando todos sabemos que a capitação de recursos de curto prazo, ela é calibrada em função das necessidades desses recursos para sua aplicação. E que nos últimos 5 anos, no mínimo nos últimos 5 anos, a partir de uma política adotada pelo próprio sistema financeiro, as taxas verificadas no curto prazo, são taxas elevadíssimas, assim como dissemos,

não consentânea com a realidade da área que atuamos.

Um segundo momento, com relação aos novos recursos, quando se compara o ativo do Banco em 1994, e se menciona aqui em função dos prejuízamentos, esses novos recursos não foram injetados na economia, uma grande falácia, e diria até um comentário perverso. Todos sabemos que a partir de 1995, várias medidas foram adotadas no sentido de securitizar dívidas, renegociar dívidas, recalculas dívidas, em função das taxas de juros que tinham sido acumuladas no período inflacionário, e naturalmente que isso faz com esses empréstimos sejam deduzidos, e a partir do momento em que eles são subsolados, desculpem a expressão, quando eles são prejudizados, eles também precisam ser, voltar a sua normalidade.

Com relação a medida adotada a partir dessas medidas do Governo federal, o que temos a dizer, é que fortalece consideravelmente, e coroa o trabalho de ajuste interno que vem sendo realizado com a participação de todos os funcionários do Banco, e acima de tudo capitaneada pelo Presidente Bayron que anteviu esse processo necessário de ajuste. Portanto, a injeção de 2,1 bilhões de reais para o capital do Banco, permite alavancagem de novos recursos, com o seu enquadramento nos índices de basiléia, com o seu enquadramento nas medidas adotadas pelo Banco Central com relação ao reconhecimento de risco, fazendo com que o Banco do Nordeste possa continuar não só aplicando os recursos dos Fundos Constitucionais, porque os recursos do Fundo Constitucional em função da relação diminuta do seu patrimônio líquido, patrimônio líquido do Banco do Nordeste, já não permitia a continuidade da sua operacionalização.

Um outro ponto relacionado com a menção na nota relevante, que é outra maldade, principalmente quando partida de uma pessoa que conhece a área financeira, em que mencionamos que até então, desde a existência do Fundo Constitucional, os recursos dos Fundos Constitucionais não são enquadrados na Resolução nº 2682, a partir do momento do seu enquadramento há uma previsão que esse enquadramento demande recursos da ordem de 300 milhões de reais para provisionamento, isso não significa dizer crédito perdido, o provisionamento é apenas medida conservadora das

instituições financeiras, no sentido de evitar que no futuro, se houver inadimplência, tem que ser honrado.

Então, esses pontos gostaria de colocar, teria muito mais outros pontos, mas evidenciando que o Banco do Nordeste a partir dessas medidas se fortalece no sentido de alavancar novos recursos para a região e promover o seu desenvolvimento.

SR. Bosco COSTA (Presidente da Mesa): Com a palavra o Sr. Valfrido Salmito, por 3 minutos.

SR. VALFRIDO SALMITO: Eu gravei assim com muita propriedade, essa insistência do professor Francisco Oliveira, ao fazer duas recomendações aos organismos regionais, para que adotássemos como verdadeiros mandamentos. Primeiro, dar toda prioridade ao social, questão social, e segundo, repensar um modelo regional, tentando ampliar a autonomia na região.

E com relação a primeira proposição, incorporei imediatamente as ponderações feitas no Seminário pela manhã pela Professora Tânia Barcelar, quando insistiu que enfatizássemos o trabalho na Educação, na Reforma Agrária, como pontos essenciais ligados ao social. Então, recordei que há um ano, tive oportunidade de convidar o professor Francisco Oliveira, quando o Celso Furtado era homenageado na SUDENE pelos 40 anos, 80 anos de Celso e 40 anos de SUDENE, convidei o professor Francisco Oliveira para vir a Fortaleza e tentar conhecer alguma coisa nova que estava acontecendo na região, que era esse Banco do Nordeste com a mudança de paradigma adotado.

Nós ouvimos hoje, informações absolutamente contraditórias sobre o desempenho das instituições regionais, e uma recomendação extremamente oportuna do professor Nilson Holanda, que se preservassem as instituições e se punissem os culpados por erros e quaisquer problemas criados. E obviamente, esse é o nosso ponto de vista também. Nós achamos que o social, que a busca de uma nova modelagem, desenvolvimento regional, deve ser perseguido de toda maneira. E esse trabalho do Banco, para o qual convidei o professor Francisco Oliveira para conhecer, é porque ele se insere exatamente numa mudança de paradigmas que foi adotada aqui, e que realmente ainda não foi aceito de modo

geral. Mas é preciso ter presente que essas mudanças aconteceram.

Nós ouvimos hoje aqui, Professor, informações absolutamente contraditórias. Uma hora que o Banco segue uma política meramente distributivista de recursos, sem nenhuma preocupação de buscar o retorno e a eficiência - o que é uma total irresponsabilidade uma afirmação dessa, que Banco nenhum pode sobreviver com um princípio desastrado desse - como também ouvimos já diversas vezes informações distorcidas sobre as aplicações do Fundo Constitucional. Ora é Finor que é mal distribuído, ora é Fundo Constitucional, em suma muito tempo. Eu passei a minha profissão toda ligada a SUDENE e ao Banco, e uma grande parte do tempo dos administradores, é perdido com esse divertimento de combater todas essas levandades.

O que importa é o seguinte, Professor, o convite está feito, porque esse Banco do Nordeste passou por grandes transformações, não aderiu a plano de demissão voluntária, requalificou suas equipes, tentou estar inserindo a instituição nesse novo cenário de competitividade, de eficiência. Está trabalhando, mobilizando todas as bases comunitárias no Nordeste, todas as bases comunitárias, todos os Municípios, está fazendo o crédito não só descentralizado com 700 mil clientes normais, afora 400 mil do micro crédito, e esse é um caso de sucesso tão grande que realmente não dá para acreditar. Então, convidaria o professor que visitasse o Banco, mergulhasse nesses números todos, até porque preferimos, por exemplo, que o Sebrap, a que sempre o Francisco Oliveira esteve ligado, retomasse o Banco do Nordeste como um caso a ser estudado, até para concorrer com Harvard, porque a Universidade de Harvard está agora decidida a estudar o Banco do Nordeste, como um caso de sucesso dentre as instituições financeiras internacionais.

Agora, só para resumir, todo esse questionamento, críticas e informações adequadas sobre o Banco, nada disso retira a qualificação da empresa que vem trabalhando realmente com o senso empresarial, não obstante emprestar toda importância ao social, não no modelo distributivista, mas no modelo participativo da comunidade que identifica suas carências, e com apoio, com qualificação proporcionada pelo

próprio Banco, identifica essas carências e a solução dos seus problemas.

Presidente, só para concluir, ainda um minuto.

SR. BOSCO COSTA (Presidente da Mesa): Com a compreensão de V. Sia., tem mais um orador, e a Presidência da Mesa tem horário para entrega do Título de Cidadão.

SR. VALFRIDO SALMITO: Vou encerrar.

SR. BOSCO COSTA (Presidente da Mesa): Mas V. Sia. pode concluir.

SR. VALFRIDO SALMITO: Bom, vou encerrar, apenas insistindo que exatamente os dois objetivos principais a que se reportou Francisco Oliveira, estão sendo alcançados exatamente nessa nova modelagem do Banco do Nordeste aqui na região, e pediria insistentemente a ele, com toda equipe do Sebrap, que estudasse este caso, porque se São Paulo disser que o Banco do Nordeste é uma empresa regional bem sucedida, certamente o Nordeste aceitará. Muito obrigado.

SR. BOSCO COSTA (Presidente da Mesa): Com a palavra o ex-deputado federal, ex-Prefeito de Fortaleza, Evandro Aires de Moura, por 3 minutos.

SR. EVANDRO AIRES DE MOURA: Sr. Presidente e demais integrantes deste Fórum. Quem fala por último leva uma grande vantagem, aprendeu demais, não tem mais nada quase a falar. Então, a outra é a desvantagem, mas serei rápido, e depois entregarei dois trabalhos meus para o Eudoro Santana, para fazer parte, se for preciso, de alguma consulta.

A seca fenômeno físico não vale nada, no Saara todo ano tem seca, agora fenômeno social, esse sim, onde é habitado como no Nordeste, mas o primeiro grito ao Governo quanto a seca foi em 1877 por José de Alencar, e vem até hoje, apenas Getúlio Vargas, Epitácio Pessoa e JK, foram Presidentes que realmente trabalharam para criar obras contra as secas, que devem ser feitas antes da seca, para quando chegar a seca não ter mais.

Há coisa mais humilhante do que a cesta básica. A prática de distribuição de gêneros alimentícios feita gratuitamente, feita como esmola àquelas populações, que antes de tudo, o grande conveniente de despovoar as zonas de cultura, atraindo os indigentes para os centros populosos, conservando na ociosidade e no vício, perdendo o hábito de trabalhar, e

encontrando um sustento fácil não voltam aos campos jamais, ainda depois que o inverno faz renascer a esperança dos sertanejos, é o que está havendo aí.

Numa época dessa ainda, o Governo que não fez uma obra contra a seca, não tem um projeto de obra contra a seca. Inclusive, nenhum que favoreça o Nordeste, porque estamos no apagão por falta de ação do Governo. Agora anuncia 12 bilhões de reais para os Bancos, para refazer, é uma mentira, dizendo que deu 8 bilhões de reais ao Banco do Brasil, ele vai dar títulos, e nunca ouvi falar como bancário, que título dentro de um cofre sirva para incentivar a produção, sirva para incentivar a indústria, sirva para incentivar o comércio e a cultura, que eles estão apenas lá recebendo o juro do Governo, que esse mesmo não paga, que com esse mesmo juro ele dá mais títulos.

É desta maneira, meus amigos, que Pimentel foi honesto também, eu vi. As bancadas do Nordeste não se unem, não são contra o Governo, quando se precisa, cada uma fica restrita ao interessa do seu Estado. Ou nos unimos ou nos acabamos, porque o Nordeste infelizmente, uma região que já teve participação efetiva no PIB nacional, hoje é tido como um peso no PIB nacional. E como é que reage? Tem que reagir fazendo com que honestamente se traga dinheiro para cá, para investir, investir corretamente. Faça obras para evitar esse descaso da seca, e acima de tudo, combata-se essa corrupção violenta deste País, que acaba qualquer País do mundo. Não é possível que qualquer caboclo hoje, quando se fala, diz: *não, eu vou para Brasília, que lá se rouba*, eu ouvi um operário de obra dizer isso um dia desse.

Então, meus amigos, como eu fui por último, tenho pouco a dizer, vou entregar ao Eudoro Santana dois trabalhos meus sobre do que se falou hoje aqui, e parabenizar esta Assembléia por fazer um Fórum deste tipo, desta natureza, que devia ter repercussão nos jornais, repercussão em tudo. Lamentavelmente, amanhã sai uma notícia: *"O Presidente Wellington Landim reuniu com Eudoro Santana representantes de alguns Estados, e falaram da miséria do Nordeste"*.

SR. BOSCO COSTA (Presidente da Mesa): Com a palavra o professor Francisco Oliveira, por 10 minutos, para as considerações finais.

SR. FRANCISCO OLIVEIRA: Bom, creio que a amplitude, a abrangência dos assuntos e as posições tomadas aqui, expressas aqui, não me autorizaram a me estender mais sobre essas várias questões, tomando tempo dos outros.

Eu enfatizaria apenas, devido ao tipo de questões que foram levantadas, e pelas palavras do Valfrido Salmito, me surpreende que o Banco esteja se preparando. Me surpreende, porque a política seguida há dez anos é desqualificar o Estado. Isso tem sido um trabalho sistemático; se o Banco do Nordeste consegue resistir, e ele mesmo tomar as tarefas de requalificar, só tenho a louvar. E essa resistência dentro do ambiente político, cujo signo maior, cuja diretriz maior, é na verdade desqualificar as instituições estatais. Como Fernando Pedrão ressaltava, não é à toa que temos crise energética. Todos sabem, não precisa ser engenheiro elétrico, que energia elétrica, sobretudo, na forma hidráulica, das fontes hidráulicas, de que o Brasil tem a maior parte de sua matriz, se planeja com décadas de antecedência; não se planeja de um dia para o outro. O que está havendo é a falência do Estado Brasileiro. Essa falência desorganiza a sociedade. Essa falência não dá possibilidade de governar; quer dizer, esta governabilidade que na verdade é um conceito falso, está erosionada pela incapacidade do Estado Brasileiro. Não é à toa que os Presidentes vêm usando desde a Constituição de 1988, sistematicamente, as Medidas Provisórias. O Governo Fernando Henrique já utilizou e editou e reeditou mais de quatro mil Medidas Provisórias; isso significa que estamos de fato no estado de exceção. A exceção é sempre aquilo que é feito numa emergência, porque a regra não consegue cobrir todos os fatos. O Estado Brasileiro hoje é o inverso disso; o Estado Brasileiro legisla por exceção; todas as medidas são excepcionais. Quer dizer, dois Ministérios; sobre o Ministério das Minas e Energia, que aliás dentro das estatísticas e das resenhas que o prof. Jorge Santana e o deputado José Pimentel fizeram, anote-se mais um; o Ministro de Minas e Energia é nordestino. Vale alguma coisa? Absolutamente nada. Porque, para gerir a crise energética, foi criada uma Câmara de Gestão da crise. Para gerir o fenômeno, a incidência das secas, extinguiu-se o DNOCS, e agora cria-se uma Câmara de Gestão das Secas. O que isso quer

dizer? Quer dizer que o Estado Brasileiro não é capaz de comandar nem a economia e nem de comandar os destinos da Nação. Quer dizer que o Estado Brasileiro está amputado, e quando o Estado está amputado dessa maneira, o que impera é a violência privada; é a violência por todas as formas; não só a violência que ocorre entre os pobres, que estão entregues a si mesmos, as estatísticas mostram isso de uma maneira avassaladora, como a violência maior, aquela que é feita sob as principais instituições da República, é para isso que é preciso prestar atenção. Nós estamos numa etapa, e a globalização acossa todos os Governos, e sobretudo aqueles que se submetem a ela, e torna as instituições democráticas e republicanas letra morta. Essas são as razões pelas quais, do problema da energia ao problema da seca, e passando neste caso pelas questões regionais, o Estado Brasileiro está absolutamente incapacitado para lidar com a nova complexidade, a nova complexibilidade mundial, a nova complexibilidade da própria sociedade brasileira e dos negócios do mundo. Dessa forma caminharemos para a barbárie; a barbárie já está aí; é preciso levar isso muito em conta numa Casa Política, porque a barbárie é a negação da política; a barbárie é o reino das paixões e da violência primitiva, onde a política desaparece totalmente. Este é o signo da nossa época nesta quadra histórica do Brasil. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO WELINGTON LANDIM (PSDB): Inicialmente, queria já justificar a ausência do dr. Celso Furtado que, por motivo de saúde, não pôde vir a este Fórum, justificando ao deputado Eudoro Santana e a mim ontem, embora demonstrasse durante todos os últimos 15 dias boa vontade de vir; querendo vir, mas foi recomendado pelos médicos que não viesse por motivo de sua saúde muito frágil. Mas pretendemos em agosto, se ele não puder vir ao Ceará, irmos até o Rio de Janeiro, aonde ele receberá o Título de Cidadão Cearense e Cidadão Fortalezense, e o título de Doutor Honores Causa da Universidade federal do Ceará.

Reafirmar aqui perante todos os senhores, o nosso compromisso da Comissão Permanente de Estudos e Sugestões Para o Desenvolvimento do Nordeste. E como ficou, infelizmente, absolutamente claro aqui que não existe união da Bancada federal no Congresso Nacional, aproveito aqui a presença do Presiden-

te da Assembléia de Sergipe, meu caro amigo Bosco Costa, para propor a união das Assembléias Estaduais, e assim levantarmos os nossos Estados, a sociedade dos nossos Estados, em busca do que todos nós aqui, acho que a única unanimidade daqui, é que o Nordeste continua cada vez mais frágil, sem a representação que merecemos, cada vez mais os órgãos de desenvolvimento esvaziados e sem perspectiva; é o que nos entristece. Mas este Fórum, deputado Eudoro Santana, e aqui quero colocar nas suas mãos todo o mérito deste Fórum, é sem sombra de dúvida o primeiro movimento de resistência contra tudo isso. E V. Exa. sabe que tem no companheiro Welington Landim uma pessoa persistente e uma pessoa que acredita nos bons propósitos. E tenho certeza de que esta Assembléia será unânime, tenho certeza que contaremos com o apoio das outras Assembléias do Nordeste, e quem sabe assim a gente consegue a união da Bancada federal no Congresso Nacional.

Queria agradecer de um modo muito especial a presença do dr. Nilson Holanda, da dra. Tânia, do professor Chico Oliveira, que tinha outros compromissos, mas deixou e veio aqui, ao prof. Fernando Pedrão; ao professor Jorge Santana, que estava com problema de saúde mas veio; ao Presidente da Assembléia de Sergipe; enfim, a tantos debatedores importantes, a tantos cientistas e intelectuais, companheiros que aqui estiveram, prestigiando e aprendendo muito; foi um dia espetacular nesta Assembléia; talvez na história da Assembléia tenha sido um momento de maior importância; um debate sério; quero deixar também registrado que faremos um livro com tudo que aconteceu aqui hoje, na íntegra, tanto dos expositores, debatedores, e das pessoas que tiveram a oportunidade de falar.

Agradeço sensibilizado a presença de todos e, mais uma vez, obrigado ao deputado Eudoro Santana.

Está levantada a presente Sessão.

Reflexões Sobre o Seminário

1. Somos um pedaço importante do País, com 29% de sua população e 18,3% de seu território, com os piores indicadores sociais e econômicos;
2. Temos um forte poder político formal e um fictício poder político prático, mal utilizado na luta pelos nossos direitos e projetos;
3. O Sul e o Sudeste já foram financiados pelo País e o Estado de São Paulo, nos últimos 25 anos, faliu 2 vezes e foi refinanciado;
4. Não podemos participar de um País ficando a reboque das decisões dos Estados ricos, financiando-os diariamente através de compra de seus bens, ou da remessa diária de nosso dinheiro para bancos do Sul e Sudeste;
5. Para um futuro promissor do País temos que exigir que se compatibilizem o crescimento e o desenvolvimento do País com os das regiões como Nordeste, para podermos ser parceiros num País coeso e uno, com uma política nacional que incorpore o regional;
6. Não há parceria entre desiguais; ou fazemos um projeto de igualdade, ou separemos os Brasis desiguais;
7. Temos o potencial de um gigantesco mercado interno, mas hoje só importamos equipamentos e insumos de maior valor agregado do Sudeste e Sul, sem nada recebermos em contrapartida;
8. Precisamos preservar nossas instituições fortes, com acesso a ministérios, adequadas e direcionadas para corrigir as distorções do crescimento econômico desordenado, com poder junto ao Presidente da República;

9. Temos necessidade de que DNOCS, SUDENE, BNB, CHESF E CODEVASP preservem e aumentem nossas infra-estruturas e induzam e nos auxiliem num crescimento e desenvolvimento econômico mais rápido que o das regiões mais desenvolvidas,
10. Precisamos ter um fórum político dos governadores na SUDENE, reestruturada para tanto, palco para defesa de interesses globais das regiões, abandonando o atual individualismo tolo e primário de nossos governadores na luta isolada por seus Estados;
11. Precisamos utilizar aceleradamente instrumentos do primeiro mundo tais como:
 - a) Mercado Futuro de produtos primários e ações e valores imobiliários
 - b) Mercado de ações
 - c) Mercado de poupança nordestina
 - d) Financiamento de longo prazo com juros adequados
 - e) Capitação de recursos das outras regiões e do mundo globalizado
 - f) Comprar títulos públicos do próprio Nordeste ao invés de financiar o Sudeste, comprando títulos federais e estaduais daqueles Estados;
12. Precisamos de um amplo planejamento nacional com diretrizes para as áreas industrial, agrícola, do comércio e dos serviços, incorporando as vantagens relativas e a dinâmica de cada estado e região, fortalecendo as articulações verticais e horizontais dos negócios nas regiões e entre regiões;
13. O Nordeste não pode viver fora da produção do conhecimento com a geração pífia de cartas patentes, sendo necessário um amplo programa de apoio à ciência e tecnologia, evitando que nos eternizemos na compra de empresas e pacotes fechados;
14. Temos de elevar vigorosamente o número de nordestinos nas universidades, além de reforçá-las e modernizá-las, e no ensino profissionalizante;
15. A metrologia e os laboratórios precisam ser integrados com as universidades e empresas, estabelecendo-se caminhos de aprofundamento da mais alta tec-

- nologia para o Nordeste, que passe a gerar parte de seus conhecimentos científicos e tecnológicos;
16. Os fundos setoriais para pesquisa devem ser encarados pelo Nordeste como de importância estratégica, preservando-se os valores definidos, acumulando-os para nossa utilização gradativa, com os depósitos dos recursos sendo feito no BNB;
 17. Educar o povo em nível adequado em quantidade e qualidade comparáveis com o das regiões e dos países desenvolvidos;
 18. Trabalhar e acompanhar ações claras de redução de disparidade de renda, inter-regional e interestadual/municipal;
 19. Encontrar laços fortes que unam os estados do Nordeste com metas e horizontes comuns e de interesse de todos ou de agrupamentos destes;
 20. Estudar e estabelecer metas para integração do Nordeste ao mundo que nos sejam mais adequadas;
 21. Eleger e preparar parlamentares para trabalho em bloco pelo Nordeste;
 22. Declarar guerra em bloco ao País naquilo que visar retirar nossos direitos, eliminando ou enfraquecendo nossas instituições e retirando nossos recursos (casos SUDENE, BNB, DNOCS, ICMS, FPE e FPM);
 23. Fortalecer o conceito de região como poder político e não derivado de Mapas Geográficos e do folclore;
 24. Evitar fraturas da coalizão regional por promessas individuais para o Estado;
 25. Fazer cumprir os 20 artigos da Constituição Federal, que priorizam um melhor trato das regiões para corrigir disparidades atuais.

Extinção da Sudene - um crime contra o Nordeste

Pronunciamento

Pronunciamento contra a extinção da Sudene, realizado pelo deputado Eudoro Santana na 38ª Sessão Ordinária do dia 8 de maio de 2001, na Assembléia Legislativa do Estado do Ceará.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, Sras. Deputadas e Companheiros da imprensa: ocupamos mais uma vez a tribuna desta Casa para repercutir e tentar discutir, em maior profundidade e, ao final, apresentar proposta, que fiz aqui, logo depois do anúncio pelo Ministro da Integração Regional, da extinção da Sudam e da Sudene, de um manifesto contra a extinção da Sudene. Agora, com a repercussão que isto está atingindo no Brasil inteiro, notadamente no Nordeste, essa discussão mereceu o apoio da Federação das Indústrias - FIEC e, mais que isso, a indignação de todos os que fazem o empresariado no Nordeste, notadamente no Estado do Ceará, pela maneira como este assunto vem sendo conduzido.

Queremos também, neste momento, prestar nossa solidariedade e fazer um protesto contra as insinuações que a imprensa nacional, e notadamente a imprensa regional, tem procurado divulgar, dando conta de que o relatório do deputado Pimentel é o responsável pela extinção da Sudene. Cito o artigo do jornalista Ênio Beni, do Jornal do Comércio, de Pernambuco, intitulado: "*Pimentel deu mote a Fernando Hen-*

rique Cardoso". O articulista diz que, com seu trabalho, o Sub-Relator da CPI do Finor contribuiu para essa decisão, que considero intempestiva, que poderia ter sido mais bem discutido, inclusive, até em respeito ao fundador da Sude- ne, dr. Celso Furtado, que foi professor do Fernando Henrique Cardoso. Esse assunto, pela sua importância, deveria ter tido um processo de discussão, e não sumariamente tomada essa decisão, como vem ocorrendo. Até porque entendemos que a modificação, a retomada até dos princípios da Sudene, de 1959, de Celso Furtado, precisariam ser revis- tos, precisariam ser reexaminados, para que ela voltasse a ter a importância e a ser aquele instrumento fundamental para o desenvolvimento do território brasileiro. Quero dizer que essa atitude da imprensa, em condenar o deputado José Pimentel, que teve a coragem e a persistência de continuar sua luta, primeiro para a implantação da CPI e, em segundo lugar, para esclarecer todos os fatos, é equivocada. É uma injustiça, até porque sabemos que o Presidente da Repúbli- ca, e o disse inclusive em artigo que fiz, enquanto a opinião pública acompanhava com indignação o escândalo do Sena- do, aproveitava a penumbra dessa cortina de fumaça para editar mais uma excrescente Medida Provisória, com o obje- tivo de acabar com a Sudene e Sudam. A apartação social, que é constante na história do Nordeste brasileiro, desde o escravagismo colonial, se configura perversamente, inclu- sive nas desigualdades regionais. Neste quadro, o Nordeste é a região de menor renda per capita e detém os piores indicadores sociais. Analfabetismo - 32,7%, enquanto no Sul é 10,2%. Mortalidade infantil - 53 por mil nascidos vivos, enquanto que no Sul é 20,7. Renda, dos que ganham até meio salário mínimo - 50,4% da população ocupada, en- quanto no Sudeste é de 16,8%. Quer dizer: o esforço do período democrático na década de 50, em superar essas di- ferenças regionais, levou à criação da Sudene. Essa institui- ção, tecnicamente cunhada por Celso Furtado, surgiu com o objetivo de evitar que a desigualdade dividisse em definiti- vo o território nacional. Essa realidade é ainda gritante. Foi de certa forma atenuada nos últimos 40 anos, deputado José Guimarães, com o trabalho das instituições como o DNOCS, a Sudene, a CHESF e o Banco do Nordeste. A partir da Sude-

ne e do Banco do Nordeste, a região passou a se conhecer melhor, a planejar suas ações, não só no setor público. Quem não se lembra, deputado Vasques Landim, quando se começou a falar no Nordeste e no Brasil de planejamento do setor público e do setor privado? Então, foi exatamente a partir daí que o Nordeste se conheceu melhor, que estudou suas potencialidades, que avaliou seus projetos e que também introduziu novas tecnologias nesta região. A nova Constituição previu a distribuição dos investimentos federais, no mínimo proporcional ao contingente populacional de cada região. Mas, infelizmente, até hoje os investimentos federais do Nordeste não passaram da terça parte do que determina a Constituição Federal.

Com o passar do tempo, a Sudene de Celso Furtado foi perdendo aquele seu papel fundamental, de oficina de desenvolvimento e de centro de poder regional. Por que centro de poder regional, deputado Pedro Uchoa? Quando do Conselho Deliberativo da Sudene, onde se reuniam todos os Governadores do Estado, era o poder do Nordeste, fato que foi sendo modificado. Hoje, praticamente, é o terceiro escalão que está lá, representando o Governo no Conselho que àquela época era um Poder Regional aqui no Nordeste brasileiro. Portanto, colonizada pelos interesses patrimonialistas dos donos do poder e da terra, o órgão foi se resumindo tão-somente a análises, a fiscalização e liberação de recursos para projetos econômicos da iniciativa privada; portanto, dirigidas todas as suas energias para um processo concentrador de renda.

Alias, nesse sentido, o deputado Paulo Linhares tem colocado essa discussão aqui, afirmando que o trabalho realizado ultimamente pela Sudene, neste campo de incentivo à industrialização, não há dúvidas, é um processo altamente concentrador de renda. Mas as denúncias de corrupção, desvio de recursos, notas frias para gerar contrapartida dos empresários do Nordeste, há muito eram conhecidas da instituição e dos governantes, que se omitiam na apuração desses fatos, até que a instituição fosse mergulhada no mar de lama a que chegou, deputado José Guimarães. É com prazer que ouço o deputado José Guimarães.

SR. DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES (PT): Deputado Eudoro Santana, ao apartear V. Exa., quero me associar à análise que V. Exa. faz sobre o caráter da extinção da Sudene, e dizer que a sua extinção significa, sem entrar no mérito da discussão sobre a sua reformulação, a redefinição dos critérios da política de incentivo fiscal. Essa extinção, no momento em que vive o país essa crise toda, só posso encarar como sendo uma queima de arquivo. E digo isso, deputado Eudoro Santana, porque quem vê o que está na revista Veja desta semana, um Ministro de Estado, que até a essa hora não foi sequer demitido pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, dono de uma empresa que recebeu, deputado Vasques Landim, do Finor, 6 milhões e 87 mil reais. Desse dinheiro, praticamente 99% já liberados; tem mais: sua família é acionista majoritária da empresa, e esse Ministro ainda hoje sequer foi exonerado pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso.

O relatório foi apresentado pelo Sub-Relator, deputado José Pimentel, em Brasília, e digo isso porque conheço profundamente o relatório, tenho-o em mãos. Aliás, foi entregue ao Presidente deste Poder na última sexta-feira, pelo deputado José Pimentel com a minha presença, deputado Eudoro Santana; é importante dizer que, só aqui no Ceará, cento e trinta e nove empresas, deputado Giovanni Sampaio, fraudaram o Finor através do mecanismo vil da nota fiscal fria. Cento e trinta e nove empresas do Ceará. Destas, em oitenta e cinco, os inquéritos policiais já estão em andamento. O Cadim, que é o Cadastro de inadimplentes Vinculado ao Ministério da Fazenda, já identificou oitenta e cinco delas. Estou dizendo, porque tenho os documentos, do inquérito da Polícia Federal. As demais estão sendo analisadas. E o que me espanta, Deputado Eudoro Santana, é que, ao invés de irmos a fundo para inibir essa malversação, essa dilapidação do dinheiro público que foi feito nesses anos todos, desde a existência do Finor, o que existe nesse momento é uma campanha violenta, que está sendo feita em nível estadual e nacional contra o deputado José Barroso Pimentel.

Soube, de ontem para hoje, deputado Osmar Baquit, que o Ministro da Integração já está entrando hoje, de manhã, com uma ação contra o deputado José Pimentel, porque ele denunciou no Jornal Nacional que a empresa do Ministro do Es-

tado estava na relação daqueles que desviaram recursos. A mesma coisa aqui no BNB, deputado Eudoro Santana, é grande pressão que a administração central do Banco está fazendo para denegrir a imagem do deputado José Pimentel.

Ontem, a FIEC reuniu os deputados federais do Ceará, num café da manhã. Hoje mesmo já ouvi notas referentes à ausência do deputado Pimentel. Eu estava com ele em São Paulo, e ele se deslocando até Brasília. E eu fico, Deputado Eudoro Santana, impressionado, porque conheço também a Medida Provisória do Governo Federal de extinção do Finor.

Mas, o que é importante dizer neste Plenário é que a bancada federal do Ceará, com exceção de alguns poucos, toda ela vai ser favorável à extinção da Sudene. Com exceção do deputado José Pimentel, do deputado Inácio Arruda, do deputado Mauro Benevides e do deputado Roberto Pessoa. Todos os demais votaram na Medida Provisória Nº 2058, do Governo Federal, que extinguiu progressivamente o Finor até 2013. Eu tenho a cópia dessa Medida Provisória. Daí ficam fazendo demagogia no Ceará. A Sudene vai ser extinta, porque o Governo quer exatamente impedir que essa investigação vá a fundo.

O deputado Múcio Sá, Relator da CPI, também falou com o deputado Pimentel hoje, pela manhã, disse que não vai aprovar o relatório do deputado José Pimentel, porque esse relatório envolve muitos pesos pesados do Nordeste cearense, que fraudaram o dinheiro público. São mais de R\$ 2 bilhões, deputado Eudoro Santana; pelo relatório, são 2 bilhões e 200 milhões de reais, que foram desviados da Sudene. Eu fico impressionado, deputado Eudoro Santana; quando é que, neste Estado, a imprensa vai divulgar as cento e trinta e nove empresas, e respectivos empresários que receberam o dinheiro do Finor? Quando é que a imprensa no Ceará vai divulgar? Eu dei para a imprensa essa relação, e sabemos a quem essas empresas são vinculadas politicamente, porque, para o debate sobre o desvio, temos que ir a fundo e dizer. Teve gente, teve empresário do Ceará que meteu o recurso do Finor no bolso. E precisamos divulgar isso porque, do contrário, a discussão sobre a extinção da Sudene fica tão subjetiva e tão genérica, sem que as verdadeiras causas sejam explicitadas.

Associo-me ao pronunciamento de V. Exa., já que tenho debatido esta questão aqui na Casa, e dizer que somos absolutamente solidários, não só eu mas a bancada do PT, com o deputado José Pimentel, pelas injustiças que estão fazendo quando sua atitude é correta e sua atuação é brilhante no Congresso Nacional. Um deputado pacato, calmo, que não é nem muito de mídia, mas fez um trabalho, deputado Osmar Baquit, dos mais sérios que o Nordeste brasileiro conheceu, e o relatório foi entregue ao deputado Presidente deste Poder, Wellington Landim.

SR. DEPUTADO EUDORO SANTANA (PSB): Agradeço a V. Exa., deputado Guimarães.

Ouvirei o deputado Giovanni Sampaio e, em seguida, o deputado Chico Lopes, para posteriormente comentar a fala de V. Exa. neste aparte, deputado José Guimarães. É com prazer que ouço o deputado da Região do Cariri, Giovanni Sampaio.

SR. DEPUTADO GIOVANNI SAMPAIO (PTB): deputado Eudoro Santana, gostaria de parabenizar V. Exa., até porque V. Exa. é um deputado que, nesta Casa, nunca foi levião; é um deputado que sempre que vem contestar alguma coisa, vem munido de documentos. Então V. Exa. é muito bom nesta Casa para nós, que estamos começando. É como se fosse um aprendizado. Independente da ideologia política que possamos ter, tenho em V. Exa. como um dos deputados mais atuantes e brilhantes desta Casa. Gostaria de parabenizá-lo nesta manhã, pela coragem, pela seriedade como V. Exa. trata o assunto da Sudene, pois é uma verdadeira vergonha extingui-la. E dizer que esse problema da Sudene é um desrespeito a toda Região Nordeste, é um desrespeito àqueles empresários que trabalharam com a Sude- ne, correta e honestamente, gerando emprego, e fica o Presidente da República extinguindo Sudene, extinguindo Sudam. Por que não extingue o Congresso Nacional também? Se for por corrupção, acaba tudo. Por que não extingue mesmo? É isso, rapaz, é corrupção. Quer defender a corrupção, deputado Osmar Baquit? Se for para acabar a corrupção, tem que começar a cassar quase todo mundo. Eu não gosto de quando estou num aparte, deputado Osmar Baquit, al-

guém se meter para contestar. Eu assumo o que digo. Se é para fechar, feche logo o Congresso Nacional, e não fechar os órgãos de desenvolvimento de regiões pobres, como o Nordeste, como a Amazônia, no intuito de dizer que está acabando com a corrupção. Está não. Acaba com a corrupção demitindo esse Ministro que está aí na capa da revista VEJAa. Acaba a corrupção, cassando o mandato do senador Jader Barbalho, que é outro ladrãozinho da Sudam. Agora, fica prejudicando todas as pessoas da Região, de duas regiões sofridas, no intuito de acabar com a corrupção. Eu acho que V. Exa está certo e vou dizer: é obrigado o nordestino ter muita coragem para votar num candidato de Fernando Henrique, porque o que esse camarada está fazendo é uma humilhação, é uma vergonha. E quem não se levantar, estará contra a Região e a favor do Fernando Henrique, esse acoitador de ladrões.

SR. DEPUTADO EUDORO SANTANA (PSB): Agradeço a V. Exa., deputado Giovanni Sampaio, e certamente, contaremos com a assinatura de V. Exa., como da maioria desta Casa, no manifesto em defesa da não extinção da Sudene. Da mesma forma que fizemos com relação ao DNOCS, deputado Manoel Veras, da mesma forma que fizemos com relação ao BNB, da mesma forma que fizemos com relação à CHESF, vamos fazer com relação à Sudene, até atendendo o apelo do próprio empresariado, da classe política nordestina de uma maneira geral. É um apelo para que esta decisão do Presidente da República seja revista, até para que isso seja feito com mais estudo, com mais aprofundamento. Nós entendemos também, e concordamos que é preciso haver uma reforma, uma atualização, uma modificação, inclusive para que a Sudene volte a ser aquele instrumento fundamental que foi no início da sua instalação, fruto do pensamento de Celso Furtado.

É com prazer que ouço o deputado Chico Lopes e, em seguida, ouvirei o representante de Quixadá, do Sertão Central, Deputado Osmar Baquit.

SR. DEPUTADO CHICO LOPES (PCdoB): Primeiro, quero ser solidário com o sub-relator, deputado José Pimentel,

que desde a semana passada, até essa data, está sendo alvo de increpações contra a conduta ilibada daquele deputado do Estado do Ceará. Eu acho que ele começa a crescer no conceito popular e da sociedade. Porque, se ele fosse uma pessoa que aceitasse conciliações, aceitasse certos comportamentos, ele estaria sendo elogiado.

Discordo também do deputado do PTB. Em geral, concordo com os apartes do deputado Giovanni Sampaio mas, desta vez, vou discordar. Porque fechar o Congresso Nacional vai tirar oportunidade de pessoas que, sendo de Esquerda, Direita ou de Centro, que não concordem com a corrupção, defender o que é certo, o que é direito. Fechar o Congresso Nacional sempre serviu às ditaduras, sempre serviu às elites carcomidas.

Podemos fazer o seguinte; na época de eleição, ele ajuda o eleitor a fazer escolha, e que vão para lá pessoas de bem, como o Congresso Nacional já teve, inclusive o Ceará; bons Senadores como o Cid Carvalho, até mesmo o Paulo Sarasate, pois nunca ouvi falar em corrupção dele; politicamente, sempre tivemos divergências, com Virgílio Távora e outros. Então, não concordo em fechar o Congresso Nacional, nem fechar a Assembléia, nem a Câmara, nem coisa nenhuma. Nós temos é que modificar o quadro.

SR. DEPUTADO EUDORO SANTANA (PSB): Nem a Sudene.

SR. DEPUTADO CHICO LOPES (PCdoB): Pois é. A democracia existe nos Parlamentos. O outro aspecto, sobre o qual chamo a atenção, é que a extinção da Sudene mostra claramente o Governo Fernando Henrique Cardoso, que todo dia perguntamos: qual é o roubo de hoje? Hoje é o Ministro que está sendo implicado em R\$ 6 milhões . Amanhã, quem será? É um Secretário de terceiro escalão? Então, é um Governo que sempre está colocado em corrupção. E vem dizer que a Sudene é culpa do Collor. Rapaz, esse homem está aí há 7 anos.

SR. DEPUTADO MOÉSIO LOIOLA (PSDB): Não foi Collor que ele falou não. Ele falou o problema de energia. Mesmo porque o Collor quase acaba a Sudene.

SR. DEPUTADO CHICO LOPES (PCdoB): Pois é. Quando ele deveria ter falado que o Collor era culpado – obrigado, deputado Moésio Loiola, tem razão; quanto à energia, o Collor também não tem culpa. Pois bem, a minha participação é de solidariedade ao deputado José Pimentel. Estou fazendo um requerimento grosseiro; não sei se será aprovado, mas é duro contra o Ministro da Integração. Essa conversa vinha há tempo, e todo mundo estava discutindo a extinção ou não, e de uma hora para outra ele extinguiu, porque ele quer esconder a corrupção denunciada aqui pelo Presidente do PT local, deputado José Guimarães, que deu nome, deu a importância. E portanto, sabemos que o Nordeste não se desenvolve não, é por falta de dinheiro, não. O Nordeste não está se desenvolvendo, porque a gatunagem é tão grande que o dinheiro, que vem do Governo Federal, vai para outro destino. A nossa solidariedade ao nosso companheiro e todos os membros da CPI, que fizeram um trabalho bem feito e que não aceitam essa extinção.

SR. DEPUTADO EUDORO SANTANA (PSB): Eu agradeço.

SR. DEPUTADO MOÉSIO LOIOLA (PSDB): V. Exa. me permite uma aparte?

SR. DEPUTADO EUDORO SANTANA (PSB): Terei muito prazer de ouvir o Líder do Governo nesta Casa. Mas, inicialmente, ouvirei o Vice-Líder, o representante de Quixadá, deputado Osmar Baquit.

SR. DEPUTADO OSMAR BAQUIT (PSDB): Deputado Eudoro Santana, duas coisas, até para não fugir da questão do debate, com relação ao deputado José Pimentel. Li uma reportagem onde o Relator, deputado Múcio Sá, se não me engano, do Rio Grande do Norte, dizia, não com os mesmos argumentos que o deputado José Guimarães falou, que estaria tirando do relatório final cinquenta e quatro empresas, em virtude de as mesmas não terem envolvimento nenhum de irregularidade com essa questão. Ele coloca isso claro, contrariando exatamente o Sub-Relator, deputado José Pimentel. Então, não vejo porque o Relator retirar cinquenta e

quatro empresas, quando ele diz que elas legalmente não tem nada a dever, não têm nada a esconder, que estão ok! Não tem nada de se solidarizar com o deputado José Pimentel pelo fato de ele ter dito isso ou não. Ele pode ter errado, pode ter se precipitado.

SR. DEPUTADO EUDORO SANTANA (PSB): Mas não está se tratando disso aqui; é outra coisa completamente isolada.

SR. DEPUTADO OSMAR BAQUIT (PSDB): Estou falando, porque o discurso também teve esse momento de solidariedade.

SR. DEPUTADO EUDORO SANTANA (PSB): De solidariedade, até porque estão colocando como responsável, pelo fato de o Presidente Fernando Henrique Cardoso ter extinto a Sudene, o trabalho realizado pelo deputado José Pimentel. Agora, se houve erro, qualquer relatório é passível de erros. Eu acho que o deputado José Pimentel tem a honrabilidade, tem seriedade. Acho que é uma discussão completamente diferente. Agora, o Jornal pegar um editorial e comprometer a credibilidade de um Parlamentar da competência do deputado José Pimentel, dizendo que a decisão do Presidente se deu em cima do relatório; isso é uma conclusão que não tem o menor fundamento.

SR. DEPUTADO OSMAR BAQUIT (PSDB): Deputado Eudoro Santana, isso é importante. Não acho e nem considero que o deputado José Pimentel seja o responsável pelo fechamento de Sudene, nem de outra coisa não. Isso não existe. Isso é uma desculpa, é uma coisa direcionada, dirigida. Se o deputado José Pimentel errou em colocar algumas empresas, ele deve ter a humildade de reconhecer que está errado, onde o Relator coloca. Eu acho que houve uma precipitação do deputado José Pimentel, não em relação a isso. Há algumas empresas nada tem a ver com isso, dito pelo Relator. Outra coisa, para encerrar a minha participação; acho que tudo tem que ser colocado a limpo mesmo! Empresa que fraudou tem que vir a público, tem que ser dito. A democracia não permite que se esconda nada.

Também não concordo com o deputado Giovanni Sampaio,

quando ele disse que tem que fechar o Congresso Nacional; é um discurso reacionário, que só favorece a ditadura. Acho que, no tempo da ditadura existia tudo isso, e a gente não tinha acesso. Hoje, a imprensa pode dizer isso, e se a Imprensa erra, também tem que ter a hombridade de chegar e fazer o discurso e pedir desculpas. Eu não concordo com essa história de fechar Congresso; isso é um discurso que faz parte até da ditadura. Não estou dizendo que o deputado Giovanni Sampaio é um ditador. Só considero que ele foi infeliz nessa colocação.

SR. DEPUTADO EUDORO SANTANA (PSB): Agradeço a V. Exa. Antes de ouvir o deputado Moésio Loiola e o deputado João Alfredo, até porque sei que os seus apartes contribuirão de forma bastante rica para o meu pronunciamento, mas aproveitar essa fala do deputado Osmar Baquit, do deputado Chico Lopes, para dizer que entendemos, reconhecemos que este fato é um grave problema. O que está acontecendo na Sudene e na Sudam é um grave problema, e que está sendo denunciado em vários setores do poder público de maneira geral, e isso atinge a própria sociedade. Por várias vezes colocamos aqui que nenhuma liderança executiva, que tem o poder do dinheiro na mão, da caneta na mão, faz corrupção sozinha. Sempre tenho colocado que há um triângulo da corrupção. É preciso ter o corrupto, o corruptor e o objeto da corrupção, para que ela se realize. Não existe corrupção sem a participação do empresário, que executa o objeto da corrupção.

E dizia, se isso é complicado, mais trágica ainda é a solução apresentada pelo Presidente Fernando Henrique. A extinção sumária da Sudene, deputado Moésio Loiola, não colabora para cumprir os dispositivos constitucionais para a Região, nem tampouco contribui para a apuração dos diversos escândalos de corrupção, envolvendo os seus recursos. Pelo contrário, além de anistiar pelo manto de sua extinção, deixando, portanto, impunes os que roubaram o patrimônio público, por outro lado, destruirá, deputado Moésio Loiola - eu queria que V. Exa. atentasse para isso - destruirá um patrimônio fabuloso. Eu quero dar como exemplo, deputado João Alfredo, o que fizeram com o DNOS, que era sem som-

bra de dúvida um dos grandes patrimônios que o Brasil tinha e o Nordeste, e que acabaram com ele. Antes de ontem, comentando isso no DNOCS, um funcionário me chamou para olhar uma sala entupida de papel, papéis se deteriorando, onde estão fotografias feitas nos anos de 50 e 60, aerofotogrametria de todo o Nordeste, que estavam praticamente se acabando. O patrimônio material que está aí: quantas dragas, centenas de dragas que tinha o DNOS. Dizia-me o Diretor-Geral do DNOCS, que muitas vezes recebeu um ofício para pegar uma draga no Rio de Janeiro, porque colocaram na cabeça da população, através da imprensa, que o DNOCS era o sucessor do DNOS. Mas na verdade, o DNOS tinha uma comissão liquidante; acabaram o patrimônio, não só material, mas o patrimônio cultural, técnico que o DNOS tinha. Não podemos, deputado Moésio Loiola, deixar que isso venha acontecer com a Sudene. Sem a Sudene, sem a permanência da segurança dos recursos constitucionais, porque a Emenda, que está aí, diz que os recursos serão colocados no Orçamento não existirá mas política regional. Sabe V. Exa. que o Orçamento é vulnerável, deputado Vasques Landim. Amanhã, alguém poderá colocar uma Emenda, inclusive de um Parlamentar do Sul, que é contra o Nordeste; poderá retirar os recursos que estão sendo alocados. Imagine se na Educação, não se tivessem estabelecido constitucionalmente os 25%, talvez a nossa situação de Educação fosse muito pior, principalmente no Nordeste brasileiro. Temos que ficar atentos a isso. E dizer que, sem esses recursos, que hoje têm a garantia constitucional, já que não serão mais vinculados, estaremos vulneráveis no que se refere à superação das desigualdades regionais e a conseqüente a integridade do território nacional, que foi exatamente a grande baliza e a grande preocupação de Celso Furtado e de JK, naquela época, quando se criou a Sudene em 1959. Uma vez que esse este crime contra o Nordeste, nas circunstâncias em que está sendo praticado por FHC, tem o apoio de grande parcela da opinião pública, que acha porque tem roubo, tem que acabar, principalmente a opinião pública, a imprensa e os políticos do Sul, que na verdade não têm nenhum compromisso com o Nordeste. Inclusive esse apoio equivocado de parcela da população dá uma garantia e abre o

espaço para que amanhã FHC retome a extinção do DNOCS, que até agora não foi reformulado, que se transforme o Banco do Nordeste numa Agência de Fomento, que se venda a CHESF, e finalmente, companheiro deputado Vasques Landim, que se torne o Nordeste cada vez mais pobre, cada vez mais distante. Quanto aos indicadores, embora tenham melhorado ao longo desses quarenta anos, exatamente por causa dessas instituições, no momento em que elas são destruídas, no momento em que elas são aniquiladas, certamente esses indicadores permanecerão nos níveis atuais, agravando as diferenças regionais.

É com muito prazer que ouço o deputado Moésio Loiola.

SR. DEPUTADO MOÉSIO LOIOLA (PSDB): Realmente, gosto muito da postura do deputado federal José Pimentel. A parte ideológica, a parte, vamos dizer, de patrulhamento, de outras coisas, devem ser colocadas ao lado.

Agora, Deputado Eudoro Santana, o que nos assusta é a justiça não ter como pegar. A batalha principal dele é o problema, na minha opinião, não é nem quem já roubou, é de buscar realmente com quem está o roubo. Transmiti um jogo outro dia em Natal. Se V. Exa. andar em qualquer restaurante em Natal, notará que a riqueza do Ministro não é condizente com nenhuma realidade natural da coisa. Você tromba, qualquer pessoa se bate, nota logo que foi um enriquecimento da noite para o dia. Todo mundo sabe que depois que ele entrou para a vida pública, que foi exercer qualquer atividade importante, já se nota que o enriquecimento dele é uma coisa bem patente. Não tinha herança, não tinha patrimônio, não tinha tradição e, de repente, veio o enriquecimento. A luta do deputado José Pimentel de buscar é essa; é portanto importante. É de cortar coração vermos o dinheiro que foi injetado naquela Conap, em Santa Quitéria (Projeto de Suínos), e se vê aquilo se destruindo, e a lentidão da justiça não transformou aquilo em câmaras frigoríficas comunitárias regionais, alguma coisa de armazenamento de safra. Não se notou isso.

Outra coisa, o aspecto da Sudene, entendo até a posição de alguns companheiros parlamentares, hoje está difícil. Se os companheiros parlamentares votarem pela manutenção

da Sudene é porque estão mantendo o lobby; se não votarem, é porque são omissos. Quer dizer, a coisa hoje de ser política neste País, pela generalização, pela banalização das atitudes, talvez seja a coisa mais difícil de se ser. Agora, vai-se para qualquer investimento. Todo investimento é que eu fico olhando a limitação, o empréstimo de 7 milhões de reais! Vi empréstimo para se fazer aqui presunto, onde a condição primeira orgânica não se dava. Estava na cara que lá na Santa Quitéria, que lá nas matas da Santa Quitéria não se ia ter porco suficiente, não se ia ter matéria-prima suficiente para se concorrer com a Sadia, com o potencial que tem o Rio Grande do Sul, para se concorrer com a Perdigão, com o potencial que tem até o aspecto climático do Rio Grande do Sul. O projeto de Sudene, quando gera emprego, quando vai para frente, esse tipo de linha, é uma coisa que merece a reflexão. Mas fico pensando, realmente, o aspecto da impunidade neste País. A luta do deputado José Pimentel é que eu acho que deve ser endossada por todo Parlamento, da extensão desse prazo. Não porque não se pode modificar uma lei para prejudicar. Mas esse esticamento dessa lei não seria para prejudicar; seria para proteger o patrimônio público federal. Eu fico realmente atento.

Se V. Exa. fizer um levantamento, qualquer empresa cearense, média, pequena, para ter acesso a 150 mil reais, a 200 mil reais, para fazer um capital de giro, tem que mostrar praticamente até o sexo. Fico, assim, olhando, tem que empenhar tudo. Tem que penhorar a casa que mora, o dono tem que responder. É uma coisa muito séria. Agora, não sei porque que há algum tipo de aventureiro e tira 5 milhões de reais, 4 milhões de reais. Se fala em 3 milhões de reais, na melhor banalização que pode ter.

Pela minha vivência no dia-a-dia, eu acho que o que tem feito mesmo emprego no Estado do Ceará, tem sido algumas injeções de capital, ajuda de financiamento até de 500 mil reais para baixo. Pode olhar, essas empresas têm um nome, têm um patrimônio, têm um respeito, porque têm o respeito de quem mora em casa, de quem convive com a comunidade.

Fico realmente feliz com o seu pronunciamento. Hoje é muito difícil, deputado Eudoro Santana, o que se ouve falar

em nível de dinheiro público, desse negócio do Pajeú, do Maceió, da Prefeitura de Fortaleza que está aí, é uma coisa que mereceria antes, preventivamente, uma tomada de posição do Ministério Público de impedir, ou pelo menos acompanhar, de ver realmente o que vai acontecer. O diabo é que só se toma qualquer providência depois da cancela arrombada, depois que o roubo, o crime já está perpetrado, que a coisa já está acometida. Vejo isso, se foi para um bocado de coisa, está se encontrando no Estado do Ceará um caminho novo de uma cultura nova, o problema das flores, que é um capital que pode ser menor. Eu acho que se tem que mudar culturalmente o comportamento. Essa extinção da Sudene merece uma reflexão, merecia uma reestruturação, uma mudança de comportamento. Hoje, em qualquer juro que está de 1%, de meio por cento, quem tira 20 milhões de reais não vai pagar mais nunca. Está lá dito, aí inventa uma coisa de abatimento, de rebate, de não sei o que. Hoje, quem tira 20 milhões de reais a 6% ao ano, não paga mais por hipótese nenhuma, porque não tem condição.

Vejo uma coisa com muita tristeza na política, até partidariamente; o Sr. Fernando Bezerra parece que é PMDB, o Sr. Jader Barbalho parece que é do PMDB, o Sr. Antônio Carlos Magalhães, que é envolvido em dossiê, é do PFL. Quer dizer, há uma segmentação, há uma quase que banalização, há uma generalização merecendo da sociedade, no mínimo, uma reflexão sobre tudo isso que está acontecendo.

Estou vendo um fato, deputado Eudoro Santana, um cidadão botou uma fábrica de garapa em Sobral, que não vale 500 mil reais a fábrica, e está arranjanado com um político importante do Estado do Ceará, um empréstimo de 6 milhões de reais...

SR. DEPUTADO EUDORO SANTANA (PSB): Fábrica de quê?

SR. DEPUTADO MOÉSIO LOIOLA (PSDB): De garapa, de guaraná, que não tem a menor consistência. Está arranjanado um empréstimo de 6 milhões de reais, exatamente, para bancar uma candidatura, e isso é domínio público em Sobral e toda a Zona Norte. E não tem quem diga, por exemplo, que aquela indústria, se entregar depois o rio Acaraú,

ainda não vai pagar esses 3, 4 ou 6 milhões. O dinheiro público, quando é buscado, é de uma banalização, de uma bestialização, que é um negócio muito sério, e depois não vai pagar. Estou acostumado aos projetos de Sudene feitos na Zona Norte, e posso acompanhar. Realmente louvo, e acho que o deputado José Pimentel merece nas suas colocações uma reflexão. Agora, a luta dele principal, não é nem caça às bruxas nem nada. A luta dele principal era o esticamento desse prazo de 20 anos, para se ir buscar pelo menos parte disso aí.

SR. DEPUTADO EUDORO SANTANA (PSB): Eu concordo totalmente.

Fico muito feliz com o aparte do deputado Moésio Loiola, até porque ele vai no âmago da questão. Não queremos que a Sudene continue como está aí, não! Queremos sua modificação, sua reformulação e que ela tenha instrumentos capazes de, daqui para a frente coibir isso! Acho até, deputado João Alfredo, a quem darei a palavra, que a Sudene deveria ser revista. A Sudene de hoje, pelos desvios que foram feitos ao longo desses anos, saindo da área de saneamento, saindo da área de planejamento, saindo da área de apoio à agricultura, principalmente, da convivência com o semi-árido, todos esses projetos que foram, deputado Moésio Loiola, colocados de lado, para ficar exclusivamente dando apoio aos projetos econômicos. Penso que se esses recursos, se fossem aplicados em micro e pequena empresas, se parte deles fosse aplicado pelo poder público em projetos sociais, se parte deles fosse aplicado pelas ONGs (Organizações Não Governamentais), os resultados seriam diferentes.

Um dia desses, deputado João Alfredo, eu estava imaginando: o que seria este País sem essa contribuição importante que as Organizações Não Governamentais dão hoje ao Brasil em todas as áreas, na área da produção, na área da organização, na área da agricultura, na área, inclusive, do combate à corrupção na Justiça. Em todas as áreas, têm dado uma contribuição importante.

SR. DEPUTADO MOÉSIO LOIOLA (PSDB): É impressionante a dificuldade que o pobre do empresário dedicado tem de ir

buscar lá 100, 150 mil reais, para fazer capital de giro.

SR. DEPUTADO EUDORO SANTANA (PSB): Pois é! Eu acho que V. Exa. tem toda razão. Isso deveria ser redirecionado. Era tirar da Constituição, deputado Manoel Veras, essa obrigação, esse direito, já que ela não é cumprida como determina o percentual proporcional à população, que pelo menos este que está garantido constitucionalmente, fosse mantido. Reformulada a Sudene poderá até mudar de nome, mas não extinguir todo esse processo, que é fundamental para dar sustentação.

É com prazer que ouço o Deputado João Alfredo, e em seguida o deputado Manoel Veras.

SR. DEPUTADO JOÃO ALFREDO (PT): Deputado Eudoro Santana, em primeiro lugar, gostaria, como os demais companheiros da Esquerda, inclusive V. Exa., manifestar minha solidariedade ao deputado federal José Pimentel, do nosso Partido. O que o deputado José Pimentel tem feito nesse seu trabalho da CPI do Finor é defender as instituições públicas, defendê-la da gatunagem, da dilapidação, do esvaziamento, da má gestão, que têm tido na nossa Região. Infelizmente, o Banco do Nordeste do Brasil, com o dr. Byron Queiroz, indicado pelo dr. Tasso Jereissati, e a própria Sudene, ao longo de uma série de gestões, que não cabe aqui resumir todas as denúncias já devidamente apresentadas e comprovadas.

Na verdade, o que se apresenta pelo Governo Fernando Henrique Cardoso é uma oportunidade, um oportunismo de, aproveitando-se dessa situação, extinguir um órgão que tem sua importância. O problema é que esse órgão já vinha sofrendo um processo de esvaziamento. Por que? Como o Governo Federal não tem política para a Nação, e como não tem política para as regiões, o que está acontecendo aqui é a guerra fiscal, é a lei da selva. Cada Estado então, se dispondo a abrir mão, quer dizer, na medida em que não há uma política para a Nação de diminuição das desigualdades regionais, ficam os Estados brigando e perdendo arrecadação, quando isso devia ser uma política federal. Não cabe ao Ceará estar abrindo mão do ICMS (Imposto sobre Circula-

ção de Mercadoria), não cabe à Prefeitura do Interior estar abrindo mão de IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano). Na verdade, essa política tinha que ser uma política nacional; essa é que é a questão. Como não há, a Sudene já vinha sofrendo esse processo de esvaziamento.

Mas há um outro aspecto que tem se levantado, e quero também corroborar com essa opinião. Esse é um processo de queima de arquivo, quando, inclusive, aqui no Estado do Ceará se federalizou o BEC (Banco do Estado do Ceará) para a sua privatização, e que agora se apresenta com essa questão da Sudene. Então, eu queria somar minha voz a voz de V. Exa. nessa denúncia e na solidariedade ao Deputado José Pimentel, e na luta que todos estamos encetando para que possamos ter uma Sudene renovada, moralizada, democratizada, controlada pela sociedade e efetivamente voltada para o desenvolvimento da região, como foi inclusive pensado pelo seu criador, um dos maiores homens do Brasil, do ponto de vista da produção científica e do ponto de vista da atuação política, que é Celso Furtado.

SR. DEPUTADO EUDORO SANTANA (PSB): Eu agradeço a V. Exa. e ouço com muito prazer o deputado Manoel Veras.

SR. DEPUTADO MANOEL VERAS (PSDB): Deputado Eudoro Santana, eu queria dizer da grande satisfação, que acredito que todos nós na Assembléia Legislativa temos de ouvi-lo. Em primeiro lugar dizer que nunca presenciei nesta Assembléia Legislativa nenhum pronunciamento de V. Exa. às vezes até equivocado, em relação à abordagem, com a qual às vezes não concordo, mas que não trouxesse no seu bojo sempre uma preocupação em tratar as questões que dizem respeito à população com muita seriedade. Especificamente em relação ao tema que V. Exa. aborda hoje, é importante se dizer que eu, particularmente, o considero uma pessoa identificada com a discussão dessa questão; é uma pessoa que tem uma preocupação muito grande com essa questão do desenvolvimento regional, que milita nessa área há bastante tempo, e com certeza tem muito conhecimento teórico e prático, porque presencia essas questões todas no dia a dia ao longo da sua vida, mesmo antes até de ser parlamen-

tar. É muito triste, acho que para todos nós, nordestinos, presenciarmos um instrumento de desenvolvimento como é a Sudene, que durante tanto anos, a partir do momento em que foi criado para desenvolver o Nordeste, foi bem utilizado em projetos que realmente trouxeram grande progresso para a nossa região, mas que na outra ponta, foi também um instrumento de roubalheira por parte de alguns segmentos que não têm o menor caráter, de homens que sequer empresários eram, porque muitos projetos que foram liberados pela Sudene, foram liberados para pessoas que não tinham nenhuma tradição em nenhum ramo de atividade econômica, mas que simplesmente, por prestígio político, por utilização política, foram beneficiados com recursos de grande monta que por sua vez, se transformaram num sumidouro do dinheiro público, como presenciamos aqui no Estado do Ceará, quando a nossa Comissão do Finor teve a oportunidade de visitar algumas indústrias. Isso é muito lamentável.

Como disse o deputado Moésio Loiola, muitas vezes o pequeno investidor precisa de 10, 15 mil reais para tocar o seu investimento, embora pequeno, está ali a gerar 15, 20 empregos, e ele não tem acesso a um banco. Mas, um cidadão sem nenhuma tradição, sem patrimônio nenhum, vai a uma entidade dessa e consegue R\$ 10, 15, 20 milhões, colocando esse dinheiro na vala comum da corrupção. Eis aí a fraude, afóra o preconceito que já existe no Sul contra o Nordeste; esses exemplos maus são colocados na vitrine daquilo que as pessoas procuram dizer o que é a Sudene, quando a verdade não é esta. Ela é de fato um instrumento de desenvolvimento importante para o Nordeste e, efetivamente, em algumas gestões, como a daquele general, que todos reconhecem, mesmo as pessoas da Oposição, procurou se adequar a liberação de recursos em projetos importantes para o Nordeste.

É lamentável que estejamos aqui discutindo a extinção desse órgão que, sem dúvida nenhuma, trará um grande prejuízo para o Nordeste brasileiro. Tenho também, deputado Eudoro Santana, e aqui quero fazer uma ressalva, uma admiração muito grande pelo trabalho do deputado federal José Pimentel, do Partido dos Trabalhadores; acho eu, uma voz importante que o Ceará tem no Congresso Nacional.

Entendo, no entanto, que em determinados momentos, a ânsia das pessoas de querer mostrar serviço, em determinados momentos, findam descredenciando determinadas ações. Eu acho que houve tanta roubalheira na Sudene, houve tanta roubalheira no Finor, que o simples fato de essas questões terem sido objetivamente constatadas, já seria suficiente para que todos nos mobilizássemos, no sentido de garantir a punibilidade daqueles que roubaram o dinheiro público. Eu acho que o deputado José Pimentel comete um equívoco muito grande. Repentinamente, nessa ânsia toda de às vezes querer aparecer um pouco mais, quando ele não precisava disso, pelo trabalho que poderia realizar na Comissão, comete um erro às vezes comum, quando essas Comissões Parlamentares de Inquéritos são estabelecidas, de cometer equívocos, de cometer injustiças, e em função disso às vezes de descredenciada um pouco o muito que se poderia fazer em relação a essa questão. Cito especificamente erros que aconteceram no Estado do Ceará, relativamente a pessoas que foram acusadas de maneira indevida, com o objetivo talvez de caráter político, pelo fato de ser nosso adversário político que, ao invés de criar junto ao Deputado José Pimentel e de dar mais credibilidade aquilo que ele estava a escrever, finda por criar um ambiente de desconfiança.

Portanto, gostaria de fazer essa ressalva. Eu acho que o deputado José Pimentel equivocou-se com relação a essa questão. Ele poderia ter prestado um grande serviço, como acredito que está prestando. Mas essas coisas, o homem público tem que ter a coragem de, inclusive, quando verifica que está equivocado, vir a público para dizer. Não é, acredito eu, do interesse de ninguém, do homem de bem, querer jogar o nome das pessoas no meio da rua, e simplesmente depois não reconhecer que houve ali um equívoco.

Eu acho que o deputado José Pimentel está devendo a todos nós cearenses uma justificativa em relação ao equívoco que ele cometeu. Não havia absolutamente nada com relação àquela questão que foi levantada, como foi constatada, e não ouvi até o presente momento nenhuma voz do deputado José Pimentel, no sentido de chegar e dizer: não, realmente foi um equívoco que eu cometi. Isso descredencia um pouco o relatório, acho que muito consubstancioso que ele produziu. Da minha parte, portanto, é com prazer

que ouço o pronunciamento de V. Exa., porque estamos tratando de uma questão que poderíamos estar aqui era discutir o fortalecimento da Sudene e não sua extinção, como lamentavelmente está aí para acontecer. Muito obrigado.

SR. DEPUTADO EUDORO SANTANA (PSB): Eu agradeço a Vossa Excelência.

Senhor Presidente, gostaria de ler rapidamente o Manifesto que estamos colocando à disposição, conforme combinado no primeiro pronunciamento, para que todos os Deputados desta Casa, como fizeram com o BNB, como fizeram com relação ao DNOCS, possam agora defender a continuidade da Sudene.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JOSÉ SARTO (PPS): Deputado Eudoro Santana, a Presidência informa que o tempo de V. Exa. já se encerrou. Mas, concederá dois minutos ao deputado para apartear-lo. Teremos um Grande Expediente atendendo a um Requerimento do Deputado Tomaz Brandão, e os convidados estão esperando.

SR. DEPUTADO PAULO AFONSO (PTB): V. Exa. me permite um aparte? (Concedido).

Deputado Eudoro Santana, V. Exa. está sendo feliz na manhã de hoje, para um assunto muito delicado e que muito entristece a todos nós. Gostaria de dizer dentro da minha maneira de pensar, que o ponto fundamental para o nosso País, deputado Eudoro Santana, que é isso que procuramos, seria mostrar para essas pessoas que acreditam que possam não pagar por seus ilícitos, e que durante todos esses anos usaram das instituições em proveito próprio. Teríamos que fortalecer o Judiciário e adequar a nossa legislação para que isso aconteça. Isso é o Brasil como um todo. Ouvimos diversas vezes aqui falar de roubalheiras, corrupções. O deputado Giovanni Sampaio, na emoção do seu sentimento, expressou uma coisa que na realidade não era bem o que ele queria dizer sobre a extinção do Congresso; penso que ele queria dizer que deveria se começar um trabalho de combate a corrupção dentro do próprio Congresso. Não seria a sua extinção. Mas a maneira em que foi criada a Sudam, a

Sudene foram pontos fundamentais para o nosso País, uma estrutura belíssima. Hoje, não se deve extinguir por extinguir. Não se deve extinguir, porque até temos que ver que extinguindo, queima-se até o arquivo, como o deputado João Alfredo falou. Temos é que buscar e retirar aquelas pessoas que tomaram proveito, e não em nome disso extinguir nem a Sudene, nem a Sudam. V. Exa. está de parabéns.

SR. DEPUTADO EUDORO SANTANA (PSB): Eu agradeço a Vossa Excelência.

SR. DEPUTADO VASQUES LANDIM (PSDB): V. Exa. me permite um aparte? (Concedido).

Deputado, gostaria de aproveitar a sua fala para dizer que vivemos no Brasil um momento singular, e este momento é graças à democracia que estamos vivendo no País. Então, fundamentalmente, sou contrário ao que colocou o deputado Giovanni Sampaio.

Temos um segmento da imprensa que, graças à abertura democrática e à sociedade inteira, que pressiona a imprensa e os políticos e a justiça, no sentido de que passemos a limpo esta questão da corrupção no Brasil. Este momento entendo seja singular no Brasil e importantíssimo, e tudo isso se deve realmente à abertura democrática que vivemos e temos é que trabalhar para consolidar mais porque, com regime duro e fechado, acontece tudo isso e mais nada; nem a imprensa denuncia, nem os políticos tomam conta do que acontece, e já vivemos isso e não queremos mais nem pensar nesta história. Aproveitando a importância do pronunciamento que V. Exa. faz neste instante, gostaríamos de dizer que o Nordeste tem uma história antes e depois da Sudene. Depois da Sudene com indicadores sociais importantíssimos, inclusive tem estudos feitos em cima desta questão, que a Sudene melhorou, sobremaneira, os indicadores de emprego e indicadores econômicos no Nordeste inteiro nessas duas fases.

O lado positivo da Sudene está sendo esquecido por aqueles que têm o objetivo de extinguir por extinguir. Porque não é só extinguir, é punir aqueles que desviaram os recursos públicos, com rigor, fazendo com que eles devolvam, e se possível, dando a penalidade necessária. Agora, que o Sul

e o Sudeste têm interesse e a impressão distorcida de que a Sudene foi criada para os políticos roubarem, para os empresários roubarem. Essa visão distorcida tem influenciado sobremodo a extinção da Sudene. Este é o nosso entendimento e parabenizar a V. Exa. por sempre trazer para esta Casa assuntos de extrema importância para o Nordeste e Brasil inteiro.

SR. DEPUTADO EUDORO SANTANA (PSB): Fico muito feliz pela participação de V. Exa. no meu pronunciamento. Ouço o deputado Artur Bruno para, em seguida, encerrar meu pronunciamento.

SR. DEPUTADO ARTUR BRUNO (PT): Deputado Eudoro Santana, o tempo é muito curto para expressarmos o nosso ponto de vista a respeito do assunto. Aproveito os pequenos instantes, primeiro para parabenizá-lo, não pude acompanhar o pronunciamento por inteiro, porque cheguei atrasado, mas V. Exa. expressou o nosso ponto de vista, e diria que é o ponto de vista da Bancada da Esquerda desta Casa. Segundo, quero colocar a minha voz consonante às dos nossos companheiros em relação ao deputado José Pimentel. O deputado José Pimentel é sem dúvida uma das maiores revelações do Congresso Nacional; não apenas da bancada cearense. Ele vem tratando desta questão desde de 1995, desde o primeiro ano do seu mandato; só agora essa questão tomou conta da mídia. Mas ele vem fazendo as denúncias, pesquisando, vem inquirindo, recolhendo documentos e todas as denúncias feitas pelo deputado José Pimentel são feitas com muita responsabilidade, e ele prova. Ele diz onde vai. Ele reafirma o que colocou nos relatórios, tem documentos comprovando. Temos hoje um relatório bastante consistente e com responsabilidade. É lamentável que parte considerada das elites do Ceará e do Governo tentem desmoralizar o Deputado José Pimentel com essa Campanha insidiosa, que vem sendo feita no Banco do Nordeste.

Na verdade, a história do Ceará, com certeza, dará um grande tributo ao deputado José Pimentel, pelo que ele vem revelando. Ele vem descortinando com esse trabalho as elites perversas que se apoderaram do poder no Ceará e nos

vários Estados do Nordeste, a tal da finorcracia. Esse grupo que enriqueceu às custas de recursos públicos, corrompendo, desviando recursos que poderiam ter sido utilizados em prol da sociedade. Portanto, quero aqui prestar a solidariedade a este grande e responsável Deputado, que é o José Pimentel.

SR. DEPUTADO EUDORO SANTANA (PSB): Agradeço a Vossa Excelência.

Senhor Presidente, para concluir, lerei trechos do manifesto, até porque sei da preocupação dos Senhores Deputados, o que garante que teremos mais uma vez a unanimidade da assinatura dos Senhores Parlamentares. Mas lerei rapidamente o trecho da abertura.

“As discussões sobre o grau de dificuldades enfrentado pelo Nordeste existem desde que o Brasil é Brasil. No entanto, essas discussões se avolumaram a partir dos anos 50 e evoluíram no auge da criação da SUDENE, em 1959; na ocasião, Celso Furtado, seu idealizador, elaborou o documento “Uma Política de Desenvolvimento Econômico do Nordeste” considerado o texto referência das políticas públicas, na medida em que o documento encerra um Plano de Ação para a Região. A SUDENE então passou a ter um papel de fundamental importância no processo de desenvolvimento do Nordeste.

É verdade que, do anos 50 para cá, a economia nordestina cresceu e se modernizou. No entanto, a pesada dívida social, que lhe recai sobre os ombros, e a condição de maior bolsão de pobreza do País continuam a manter expostas a fragilidade de suas estruturas produtivas e a baixa qualidade de vida de sua população. A SUDENE, como órgão de desenvolvimento, lutou de todas as maneiras e resistiu às mais diversas políticas governamentais adotadas, algumas desvirtuando até seus reais objetivos. Mesmo na ditadura militar, se manteve firme e sobreviveu, apesar das limitações a que esse período negro da história submeteu o povo brasileiro.

A partir de 1994, sob o predomínio da política neoliberal, o Governo Federal tem procurado “esvaziar” órgãos regionais, como a SUDENE, DNOCS e BNB, relegando-os a papel marginal nos esforços para o desenvolvimento regional, deixan-

do o Nordeste orfão de políticas públicas que o tirem dessa insólita e gravíssima situação de desigualdade e marginalização social. Tem-se acentuado um sentimento crítico em toda região com relação à inexistência de planejamento nacional e, em decorrência, à falta de políticas específicas para o Nordeste, tudo isto acrescido do reconhecimento, pelas universidades e entidades de pesquisa, de que há um completo vazio de propostas e ações dirigidas para o desenvolvimento regional. E é exatamente neste momento que o Governo Federal resolve extinguir a SUDENE, ao invés de fortalecê-la, redefinindo suas funções, para assumir um novo conceito de planejamento regional,.

Não podemos, portanto, como parlamentares e cidadãos, brasileiros e nordestinos, permitir que o Governo Federal, mais uma vez, intente contra os interesses do Nordeste, extinguindo órgãos da importância da SUDENE, sem nenhuma discussão e sem nenhuma satisfação a quem quer que seja, deixando apenas migalhas na alocação dos recursos orçamentários para atender nossa Região através de uma simples Agência de Fomento.

Por tudo isto aqui exposto e pela importância da SUDENE para a Região Nordeste, nós, abaixo assinados, nos manifestamos no sentido de que o Governo Federal atenda nossa reivindicação, assegurando que a SUDENE permanecerá como órgão coordenador do desenvolvimento do Nordeste, a partir de uma reestruturação profunda, inclusive sendo um órgão não só deliberativo, mas também executivo, com a participação da sociedade e dos governadores do Nordeste em seu Conselho maior”.

Por isto é que não concordamos com a MP que trata da extinção da SUDENE; ela elimina também a garantia constitucional dos recursos para dar continuidade a esse trabalho, realizado por essa Instituição.

Quero agradecer a V. Exa. e espero que todos os Parlamentares possam assinar este documento como nossa contribuição, a contribuição do Parlamento do Ceará a esta luta pela não-extinção e, sim, pela moralização e pelo fortalecimento da SUDENE.

Muito obrigado, Senhor Presidente.



Artigos

Artigos publicados pelo jornal O Povo, no dia 12/05/2001,
sobre a extinção da SUDENE.

Sudene revitalizada ou uma nova agência

*Jorge Parente Frota Jr - Empresário.**

Ao assumir a presidência da Federação das Indústrias do Estado do Ceará - Fiec, tomei para mim a responsabilidade de ampliar uma estratégia já consolidada, no sentido de torná-la um fórum de modernidade, discussão e ação em prol do desenvolvimento sustentável do Estado.

Nesse sentido, as próprias demandas do Estado do Ceará e do Nordeste, aliadas à visão de futuro, característica da entidade, vêm pautando a agenda de trabalho da Fiec. Nosso compromisso de gestão reforça, a cada dia, a estratégia de ultrapassar as fronteiras do setor industrial e posicionar a Fiec, definitivamente, no contexto da sociedade cearense, como uma entidade reativa, proativa e interativa, com uma participação abrangente, firme e transformadora nas questões locais, regionais e nacionais.

Dentro desse propósito, há cerca de 15 meses, a Fiec deu início a uma série de discussões sobre desenvolvimento regional e a necessidade de aperfeiçoamento e modernização dos organismos e instrumentos com o mesmo relacionados. Nossa preocupação estava e está firmemente baseada na urgência em alavancar discussões em torno da retomada de uma política de desenvolvimento regional, abandonada pelo Governo Federal.

Embora fale muito em índices sociais, embalado pela globalização dos mercados e exigências de agentes financiadores, a exemplo do Banco Mundial, e até mesmo do FMI, o Governo Federal esquece que, no Brasil, não se pode falar

em melhoria social sem passar pela correção das imensas desigualdades regionais existentes no país.

Imbuída desse espírito, em fevereiro de 2000, a Fiec formatou o documento "Contribuições ao Plano de Desenvolvimento do Nordeste", contando com a participação das principais entidades de classe do Ceará, aí compreendidas Faec, Fecomércio, CIC, CDL, FCDL e Bolsa de Valores Regional. Referido estudo, que tratou de ações e instrumentos voltados para o fortalecimento das funções da Sudene, como órgão de coordenação e planejamento do desenvolvimento da região, foi entregue ao então superintendente Marcos Formiga, em visita à Federação das Indústrias e, meses depois, reapresentado ao novo superintendente Wagner Bittencourt de Oliveira. Diversos foram os contatos e reuniões com o assessor do Ministério da Integração Regional, ex-governador Gonzaga Mota, que culminaram na apresentação de nossas sugestões para a apreciação do Ministério. Paralelamente, fizemos diversas intervenções junto à Confederação Nacional da Indústria (CNI) no sentido de sensibilizar outras federações do Norte e Nordeste em defesa dos legítimos interesses da indústria regional.

Por último, mobilizamos a bancada federal cearense, aqui na Fiec, para assegurar que uma Sudene revitalizada e modernizada, ou mesmo uma nova Agência, venha a significar, realmente, um agente fomentador de políticas de compensação das desigualdades regionais. E que, como órgão de planejamento, possa, efetivamente, definir as macropolíticas socioeconômicas do Governo Federal para a Região, interagindo com os agentes formuladores das políticas sociais dos estados nordestinos, em articulação com o setor produtivo, que é o gerador de renda, emprego e impostos.

Para isso, a entidade montou uma comissão especialmente criada para fornecer subsídios a projetos ou emendas legislativas a serem apresentadas por nossos Deputados e Senadores.

Todo esse esforço tem o objetivo de contribuir ativamente na reestruturação e modernização de um órgão que sabemos ter sido de importância vital para o desenvolvimento do Nordeste. No momento em que se divulga apenas o lado negativo da Sudene, é preciso resgatar toda a importância histórica desse órgão de fomento. Em 41 anos, a Sudene

desenvolveu 3058 projetos, dos quais 2184 foram concluídos satisfatoriamente; 221 ainda se encontram em implantação regular, sendo de notar que, dos 653 projetos excluídos do sistema, apenas 53 registraram irregularidades constatadas. Um percentual pequeno se compararmos que mais de 60% do IPI arrecadado hoje vem de empresas incentivadas pela Sudene e cerca de 1/3 do ICMS recolhido do setor industrial é originário de empresas beneficiadas com os incentivos fiscais viabilizados pelo órgão. De resto, é de assinalar que dos 15,9 bilhões de reais liberados, apenas 414 milhões de reais se referem a cobranças judiciais decorrentes de processos irregulares por desvio de recursos.

Contudo, não podemos esquecer que, hoje, a renda per capita do Nordeste ainda representa apenas 1/3 dos níveis registrados nas regiões Sul e Sudeste, o que justifica a necessidade de contar com um órgão voltado para os reais interesses da região e capaz de contribuir para a construção de um novo e moderno aparato institucional. É esse o papel que esperamos de uma Sudene revitalizada ou de uma outra agência que, realmente, assuma a condução do desenvolvimento do Nordeste. Por este motivo, participar ativamente da construção desse órgão é meta prioritária da Fiec. A sociedade e a classe produtiva do Ceará têm a nossa garantia de que a Fiec continuará atenta, reafirmando, mais uma vez, o claro posicionamento em defesa do desenvolvimento do Nordeste.

Jorge Parente Frota é presidente da Federação das Indústrias do Estado do Ceará - Fiec

Sudene - Âncora do Desenvolvimento

Lima Matos - Economista

Fui formado numa escola desenvolvimento chamada BNB, surgida numa fase de raro bom senso coletivo, quando foram instituídos instrumentos como, BNB, Sudene e Dnocs, fortalecidos com recursos e com gestão supervalorizada pela própria Presidência da República. No caso do BNB e da Sudene, a estes foram alocados o "Fundo das Secas" e o sistema 34/18, hoje Finor, com 50% dos recursos derivados do imposto de todas pessoas jurídicas do País. Destes, metade era formado do Pin e do Proterra para juntos formarem um formidável arcabouço de matriz de investimentos : Pin e Proterra para pequenas empresas prioritariamente na agricultura e pecuária e projetos de infra-estrutura do setor primário e o 34/18 e/ou Finor para médios e grandes projetos industriais.

Nos anos 80, liderados por Delfim Neto, os recursos do Pin e Proterra foram desviados para projetos diversos no País, e se cometeu o crime de dividir o Finor das indústrias para o setor primário, transformando fazendas em Sociedades Anônimas. Ficamos com a metade dos incentivos embalhados em um sistema próprio para médias e grandes indústrias. Mesmo assim formaram-se grandes parques industriais no Nordeste: pólo petroquímico na Bahia; Alcoquímico em Alagoas; melhor parque de fiação e tecelagem do Brasil no Ceará; pólo metal mecânico em Pernambuco e tantos outros, de forma que hoje cerca de 60% do IPI e 30% do ICM gerados no Nordeste são derivados de empresas criadas pelo

sistema Finor, que não só já pagaram o investimento público com seus impostos como geraram investimentos quatro vezes superior ao montante de incentivos a eles dedicados.

Por outro lado, o sistema Finor visa a dar capital próprio para empresas, não exigível no curto prazo, dando fôlego para que estas com 30% de capital do empresário, 30 a 40% de capital da Sudene, possam alavancar, mais 40% de empréstimos do BNDES ou BNB, formando em todo equilibrado, mesmo com os atrasos dos recursos pela Sudene, que quase nunca cumpria o cronograma do projeto. Há alguns anos, o governo deu o golpe definitivo para acabar o Finor e enfraquecer de vez a Sudene e os empresários bem intencionados: Transformou o capital do Finor em empréstimo, através de debentures, obrigando o empresário a ter 30% de capital próprio e 70% de empréstimo, levando-o a pagar, na sua implantação, juros das debentures, decretando sua falência, transformando o sistema de incentivos num mero Banco de financiamento. Aconteceu o óbvio. Ninguém planejado para este sistema pode suportar tamanho endividamento. É como se você tirasse a bengala de alguém que quebrou a perna e só a desse quando a perna ficasse boa. Quando o projeto está em implantação, construindo paredes e comprando máquinas, pagar juros sobre 70 a 80% do investimento é inviável.

Do lado administrativo, trocaram-se os Ministérios que supervisionavam Sudene e BNB, como quem troca de roupa, e no caso da Sudene, estabeleceu-se a rotina de nomear um superintendente por ano. Mas vamos ao cerne da questão: no mundo todo, são criadas por interesses diretos do mais ricos, pela visão do longo prazo, políticas compensatórias de investimentos em regiões mais pobres visando possibilitar parcerias futuras e um melhor desenvolvimento econômico global destes. Dentro deste prisma, na Europa, foram destinados 18 bilhões de dólares anuais, para Portugal, Espanha, Grécia e Holanda.

Na reunificação da Alemanha, os investimentos para redução da distância econômica entre as antigas repúblicas, consumiu somente em 1991, a astronômica cifra de US\$ 96 bilhões, ou cerca de 6% do PIB da República Federal. Já o Brasil tem tido apenas lampejos desta visão. Assim, agora

em 1988, na constituição Federal, a nação decidiu crescer de novo os investimentos nas regiões proporcional a nossa população. O NE com cerca de 30% da população do País, passaria em 10 anos de 11% dos investimentos brasileiros para 30%, crescendo ano a ano esta proporção, inclusive os empréstimos do BB e BNDES, que hoje não passam de 10% de suas aplicações, também teriam que subir para 30%. Passem os Senhores, passados 12 anos desta determinação, nós estamos nos mesmos 11% de investimentos, com o agravante de estarmos assistindo ao enfraquecimento e esvaziamento de todos os órgãos da região, sem falar na falência de todos os bancos estaduais.

Finalmente concluímos: I) a Sudene tem que existir para Superintender o Desenvolvimento do Nordeste; se um mero instrumento seu, o Finor, que já deveria há muito tempo ser uma fundação ligada à Sudene, estar mal gerido, conserte-se este seu braço ao invés de cortar o seu pescoço. II) é fundamental aumentar em 5 vezes o orçamento do Finor, juntamente com as aplicações do BNDES e Banco do Brasil para o Nordeste. III) cumpramos a Constituição Federal aplicando R\$ 5,0 a R\$ 10 bilhões anuais a mais no Nordeste. (art. 35 das disposições transitórias).

Como dizem os filósofos: Não há parceria entre desiguais.

Lima Matos é economista e ex-presidente do CIC

Um crime contra o Nordeste

*Eudoro Santana - Deputado Estadual**

Enquanto a opinião pública acompanhava com indignação o escândalo do Senado, o Governo Federal aproveitava a penumbra desta cortina de fumaça para editar mais uma excrescente e ilegal Medida Provisória, com o objetivo de acabar com a Sudene e a Sudam.

A apartação social, presente em nosso País desde o escravismo colonial, se configura perversamente, inclusive nas desigualdades regionais. Neste quadro, o Nordeste é a região de menor renda per capita e detém os piores indicadores sociais: analfabetismo, 32,7% enquanto no Sul 10,2%; mortalidade infantil, 53 por 1000 nascidos vivos enquanto no Sul 20,7%; renda até 1/2 salário mínimo 50,4% dos ocupados enquanto no Sudeste é de apenas 16,8%.

O esforço do período democrático na década de 50, em superar essas diferenças regionais, levou à criação da Sudene essa instituição, tecnicamente cunhada por Celso Furtado, surgiu com o objetivo de evitar que a desigualdade dividisse, em definitivo, o território nacional.

Essa realidade, ainda gritante, foi, de certa forma atenuada nos últimos 40 anos, com o trabalho de instituições como o Dnocs, a Sudene, a Chesf, e o Banco do Nordeste. A partir da Sudene e do BN, a região passou a se conhecer melhor, a planejar suas ações, não só no setor público, a estudar suas potencialidades, a avaliar seus projetos e introduzir novas tecnologias.

Mas, com o passar do tempo, a Sudene de Celso Furtado foi perdendo aquele seu papel fundamental de oficina de desenvolvimento, de centro do poder regional, com o seu Conselho Deliberativo onde tinham assento todos os Governadores da região. Colonizada pelos interesses patrimonialistas dos donos do poder e da terra, o órgão foi se resumindo tão somente à análise, fiscalização e liberação de recursos para projetos econômicos da iniciativa privada, portanto, dirigindo todas as suas energias para um processo concentrador de renda. As denúncias de corrupção, desvios de recursos, notas frias para gerar contrapartida dos empresários, há muito eram do conhecimento da instituição e dos governantes que se omitiram da apuração destes fatos, até que a Instituição fosse mergulhada no mar de lama a que chegou.

Se este é um grave problema que afeta não só a Sudene e a Sudam, mas as instituições como um todo e, por consequência, a própria sociedade, mais trágica ainda é a solução apresentada pelo Presidente Fernando Henrique. A extinção sumária da Sudene não contribui para se fazer cumprir os dispositivos constitucionais para a região, nem tão pouco para a apuração dos diversos escândalos de corrupção envolvendo os seus recursos. Pelo contrário, além de anistiar pelo manto de sua extinção, deixando, portanto, impunes, os que roubaram o patrimônio público, por outro lado, destruirá um fabuloso patrimônio técnico-cultural de valor imensurável, como fizeram com o Dnocs, um crime que certamente algum dia será julgado.

Finalmente, sem a garantia constitucional dos recursos orçamentários, já que não serão mais vinculados, estaremos vulneráveis no que se refere à superação das desigualdades regionais e à conseqüente integridade do território nacional. Este crime contra o Nordeste, nas circunstâncias em que está sendo praticado por FHC, se reveste de maior gravidade por ter o apoio equivocado de parte da opinião pública, da imprensa e dos políticos do Sul, e conseqüentemente abre espaço, para que amanhã se retome a extinção do Dnocs, a transformação do BN em Agência de Fomento e a venda da Chesf, deixando o Nordeste ainda mais pobre.

Eudoro Santana é Deputado Estadual e líder do PSB

A Sudene que poucos conhecem

*Francisco Ésio de Souza - Agrônomo**

Vivia-se o ocaso de 1959. O Dnocs fazia o que podia e o que deixavam fazer pela Região. O Banco do Nordeste engatinhava enquanto a Sudene nascia sob a inspiração do ímpeto do governo democrático de JK, completado pela visão humanística e patriótica de Celso Furtado.

Furtado, em um rasgo de genialidade, captou os anseios e as frustrações das forças vivas e sadias da nordestinidade e traçou o novo rumo que a Região há de seguir. Emerge o GTDN (Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste). Com ele o Nordeste é despido de sua roupagem de maltrapilho, pedinte, de um mendigo e moldado com um ar de dignidade ao elevar suas potencialidades e minimizar as restrições. A Sudene organizava-se para bem agir e já era criticada por demorar. O seu protegido, o Nordeste, caminhava a passos curtos e não acompanhava o irmão mais próspero, o Centro Sul brasileiro, que corria, corria rumo ao progresso.

As desigualdades inter-regionais se aprofundavam e diversos brasis se formavam. Em 1956, a população do Nordeste era de 18 milhões e 714 mil pessoas para um renda per capita de 96 dólares contra 37 milhões e 135 mil pessoas no Centro Sul, que registrava uma renda per capita de 303 dólares, portanto 2/3 a mais do Nordeste.

No Sul, poucos aplaudiram a iniciativa do Governo Federal ao criar o novo Órgão e uma significativa parcela desconfiava da engenhosidade dos Nordestinos. Mas a Sudene passou a pensar diferente, falar diferente e agir diferente. A Sudene enquanto Secretaria Executiva dispunha da compe-

tência de seus técnicos e, sobretudo, do compromisso, da seriedade e da mística do dever a cumprir para com a Região. E a palavra chave passava a ser desenvolvimento.

Dois possantes vetores de forças convergentes se uniram para dar sustentação ao novo Órgão emergente : o técnico, através da Secretaria Executiva, e o político, pela ação articulada dos Governos da Região, com assento no Conselho Deliberativo. Ali estabelecia-se, mensalmente, nas últimas sextas-feiras de cada mês, o que era mais importante para a Região de forma coletiva . O poder político era exercitado de forma coesa e impactante.

A Sudene pensava diferente, falava diferente e agia diferente, repito. Formava escolas de bons profissionais e revolucionava costumes quando impunha normas de disciplina a contrariar a elite viciada. Aliava-se com as causas do povo e abraçava-se com o saber da Universidade, tentando mudar o perfil sócio-econômico da Região. Em sucessivo, impôs o planejamento como arma contra o desperdício e a improvisação, nascendo os Planos Diretores. E nisso, o Nordeste se antecipava ao próprio Brasil.

Os Plano Diretores I, II e III nasciam fortes e vigorosos. E com eles o Nordeste é rasgado com a construção de sua infra-estrutura social básica de estradas e portos. Recebia-se o choque benéfico de energia de Paulo Afonso e da Boa Esperança - com a criação da Cerne (Companhia Energética do Nordeste), e a energia, então, espalhava-se no Nordeste. A Sudene procurava estar presente em tudo o que era de interesse do Nordeste, do campo à cidade. E quando não o fazia induzia a que fosse feito. A Sudene via o que os outros não enxergavam. Antecipou-se na concepção das áreas de desenvolvimento rural e criou o pólo de desenvolvimento das áreas ricas do Velho São Francisco, em Petrolina -Juazeiro. Investiu nos estudos básicos no Vale do Jaguaribe, no Ceará. Criou a corrente migratória do semi-árido para o Maranhão, aliviando a pressão demográfica do Sertão recebido.

A mentalidade empresarial nordestina, presa e restrita aos poucos ramos tradicionais dos têxteis, óleo e couros ampliou-se e os incentivos fiscais, nesses 41 anos de existência da Sudene, aprovaram 3.058 projetos com a participação de financiamento de 15,98 bilhões. Se teve sua trajetória desvirtuada que corrija-se os rumos e puna-se os culpados!

Criaram-se os NAIs (Núcleo de Apoio Industrial), o embrião do

hoje Sebrae. O abastecimento foi surpreendido com as Centrais de Abastecimento - Ceasa. Os recursos naturais foram vasculhados, estudados e mapeados, completando os já então feitos pelo Dnocs e Etene. Centenas de bolsistas universitários foram treinados. A CEPAL, a Universidade e os Institutos Tecnológicos ajudavam na formação dos recursos humanos, dando um salto de qualidade. O povo acreditava, mas as elites descomprometidas conspiravam. Não mais se implementou o IV Plano Diretor, começando o calvário lento e taciturno da nova Instituição, que esmaecia e estiolava na esteira do desprezo de Brasília pela abordagem do planejamento regional. A máxima de que o bolo deveria no todo crescer para depois repartir foi fatal para o seu destino de hoje.

Pouco a pouco, a Sudene ia perdendo a substância. Não havia mais plano e os projetos sociais foram minguando e a sociedade regional carente não mais sentia a presença da Sudene em seus momentos mais difíceis, a exceção ficando por conta dos períodos das secas cíclicas. Os técnicos foram saindo e já se falava em esvaziamento que as lideranças regionais ignoravam ou se faziam inaudíveis ou cegas. Ainda, assim, Programas como Polonorte e o Projeto Sertanejo foram parcialmente implantados. Mas a liderança incontestante dos investimentos dos últimos anos ficaram a crédito da rubrica do Finor, que passava a ter o nome mais forte do que a própria Sudene. A Autarquia, sem dinheiro, e sem poder não mais, sensibilizava os Governadores em comparecer às reuniões do Conselho Deliberativo. Os Governadores abandonaram a Sudene à sua própria sorte e as gerações futuras nordestinas vão sentir um aperto ainda maior em suas vidas, diante da omissão de suas lideranças políticas.

Discute-se e se faz celeuma até à Medida Provisória que criou o Fundo, o qual representa apenas 0,23% do PIB Regional, limitado em si próprio em não poder transformar o setor produtivo, quanto mais em induzir o modo de vida das populações Nordestinas, no dizer de uma colega Sudeniana. Somos, desafortunadamente testemunhos da história, não da criação de um novo Órgão, mas do massacre de um mito chamado Sudene. Extingui-la não golpeia apenas o Nordeste, mas fere-se a alma nordestina!

Francisco Ésio de Souza é Engenheiro Agrônomo e Ex-Chefe do Escritório Regional da Sudene



Manifesto

Veja a seguir "fac simile" das assinaturas do manifesto contra a extinção da Sudene, feito pelos deputados da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará.



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ

Mesa Diretora 2001 – 2002

Dep. Wellington Landim

Presidente

Dep. Vasques Landim

1º Vice - Presidente

Dep. José Sarto

2º Vice - Presidente

Dep. Marcos Cals

1º Secretário

Dep. Giovanni Sampaio

2º Secretário

Dep. Eudoro Santana

3º Secretário

Dep. Domingos Filho

4º Secretário

**INSTITUTO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE O
DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO CEARÁ
INESP**

Presidente
Alberto Teixeira

Montagem e Impressão: Gráfica do INESP
Coordenação: Sidney Aragão
Diagramação: Mário Giffoni
Av. Pontes Vieira 2391
Dionísio Torres Fortaleza Ceará.
E-mail: inesp@al.ce.gov.br
Fone: 277-2915
Fax: (0xx85) **277-2914**



home page: www.al.ce.gov.br
e-mail: epovo@al.ce.gov.br



home page: www.al.ce.gov.br/inesp
E-mail: inesp@al.ce.gov.br